

1000

QUESTÕES COMENTADAS

Processo Seletivo Público nº 01/2026

OGMO/RG — ESTIVADOR

Trabalhador Portuário Avulso

Banca: FUNDATEC | Prova: 13/09/2026

Língua Portuguesa • Legislação e Normas Portuárias
Matemática e Raciocínio Lógico

Lei 12.815/2013 • Lei 9.719/1998 • Decreto 8.033/2013
NR 29 • NR 35 • Convenções OIT 137 e 152

*Questões inéditas elaboradas a partir do texto oficial vigente das normas.
Gabaritos conferidos contra a fonte normativa e cálculos verificados computacionalmente.*

Sumário

Lei nº 12.815/2013 — Parte I

Questões 1 a 100

Lei nº 12.815/2013 — Parte II e Lei nº 9.719/1998

Questões 101 a 200

NR 29 — Parte I

Questões 201 a 300

NR 29 — Parte II

Questões 301 a 380

NR 35 — Trabalho em Altura

Questões 381 a 460

Decreto nº 8.033/2013 e Convenções da OIT

Questões 461 a 540

Conhecimentos Específicos de Estiva

Questões 541 a 600

Língua Portuguesa — Parte I

Questões 601 a 700

Língua Portuguesa — Parte II

Questões 701 a 800

Matemática e Raciocínio Lógico

Questões 801 a 1000

Como usar: resolva o bloco inteiro antes de conferir o gabarito, que fica ao final de cada bloco. O comentário indica o dispositivo exato, o que permite voltar à norma sempre que houver erro. As questões de Legislação valem 30 das 50 da prova.

Lei nº 12.815/2013 — Parte I

Questões 1 a 100

Padrão FUNDATEC: 4 alternativas (A, B, C, D), resposta única.

Base: texto vigente consolidado no Planalto, com as alterações das Leis nº 14.047/2020 e nº 14.273/2021.

CAPÍTULO I — DEFINIÇÕES E OBJETIVOS (arts. 1º a 3º)

1. Segundo o art. 1º da Lei nº 12.815/2013, esta Lei regula a exploração pela União, direta ou indiretamente, de:

- A) portos e instalações portuárias e as atividades desempenhadas pelos operadores portuários.
- B) exclusivamente das instalações portuárias localizadas fora da área do porto organizado.
- C) portos, aeroportos e ferrovias de interesse nacional.
- D) apenas dos portos organizados sob administração das Companhias Docas.

2. A exploração indireta do porto organizado e das instalações portuárias nele localizadas ocorrerá mediante:

- A) autorização e permissão.
- B) concessão e arrendamento de bem público.
- C) delegação e cessão gratuita.
- D) contrato de adesão e chamamento público.

3. A exploração indireta das instalações portuárias localizadas **fora** da área do porto organizado ocorrerá mediante:

- A) delegação.
- B) autorização.
- C) arrendamento.
- D) concessão.

4. As concessões, os arrendamentos e as autorizações de que trata a Lei nº 12.815/2013 serão outorgados a:

- A) somente empresas públicas federais.
- B) pessoa jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
- C) pessoa física ou jurídica, indistintamente.
- D) qualquer interessado, independentemente de comprovação de capacidade.

5. Bem público construído e aparelhado para atender a necessidades de navegação, de movimentação de passageiros ou de movimentação e armazenagem de mercadorias, e cujo tráfego e operações portuárias estejam sob jurisdição de autoridade portuária. Trata-se da definição de:

- A) terminal de uso privado.
- B) porto organizado.
- C) estação de transbordo de cargas.
- D) instalação portuária.

6. A área delimitada por ato do Poder Executivo que compreende as instalações portuárias e a infraestrutura de proteção e de acesso ao porto organizado denomina-se:

- A) zona primária alfandegada.
- B) área do porto organizado.
- C) retroárea portuária.
- D) poligonal de segurança portuária.

7. Instalação localizada dentro ou fora da área do porto organizado e utilizada em movimentação de passageiros, em movimentação ou armazenagem de mercadorias, destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, é a definição de:

- A) instalação portuária de turismo.
- B) terminal de uso privado.
- C) porto organizado.
- D) instalação portuária.

8. Instalação portuária explorada mediante autorização e localizada fora da área do porto organizado é:

- A) instalação portuária de turismo.

- B) terminal de uso privado.
- C) área do porto organizado.
- D) porto organizado.

9. A instalação portuária explorada mediante autorização, localizada fora da área do porto organizado e utilizada **exclusivamente** para operação de transbordo de mercadorias em embarcações de navegação interior ou cabotagem denomina-se:

- A) instalação portuária pública de pequeno porte.
- B) estação de transbordo de cargas.
- C) terminal de uso privado.
- D) instalação portuária de turismo.

10. A instalação portuária explorada mediante autorização, localizada fora do porto organizado e utilizada em movimentação de passageiros ou mercadorias em embarcações de navegação interior é a:

- A) terminal de uso privado.
- B) instalação portuária pública de pequeno porte.
- C) instalação portuária de turismo.
- D) estação de transbordo de cargas.

11. A instalação portuária utilizada em embarque, desembarque e trânsito de passageiros, tripulantes e bagagens, e de insumos para o provimento e abastecimento de embarcações de turismo é explorada mediante:

- A) permissão precária.
- B) somente delegação.
- C) somente concessão.
- D) arrendamento ou autorização.

12. A cessão onerosa do porto organizado, com vistas à administração e à exploração de sua infraestrutura por prazo determinado, é definida na Lei nº 12.815/2013 como:

- A) concessão.
- B) arrendamento.
- C) delegação.
- D) autorização.

13. A transferência, mediante convênio, da administração e da exploração do porto organizado para Municípios ou Estados, ou a consórcio público, é chamada de:

- A) arrendamento.
- B) delegação.
- C) cessão de uso.
- D) concessão.

14. A cessão onerosa de área e infraestrutura públicas **localizadas dentro do porto organizado**, para exploração por prazo determinado, denomina-se:

- A) autorização.
- B) concessão.
- C) delegação.
- D) arrendamento.

15. A outorga de direito à exploração de instalação portuária localizada fora da área do porto organizado, formalizada mediante contrato de adesão, é a:

- A) permissão.
- B) autorização.
- C) delegação.
- D) concessão.

16. Considera-se operador portuário, nos termos da Lei nº 12.815/2013:

- A) a pessoa física habilitada pela autoridade marítima.
- B) o órgão de gestão de mão de obra constituído em cada porto organizado.
- C) a pessoa jurídica pré-qualificada para exercer as atividades de movimentação de passageiros ou movimentação e armazenagem de mercadorias, destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, dentro da área do porto organizado.

D) o trabalhador portuário avulso registrado no OGMO.

17. Assinale a alternativa que apresenta uma diretriz da exploração dos portos organizados e instalações portuárias prevista no art. 3º da Lei nº 12.815/2013.

- A) Tabelamento nacional obrigatório dos preços das operações portuárias.
- B) Restrição do acesso do setor privado às atividades portuárias.
- C) Vedação absoluta à participação de capital estrangeiro nos portos brasileiros.
- D) Garantia da modicidade e da publicidade das tarifas e preços praticados no setor.

18. Entre as diretrizes do art. 3º da Lei nº 12.815/2013 encontra-se expressamente:

- A) a valorização e a qualificação da mão de obra portuária.
- B) a estatização progressiva dos terminais privados.
- C) a unificação sindical obrigatória das categorias portuárias.
- D) a extinção dos órgãos de gestão de mão de obra.

19. Após a alteração promovida pela Lei nº 14.047/2020, passou a constar como diretriz da exploração portuária:

- A) a liberdade de preços nas operações portuárias, reprimidos qualquer prática prejudicial à competição e o abuso do poder econômico.
- B) a exclusividade do trabalho avulso em todas as operações.
- C) a fixação de tarifa única nacional pela ANTAQ.
- D) a vedação de investimentos privados em infraestrutura de acesso.

20. A promoção da segurança da navegação na entrada e na saída das embarcações dos portos é, na Lei nº 12.815/2013:

- A) uma das diretrizes da exploração dos portos organizados e instalações portuárias.
- B) atribuição exclusiva do operador portuário.
- C) competência privativa do OGMO.
- D) matéria estranha à referida Lei.

CAPÍTULO II — EXPLORAÇÃO DOS PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS (arts. 4º a 15)

21. A concessão de bem público destinado à exploração do porto organizado será realizada mediante celebração de contrato:

- A) independentemente de licitação, por ato discricionário do poder concedente.
- B) mediante simples chamamento público, sem licitação.
- C) por adesão, sem qualquer procedimento seletivo.
- D) sempre precedida de licitação.

22. Findo o prazo dos contratos de concessão ou arrendamento, os bens a eles vinculados:

- A) são leiloados pela ANTAQ.
- B) são doados ao Município onde se localiza o porto.
- C) permanecem em propriedade do contratado.
- D) reverterão ao patrimônio da União, na forma prevista no contrato.

23. Segundo a Lei nº 12.815/2013, o contrato de uso temporário de áreas e instalações portuárias na poligonal do porto organizado terá prazo:

- A) improrrogável de até 48 (quarenta e oito) meses.
- B) prorrogável de até 25 (vinte e cinco) anos.
- C) improrrogável de até 12 (doze) meses.
- D) indeterminado, enquanto houver interesse do contratado.

24. A autorização de instalação portuária terá prazo de:

- A) até 25 (vinte e cinco) anos, prorrogável por períodos sucessivos.
- B) até 10 (dez) anos, improrrogável.
- C) até 35 (trinta e cinco) anos, prorrogável uma única vez.
- D) até 5 (cinco) anos, improrrogável.

25. São condições para a prorrogação sucessiva da autorização de instalação portuária:

- A) a realização de nova licitação a cada período.

- B) a anuência do sindicato dos trabalhadores portuários avulsos.
- C) a manutenção da atividade portuária e a promoção, pelo autorizatário, dos investimentos necessários à expansão e modernização das instalações.
- D) a comprovação de lucro operacional nos últimos cinco exercícios.

26. São exploradas mediante autorização as instalações portuárias localizadas fora da área do porto organizado, compreendendo as modalidades:

- A) porto organizado, terminal de uso privado e arrendamento.
- B) somente terminal de uso privado e estação de transbordo de carga.
- C) concessão, arrendamento e delegação.
- D) terminal de uso privado, estação de transbordo de carga, instalação portuária pública de pequeno porte e instalação portuária de turismo.

27. Recebido requerimento de autorização de instalação portuária, a ANTAQ deverá promover a abertura de processo de anúncio público com prazo de:

- A) 15 (quinze) dias.
- B) 30 (trinta) dias.
- C) 60 (sessenta) dias.
- D) 90 (noventa) dias.

28. Nas licitações dos contratos de concessão e arrendamento, são critérios de julgamento, de forma isolada ou combinada:

- A) exclusivamente o menor preço global.
- B) exclusivamente o maior valor de outorga.
- C) a maior capacidade de movimentação, a menor tarifa ou o menor tempo de movimentação de carga.
- D) o maior número de empregos diretos gerados.

29. A celebração do contrato de concessão ou arrendamento e a expedição de autorização serão precedidas de:

- A) referendo popular no Município sede do porto.
- B) consulta à autoridade aduaneira, consulta ao respectivo poder público municipal e emissão do termo de referência para os estudos ambientais.
- C) apenas aprovação do conselho de autoridade portuária.
- D) apenas consulta ao Ministério Público Federal.

30. A definição da área dos portos organizados será feita por:

- A) lei municipal específica.
- B) ato do Presidente da República.
- C) portaria da ANTAQ.
- D) resolução do conselho de autoridade portuária.

CAPÍTULO IV — ADMINISTRAÇÃO DO PORTO ORGANIZADO (arts. 17 a 22)

31. A administração do porto organizado é denominada:

- A) órgão gestor de mão de obra.
- B) autoridade marítima.
- C) autoridade portuária.
- D) operador portuário.

32. Compete à administração do porto organizado, entre outras atribuições:

- A) escalar diariamente os trabalhadores avulsos.
- B) registrar o trabalhador portuário avulso.
- C) arrecadar as contribuições destinadas ao custeio do OGMO.
- D) pré-qualificar os operadores portuários, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder concedente.

33. Sobre as competências da autoridade portuária, é correto afirmar que lhe cabe:

- A) prestar apoio técnico e administrativo ao conselho de autoridade portuária e ao órgão de gestão de mão de obra.
- B) selecionar e registrar o trabalhador portuário avulso.
- C) promover o treinamento multifuncional do trabalhador portuário.
- D) aplicar penalidades disciplinares ao trabalhador portuário avulso.

34. Cabe à administração do porto organizado estabelecer o horário de funcionamento do porto e:
- A) o valor das contribuições sindicais.
 - B) as jornadas de trabalho no cais de uso público.
 - C) a composição dos ternos de trabalho.
 - D) a remuneração do trabalhador portuário avulso.
35. A organização da guarda portuária, em conformidade com a regulamentação expedida pelo poder concedente, compete:
- A) à Polícia Federal.
 - B) ao operador portuário.
 - C) ao OGMO.
 - D) à administração do porto organizado.
36. Dentro dos limites da área do porto organizado, compete à administração do porto, **sob coordenação da autoridade marítima**:
- A) estabelecer e divulgar o calado máximo de operação dos navios, em função dos levantamentos batimétricos efetuados sob sua responsabilidade.
 - B) delimitar a área de alfandegamento.
 - C) proceder ao despacho aduaneiro na importação.
 - D) organizar e sinalizar os fluxos de mercadorias e veículos para fins aduaneiros.
37. Dentro dos limites da área do porto organizado, compete à administração do porto, **sob coordenação da autoridade aduaneira**:
- A) delimitar a área de alfandegamento e organizar e sinalizar os fluxos de mercadorias, veículos, unidades de cargas e de pessoas.
 - B) delimitar as áreas de fundeadouro.
 - C) divulgar o porte bruto máximo dos navios.
 - D) estabelecer, manter e operar o balizamento do canal de acesso.
38. Será instituído em cada porto organizado um conselho de autoridade portuária, cuja natureza é de órgão:
- A) executivo subordinado à ANTAQ.
 - B) deliberativo e vinculante.
 - C) jurisdicional.
 - D) consultivo da administração do porto.
39. A representação da classe empresarial e dos trabalhadores no conselho de autoridade portuária será:
- A) proporcional ao faturamento das empresas.
 - B) definida por sorteio.
 - C) paritária.
 - D) exclusiva dos trabalhadores.
40. A distribuição das vagas no conselho de autoridade portuária observará a seguinte proporção:
- A) 40% do poder público, 30% da classe empresarial e 30% da classe trabalhadora.
 - B) 1/3 para cada segmento.
 - C) 50% do poder público, 25% da classe empresarial e 25% da classe trabalhadora.
 - D) 60% do poder público e 40% da classe empresarial.

CAPÍTULO V — DA OPERAÇÃO PORTUÁRIA (arts. 25 a 31)

41. A pré-qualificação do operador portuário será efetuada perante:
- A) o OGMO.
 - B) a ANTAQ.
 - C) a administração do porto, conforme normas estabelecidas pelo poder concedente.
 - D) a Capitania dos Portos.
42. A administração do porto terá prazo para decidir sobre a pré-qualificação do operador portuário, contado do pedido do interessado, de:
- A) 30 (trinta) dias.
 - B) 45 (quarenta e cinco) dias.
 - C) 60 (sessenta) dias.

D) 15 (quinze) dias.

43. Em caso de indeferimento do pedido de pré-qualificação, caberá recurso no prazo de:

- A) 10 (dez) dias.
- B) 15 (quinze) dias.
- C) 5 (cinco) dias.
- D) 30 (trinta) dias.

44. Sobre a pré-qualificação, é correto afirmar:

- A) a pré-qualificação é concedida exclusivamente pela ANTAQ.
- B) considera-se pré-qualificada como operador portuário a administração do porto.
- C) a pré-qualificação tem validade máxima de 12 meses.
- D) a administração do porto não pode ser operadora portuária.

45. O operador portuário responderá perante o **trabalhador portuário** pelo(a):

- A) remuneração dos serviços prestados e respectivos encargos.
- B) pagamento de contribuição sindical do OGMO.
- C) fornecimento de moradia.
- D) concessão de aposentadoria especial.

46. O operador portuário responderá perante o **órgão local de gestão de mão de obra do trabalho avulso** pelas:

- A) perdas de mercadoria em trânsito.
- B) avarias na embarcação.
- C) contribuições não recolhidas.
- D) multas ambientais.

47. Quanto à coordenação das operações portuárias, a Lei nº 12.815/2013 estabelece que:

- A) a coordenação cabe à autoridade aduaneira.
- B) o OGMO é o titular e responsável pela coordenação das operações.
- C) o operador portuário é titular e responsável pela coordenação das operações portuárias que efetuar.
- D) a coordenação cabe exclusivamente ao comandante da embarcação.

48. A atividade de movimentação de carga **a bordo da embarcação** deve ser executada:

- A) de acordo com a instrução do comandante da embarcação ou de seus prepostos, responsáveis pela segurança da embarcação nas atividades de arrumação ou retirada da carga.
- B) conforme deliberação do conselho de autoridade portuária.
- C) exclusivamente conforme ordem do OGMO.
- D) segundo determinação do conferente de carga.

49. É **dispensável** a intervenção de operadores portuários em operações:

- A) de descarga de granel sólido com uso de mão de obra avulsa.
- B) de embarque de carga geral em navio de longo curso.
- C) de movimentação de contêineres cheios em terminal público.
- D) que, por seus métodos de manipulação, características de automação ou mecanização, não requeiram a utilização de mão de obra ou possam ser executadas exclusivamente pela tripulação das embarcações.

50. No transporte de mercadorias **sólidas** a granel, a intervenção do operador portuário é dispensável quando a carga ou descarga for feita por aparelhos mecânicos automáticos, **salvo** quanto às atividades de:

- A) vigilância de embarcações.
- B) recheço.
- C) peaço.
- D) conferência aduaneira.

51. Segundo o art. 29 da Lei nº 12.815/2013, as cooperativas formadas por trabalhadores portuários avulsos registrados:

- A) substituem obrigatoriamente o OGMO.
- B) somente podem operar em terminais de uso privado.
- C) são proibidas de atuar nos portos organizados.
- D) poderão estabelecer-se como operadores portuários.

52. A operação portuária em instalações localizadas **fora** da área do porto organizado será disciplinada:

- A) exclusivamente pela ANTAQ.
- B) pelo conselho de autoridade portuária.
- C) pelo OGMO local.
- D) pelo titular da respectiva autorização, observadas as normas estabelecidas pelas autoridades marítima, aduaneira, sanitária, de saúde e de polícia marítima.

CAPÍTULO VI — DO TRABALHO PORTUÁRIO (arts. 32 a 44)

53. Nos termos do art. 32 da Lei nº 12.815/2013, o órgão de gestão de mão de obra do trabalho portuário deve ser constituído:

- A) pela União, em cada região portuária.
- B) pelos sindicatos de trabalhadores, em cada Estado.
- C) pela ANTAQ, em cada porto organizado ou terminal privado.
- D) pelos operadores portuários, em cada porto organizado.

54. É finalidade do órgão de gestão de mão de obra, conforme o art. 32:

- A) explorar comercialmente as instalações portuárias.
- B) administrar o fornecimento da mão de obra do trabalhador portuário e do trabalhador portuário avulso.
- C) autorizar a atracação e desatracação de embarcações.
- D) fiscalizar o recolhimento de tributos aduaneiros.

55. Cabe ao OGMO manter, **com exclusividade**:

- A) o cadastro do trabalhador portuário e o registro do trabalhador portuário avulso.
- B) o registro das embarcações que operam no porto.
- C) o cadastro dos operadores portuários pré-qualificados.
- D) o inventário dos equipamentos de bordo.

56. Compete ao OGMO, segundo o art. 32:

- A) conceder aposentadoria especial ao trabalhador avulso.
- B) treinar e habilitar profissionalmente o trabalhador portuário, inscrevendo-o no cadastro.
- C) pré-qualificar operadores portuários.
- D) fixar unilateralmente a remuneração dos avulsos.

57. Estabelecer o número de vagas, a forma e a periodicidade para acesso ao registro do trabalhador portuário avulso é atribuição:

- A) do órgão de gestão de mão de obra.
- B) do sindicato da categoria.
- C) da autoridade portuária.
- D) da ANTAQ.

58. A expedição dos documentos de identificação do trabalhador portuário compete:

- A) à Delegacia Regional do Trabalho.
- B) ao operador portuário contratante.
- C) à Capitania dos Portos.
- D) ao órgão de gestão de mão de obra.

59. Arrecadar e repassar aos beneficiários os valores devidos pelos operadores portuários relativos à remuneração do trabalhador portuário avulso e aos correspondentes encargos fiscais, sociais e previdenciários é finalidade:

- A) da administração do porto.
- B) do Ministério do Trabalho e Emprego.
- C) do órgão de gestão de mão de obra.
- D) do sindicato patronal.

60. Caso celebrado contrato, acordo ou convenção coletiva de trabalho entre trabalhadores e tomadores de serviços, o disposto no instrumento:

- A) será desconsiderado em favor das normas do OGMO.
- B) precederá o órgão gestor e dispensará sua intervenção nas relações entre capital e trabalho no porto.
- C) dependerá de homologação da ANTAQ para produzir efeitos.
- D) somente valerá para os trabalhadores cadastrados, não para os registrados.

61. No caso de transgressão disciplinar, compete ao OGMO aplicar, quando couber, as seguintes penalidades:
- A) advertência, multa e prisão administrativa.
 - B) somente multa pecuniária.
 - C) repreensão verbal ou por escrito; suspensão do registro; e cancelamento do registro.
 - D) somente cancelamento do registro.
62. A penalidade de suspensão do registro aplicável pelo OGMO tem duração de:
- A) 10 (dez) a 30 (trinta) dias.
 - B) 15 (quinze) a 60 (sessenta) dias.
 - C) 5 (cinco) a 15 (quinze) dias.
 - D) 30 (trinta) a 180 (cento e oitenta) dias.
63. Compete ao OGMO promover a formação profissional do trabalhador portuário e do trabalhador portuário avulso, adequando-a:
- A) aos modernos processos de movimentação de carga e de operação de aparelhos e equipamentos portuários.
 - B) exclusivamente às exigências da autoridade marítima.
 - C) ao currículo mínimo do ensino médio.
 - D) às normas internas de cada operador portuário.
64. A criação de programas de realocação e de cancelamento do registro, **sem ônus para o trabalhador**, é competência:
- A) do sindicato dos operadores portuários.
 - B) do órgão de gestão de mão de obra.
 - C) da administração do porto.
 - D) do conselho de autoridade portuária.
65. Zelar pelas normas de saúde, higiene e segurança no trabalho portuário avulso é competência expressa:
- A) apenas do operador portuário.
 - B) do OGMO.
 - C) apenas da autoridade portuária.
 - D) do comandante da embarcação.
66. Sobre a responsabilidade do OGMO, assinale a alternativa correta.
- A) O órgão responde subsidiariamente apenas pelas verbas rescisórias.
 - B) O órgão responde por prejuízos causados pelos trabalhadores portuários avulsos aos tomadores dos seus serviços ou a terceiros.
 - C) O órgão responde, solidariamente com os operadores portuários, pela remuneração devida ao trabalhador portuário avulso e pelas indenizações decorrentes de acidente de trabalho.
 - D) O órgão não possui qualquer responsabilidade patrimonial.
67. Quanto aos prejuízos causados pelos trabalhadores portuários avulsos aos tomadores dos seus serviços ou a terceiros, o OGMO:
- A) responde integralmente e com exclusividade.
 - B) responde solidariamente.
 - C) não responde.
 - D) responde subsidiariamente.
68. O órgão de gestão de mão de obra pode exigir dos operadores portuários:
- A) seguro de vida em favor do próprio OGMO.
 - B) caução em dinheiro equivalente a doze meses de folha.
 - C) garantia prévia dos respectivos pagamentos, para atender a requisição de trabalhadores portuários avulsos.
 - D) fiança bancária obrigatória de 50% do contrato.
69. As matérias relativas à formação profissional e ao treinamento multifuncional serão discutidas em fórum permanente composto, em caráter paritário, por representantes:
- A) apenas dos sindicatos de trabalhadores.
 - B) apenas dos operadores portuários.
 - C) do governo e da sociedade civil.

D) da ANTAQ e da autoridade marítima.

70. A representação da sociedade civil no fórum permanente previsto no art. 33 da Lei nº 12.815/2013 será:

- A) majoritária dos trabalhadores.
- B) paritária entre trabalhadores e empresários.
- C) definida por indicação do poder concedente.
- D) majoritária dos empresários.

71. O exercício das atribuições previstas nos arts. 32 e 33 pelo OGMO:

- A) implica vínculo empregatício com o trabalhador portuário avulso.
- B) não implica vínculo empregatício com o trabalhador portuário avulso.
- C) implica vínculo empregatício a partir do terceiro ano de registro.
- D) implica vínculo empregatício apenas com os trabalhadores cadastrados.

72. Segundo o art. 35 da Lei nº 12.815/2013, o órgão de gestão de mão de obra:

- A) é proibido de ceder trabalhadores em qualquer hipótese.
- B) somente pode ceder trabalhadores por prazo não superior a 30 dias.
- C) somente pode ceder trabalhadores mediante autorização judicial.
- D) pode ceder trabalhador portuário avulso, em caráter permanente, ao operador portuário.

73. A gestão da mão de obra do trabalho portuário avulso deve observar as normas:

- A) do contrato, convenção ou acordo coletivo de trabalho.
- B) exclusivamente do regulamento interno do OGMO.
- C) editadas unilateralmente pelo operador portuário.
- D) fixadas por portaria da ANTAQ.

74. Deve ser constituída, no âmbito do órgão de gestão de mão de obra, comissão paritária para:

- A) solucionar litígios decorrentes da aplicação do disposto nos arts. 32, 33 e 35 da Lei nº 12.815/2013.
- B) julgar recursos contra atos da ANTAQ.
- C) fixar tarifas portuárias.
- D) aprovar o orçamento da autoridade portuária.

75. Em caso de impasse na comissão paritária do OGMO, as partes devem recorrer:

- A) à arbitragem de ofertas finais.
- B) ao Ministério Público do Trabalho.
- C) à mediação obrigatória da ANTAQ.
- D) ao Tribunal Regional do Trabalho.

76. Firmado o compromisso arbitral no âmbito do OGMO:

- A) somente o operador portuário pode desistir.
- B) qualquer das partes pode desistir a qualquer tempo.
- C) não será admitida a desistência de qualquer das partes.
- D) a desistência depende de homologação judicial.

77. O laudo arbitral proferido para solução da pendência no âmbito do OGMO constitui:

- A) sentença judicial transitada em julgado.
- B) mera recomendação, sem força executiva.
- C) parecer opinativo sujeito a homologação da ANTAQ.
- D) título executivo extrajudicial.

78. As ações relativas aos créditos decorrentes da relação de trabalho avulso prescrevem em:

- A) 5 (cinco) anos até o limite de 5 (cinco) anos após o cancelamento do registro.
- B) 5 (cinco) anos até o limite de 2 (dois) anos após o cancelamento do registro ou do cadastro no órgão gestor de mão de obra.
- C) 10 (dez) anos, sem qualquer limite.
- D) 2 (dois) anos, contados do término de cada serviço.

79. O órgão de gestão de mão de obra terá obrigatoriamente:

- A) apenas uma diretoria executiva.
- B) 2 (dois) conselhos deliberativos.
- C) 1 (um) conselho fiscal e 1 (uma) assembleia geral.
- D) 1 (um) conselho de supervisão e 1 (uma) diretoria executiva.

80. O conselho de supervisão do OGMO será composto por:
- A) 3 (três) membros titulares e seus suplentes.
 - B) número variável definido por acordo coletivo.
 - C) 5 (cinco) membros titulares.
 - D) 7 (sete) membros titulares e suplentes.
81. É competência do conselho de supervisão do OGMO:
- A) fixar as tarifas portuárias.
 - B) deliberar sobre o número de vagas, a forma e a periodicidade para acesso ao registro do trabalhador portuário avulso.
 - C) autorizar a atracação de embarcações.
 - D) pré-qualificar operadores portuários.
82. A diretoria executiva do OGMO será composta por 1 (um) ou mais diretores, cujo prazo de gestão será de:
- A) 3 (três) anos, permitida a redesignação.
 - B) 1 (um) ano, vedada a redesignação.
 - C) 4 (quatro) anos, vedada a redesignação.
 - D) 2 (dois) anos, permitida uma recondução.
83. Até que fração dos membros do conselho de supervisão poderá ser designada para cargos de diretores do OGMO?
- A) Nenhum membro pode ser designado.
 - B) Até 1/2 (metade).
 - C) Até 2/3 (dois terços).
 - D) Até 1/3 (um terço).
84. Segundo o art. 39 da Lei nº 12.815/2013, o órgão de gestão de mão de obra é reputado de utilidade pública, sendo-lhe **vedado**:
- A) arrecadar contribuições destinadas ao seu custeio.
 - B) aplicar penalidades disciplinares.
 - C) ter fins lucrativos, prestar serviços a terceiros ou exercer qualquer atividade não vinculada à gestão de mão de obra.
 - D) treinar profissionalmente os trabalhadores portuários.
85. O trabalho portuário de capatazia, estiva, conferência de carga, conserto de carga, bloco e vigilância de embarcações, nos portos organizados, será realizado por:
- A) trabalhadores temporários contratados na forma da Lei nº 6.019/1974.
 - B) trabalhadores portuários com vínculo empregatício por prazo indeterminado e por trabalhadores portuários avulsos.
 - C) exclusivamente por empregados das administrações portuárias.
 - D) exclusivamente por trabalhadores portuários avulsos.
86. Atividade de movimentação de mercadorias **nas instalações dentro do porto**, compreendendo o recebimento, conferência, transporte interno, abertura de volumes para a conferência aduaneira, manipulação, arrumação e entrega, bem como o carregamento e descarga de embarcações, quando efetuados por aparelhamento portuário. Trata-se de:
- A) conserto de carga.
 - B) capatazia.
 - C) bloco.
 - D) estiva.
87. Atividade de movimentação de mercadorias **nos conveses ou nos porões** das embarcações principais ou auxiliares, incluindo o transbordo, arrumação, peação e despeação, bem como o carregamento e a descarga, quando realizados com equipamentos de bordo. Trata-se de:
- A) estiva.
 - B) capatazia.
 - C) vigilância de embarcações.
 - D) conferência de carga.
88. Contagem de volumes, anotação de suas características, procedência ou destino, verificação do estado das mercadorias, assistência à pesagem, conferência do manifesto e demais serviços correlatos, nas

operações de carregamento e descarga de embarcações. Trata-se de:

- A) conserto de carga.
- B) conferência de carga.
- C) capatazia.
- D) bloco.

89. Reparo e restauração das embalagens de mercadorias, nas operações de carregamento e descarga de embarcações, reembalagem, marcação, remarcação, carimbagem, etiquetagem, abertura de volumes para vistoria e posterior recomposição. Trata-se de:

- A) conserto de carga.
- B) estiva.
- C) conferência de carga.
- D) bloco.

90. Atividade de fiscalização da entrada e saída de pessoas a bordo das embarcações atracadas ou fundeadas ao largo, bem como da movimentação de mercadorias nos portalós, rampas, porões, conveses, plataformas e em outros locais da embarcação. Trata-se de:

- A) guarda portuária.
- B) vigilância de embarcações.
- C) capatazia.
- D) conferência de carga.

91. Atividade de limpeza e conservação de embarcações mercantes e de seus tanques, incluindo batimento de ferrugem, pintura, reparos de pequena monta e serviços correlatos. Trata-se de:

- A) bloco.
- B) estiva.
- C) capatazia.
- D) conserto de carga.

92. A peação e a despeação de mercadorias nos porões e conveses das embarcações inserem-se, por definição legal, na atividade de:

- A) estiva.
- B) bloco.
- C) capatazia.
- D) conferência de carga.

93. O batimento de ferrugem e a pintura de embarcações mercantes e de seus tanques inserem-se na atividade de:

- A) bloco.
- B) conserto de carga.
- C) estiva.
- D) capatazia.

94. A contratação de trabalhadores portuários de capatazia, bloco, estiva, conferência de carga, conserto de carga e vigilância de embarcações com vínculo empregatício por prazo indeterminado será feita:

- A) exclusivamente dentre trabalhadores portuários avulsos registrados.
- B) livremente no mercado de trabalho.
- C) exclusivamente dentre trabalhadores cadastrados, ainda que não registrados.
- D) mediante concurso público.

95. Nas atividades de capatazia, estiva, conferência de carga, conserto de carga, bloco e vigilância de embarcações, o operador portuário:

- A) não poderá locar ou tomar mão de obra sob o regime de trabalho temporário de que trata a Lei nº 6.019/1974.
- B) poderá utilizar trabalho temporário mediante autorização do OGMO.
- C) poderá utilizar trabalho temporário apenas em períodos de safra.
- D) poderá tomar mão de obra sob regime de trabalho temporário da Lei nº 6.019/1974.

96. As categorias previstas no caput do art. 40 da Lei nº 12.815/2013 constituem:

- A) categorias econômicas.
- B) profissões liberais regulamentadas.

- C) categorias profissionais diferenciadas.
- D) categoria profissional única e indivisível.

97. Desde que possuam a qualificação necessária, os trabalhadores portuários avulsos registrados e cadastrados poderão desempenhar quaisquer das atividades do § 1º do art. 40:

- A) somente após cinco anos de registro na categoria de origem.
- B) desde que haja acordo ou convenção coletiva autorizando.
- C) mediante pagamento de nova taxa de inscrição ao OGMO.
- D) vedada a exigência de novo registro ou cadastro específico, independentemente de acordo ou convenção coletiva.

98. O OGMO organizará e manterá cadastro de trabalhadores portuários **habilitados** ao desempenho das atividades referidas no § 1º do art. 40 e, ainda:

- A) o inventário das cargas perigosas movimentadas.
- B) o registro dos trabalhadores portuários avulsos.
- C) o cadastro das embarcações atracadas.
- D) o registro dos operadores portuários.

99. A inscrição no cadastro do trabalhador portuário dependerá **exclusivamente** de:

- A) prévia habilitação profissional do trabalhador interessado, mediante treinamento realizado em entidade indicada pelo OGMO.
- B) tempo mínimo de residência no Município do porto.
- C) filiação ao sindicato da categoria.
- D) indicação de trabalhador já registrado.

100. O ingresso no registro do trabalhador portuário avulso depende de prévia seleção e inscrição no cadastro, obedecidas:

- A) a maior idade dos candidatos.
- B) a disponibilidade de vagas e a ordem cronológica de inscrição no cadastro.
- C) a indicação do operador portuário interessado.
- D) a ordem alfabética dos inscritos.

GABARITO COMENTADO — QUESTÕES 1 A 100

1. **A** — Art. 1º, caput. A Lei regula portos, instalações portuárias e as atividades dos operadores portuários.
2. **B** — Art. 1º, § 1º. Dentro do porto organizado: concessão e arrendamento.
3. **B** — Art. 1º, § 2º. Fora da área do porto organizado: autorização. Pegadinha clássica de troca com o § 1º.
4. **B** — Art. 1º, § 3º. Exige pessoa jurídica com capacidade demonstrada, por sua conta e risco.
5. **B** — Art. 2º, I. O elemento decisivo é "sob jurisdição de autoridade portuária".
6. **B** — Art. 2º, II. Inclui a infraestrutura de proteção e de acesso.
7. **D** — Art. 2º, III. Note que pode estar dentro **ou fora** da área do porto organizado.
8. **B** — Art. 2º, IV. Autorização + fora da área do porto organizado.
9. **B** — Art. 2º, V. A palavra-chave é "exclusivamente para operação de transbordo".
10. **B** — Art. 2º, VI. Movimentação em embarcações de navegação interior.
11. **D** — Art. 2º, VII. É a única modalidade do art. 2º que admite arrendamento **ou** autorização.
12. **A** — Art. 2º, IX. Concessão recai sobre o porto organizado como um todo.
13. **B** — Art. 2º, X. Delegação se dá mediante convênio (Lei nº 9.277/1996).
14. **D** — Art. 2º, XI. Arrendamento é dentro do porto organizado; autorização é fora.
15. **B** — Art. 2º, XII. Formalizada por contrato de adesão.
16. **C** — Art. 2º, XIII. Note: pessoa **jurídica** e **dentro** da área do porto organizado.
17. **D** — Art. 3º, II.
18. **A** — Art. 3º, III.
19. **A** — Art. 3º, VI, incluído pela Lei nº 14.047/2020.
20. **A** — Art. 3º, IV.
21. **D** — Art. 4º (redação da Lei nº 14.047/2020). Licitação é sempre prévia.
22. **D** — Art. 5º, § 2º. Reversão ao patrimônio da União.
23. **A** — Art. 5º-D, § 1º. 48 meses, improrrogável.
24. **A** — Art. 8º, § 2º. 25 anos, prorrogável por períodos sucessivos (não é "uma única vez").
25. **C** — Art. 8º, § 2º, I e II.
26. **D** — Art. 8º, I a IV.
27. **B** — Art. 9º, § 1º, II. Prazo de 30 dias.
28. **C** — Art. 6º, caput.
29. **B** — Art. 14, I a III.
30. **B** — Art. 15. Ato do Presidente da República.
31. **C** — Art. 17, § 1º. Administração do porto organizado = autoridade portuária.
32. **D** — Art. 17, § 1º, III. As demais alternativas são atribuições do OGMO.
33. **A** — Art. 17, § 1º, XIII.
34. **B** — Art. 17, § 1º, XIV.
35. **D** — Art. 17, § 1º, XV.
36. **A** — Art. 18, I, "d". Sob coordenação da autoridade **marítima**.
37. **A** — Art. 18, II, "a" e "b". Sob coordenação da autoridade **aduaneira**.
38. **D** — Art. 20, caput. Natureza consultiva.
39. **C** — Art. 20, § 2º.
40. **C** — Art. 20, § 3º, I a III. Memorize: 50 / 25 / 25.
41. **C** — Art. 25, caput.
42. **A** — Art. 25, § 2º. 30 dias.
43. **B** — Art. 25, § 3º. Recurso em 15 dias, apreciado em 30 dias.
44. **B** — Art. 25, § 4º.
45. **A** — Art. 26, IV.
46. **C** — Art. 26, V.
47. **C** — Art. 27, § 1º.
48. **A** — Art. 27, § 2º. A bordo, prevalece a instrução do comandante quanto à segurança da embarcação.
49. **D** — Art. 28, I.

50. **B** — Art. 28, II, "e". A exceção é o **rechego**.
51. **D** — Art. 29.
52. **D** — Art. 30.
53. **D** — Art. 32, caput. Quem constitui o OGMO são os **operadores portuários**, em cada porto organizado.
54. **B** — Art. 32, I.
55. **A** — Art. 32, II. A expressão "com exclusividade" é frequentemente cobrada.
56. **B** — Art. 32, III.
57. **A** — Art. 32, V.
58. **D** — Art. 32, VI.
59. **C** — Art. 32, VII.
60. **B** — Art. 32, parágrafo único. O instrumento coletivo **precede** o órgão gestor.
61. **C** — Art. 33, I, "a", "b" e "c".
62. **A** — Art. 33, I, "b". 10 a 30 dias. Não confundir com os 30 a 180 dias do art. 47, III e IV.
63. **A** — Art. 33, II, "a".
64. **B** — Art. 33, II, "c".
65. **B** — Art. 33, V.
66. **C** — Art. 33, § 2º. Item campeão de incidência em provas de OGMO.
67. **C** — Art. 33, § 1º. O OGMO **não** responde por esses prejuízos.
68. **C** — Art. 33, § 3º.
69. **C** — Art. 33, § 4º.
70. **B** — Art. 33, § 5º.
71. **B** — Art. 34. Não há vínculo empregatício.
72. **D** — Art. 35. A cessão em caráter permanente é expressamente permitida.
73. **A** — Art. 36.
74. **A** — Art. 37, caput.
75. **A** — Art. 37, § 1º. Arbitragem de ofertas finais.
76. **C** — Art. 37, § 2º.
77. **D** — Art. 37, § 3º.
78. **B** — Art. 37, § 4º. Fórmula: 5 anos, limitados a 2 anos após o cancelamento.
79. **D** — Art. 38, caput.
80. **A** — Art. 38, § 1º. Três titulares e respectivos suplentes.
81. **B** — Art. 38, § 1º, I, que remete ao art. 32, V.
82. **A** — Art. 38, § 2º. Três anos, permitida a redesignação.
83. **D** — Art. 38, § 3º. Até 1/3.
84. **C** — Art. 39. Três vedações: fins lucrativos, serviços a terceiros e atividade não vinculada à gestão de mão de obra.
85. **B** — Art. 40, caput. Duas formas de trabalho convivem.
86. **B** — Art. 40, § 1º, I. Marca da capatazia: "instalações dentro do porto" e "aparelhamento portuário".
87. **A** — Art. 40, § 1º, II. Marca da estiva: "conveses ou porões" e "equipamentos de bordo". É a definição do cargo do edital.
88. **B** — Art. 40, § 1º, III.
89. **A** — Art. 40, § 1º, IV. Conserto de carga age sobre a **embalagem**.
90. **B** — Art. 40, § 1º, V. Não confundir com guarda portuária (art. 17, § 1º, XV).
91. **A** — Art. 40, § 1º, VI.
92. **A** — Art. 40, § 1º, II. Peação e despeação são expressamente da estiva.
93. **A** — Art. 40, § 1º, VI.
94. **A** — Art. 40, § 2º. Exclusivamente dentre avulsos **registrados** (não basta cadastrado).
95. **A** — Art. 40, § 3º.
96. **C** — Art. 40, § 4º.
97. **D** — Art. 40, § 5º, incluído pela Lei nº 14.047/2020. Multifuncionalidade independe de norma coletiva.
98. **B** — Art. 41, I e II. Cadastro = habilitados; registro = avulsos.
99. **A** — Art. 41, § 1º.
100. **B** — Art. 41, § 2º. Disponibilidade de vagas + ordem cronológica de inscrição.

Lei nº 12.815/2013 — Parte II e Lei nº 9.719/1998

Questões 101 a 200

- **101 a 150** — Lei nº 12.815/2013 (conclusão) e formatos típicos FUNDATEC (assertivas e colunas)

- **151 a 200** — Lei nº 9.719/1998 (parte 1)

LEI Nº 12.815/2013 — ARTS. 42 A 52 E CONSOLIDAÇÃO

101. A seleção e o registro do trabalhador portuário avulso serão feitos pelo OGMO de acordo com as normas estabelecidas em:

- A) contrato, convenção ou acordo coletivo de trabalho.
- B) resolução da ANTAQ.
- C) decreto do poder concedente.
- D) portaria da autoridade portuária.

102. A inscrição no cadastro e o registro do trabalhador portuário extinguem-se por:

- A) ausência superior a 30 dias.
- B) morte ou cancelamento.
- C) aposentadoria compulsória apenas.
- D) mudança de domicílio.

103. A remuneração, a definição das funções, a composição dos ternos, a multifuncionalidade e as demais condições do trabalho avulso serão objeto de:

- A) portaria do Ministério do Trabalho e Emprego.
- B) negociação entre as entidades representativas dos trabalhadores portuários avulsos e dos operadores portuários.
- C) ato unilateral do OGMO.
- D) deliberação do conselho de autoridade portuária.

104. A negociação prevista no art. 43 da Lei nº 12.815/2013 contemplará a garantia de renda mínima inserida em:

- A) Convenção nº 152 da OIT.
- B) Convenção nº 29 da OIT.
- C) Convenção nº 155 da OIT.
- D) item 2 do Artigo 2 da Convenção nº 137 da Organização Internacional do Trabalho.

105. Aos titulares de instalações portuárias sujeitas a regime de **autorização** é facultada a contratação de trabalhadores:

- A) exclusivamente sob regime de trabalho temporário.
- B) somente por meio do OGMO local.
- C) apenas dentre avulsos registrados no porto organizado mais próximo.
- D) a prazo indeterminado, observado o disposto no contrato, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

106. Constitui infração, nos termos do art. 46 da Lei nº 12.815/2013:

- A) a filiação sindical do trabalhador avulso.
- B) a recusa injustificada, por parte do órgão de gestão de mão de obra, da distribuição de trabalhadores a qualquer operador portuário.
- C) a realização de treinamento multifuncional.
- D) a constituição de cooperativa de trabalhadores avulsos.

107. A utilização de terrenos, área, equipamentos e instalações portuárias, dentro ou fora do porto organizado, com desvio de finalidade ou com desrespeito à lei ou aos regulamentos:

- A) sujeita-se somente às normas municipais.
- B) não constitui infração se houver anuência do operador.
- C) constitui apenas infração ambiental.
- D) constitui infração nos termos da Lei nº 12.815/2013.

108. São penas aplicáveis às infrações previstas na Lei nº 12.815/2013:

- A) somente multa e advertência.

- B) advertência; multa; proibição de ingresso na área do porto; suspensão da atividade de operador portuário; e cancelamento do credenciamento do operador portuário.
- C) detenção de 1 a 3 anos e multa.
- D) apenas cancelamento do credenciamento.

109. A pena de proibição de ingresso na área do porto tem duração de:

- A) 15 (quinze) a 90 (noventa) dias.
- B) 10 (dez) a 60 (sessenta) dias.
- C) 60 (sessenta) a 360 (trezentos e sessenta) dias.
- D) 30 (trinta) a 180 (cento e oitenta) dias.

110. A suspensão da atividade de operador portuário aplica-se pelo período de:

- A) 90 (noventa) a 360 (trezentos e sessenta) dias.
- B) 5 (cinco) a 15 (quinze) dias.
- C) 30 (trinta) a 180 (cento e oitenta) dias.
- D) 10 (dez) a 30 (trinta) dias.

111. Na falta de pagamento de multa, contado da ciência pelo infrator da decisão final que impuser a penalidade, será realizado processo de execução após o prazo de:

- A) 10 (dez) dias.
- B) 60 (sessenta) dias.
- C) 30 (trinta) dias.
- D) 15 (quinze) dias.

112. As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação das multas previstas na Lei nº 12.815/2013 reverterão para:

- A) o OGMO do porto onde ocorreu a infração.
- B) o Fundo de Amparo ao Trabalhador.
- C) a ANTAQ.
- D) o Município sede do porto.

113. O Processo Seletivo do OGMO/RG nº 01/2026 informa observar o disposto na Lei Federal nº 12.815/2013. Nos termos dessa Lei, a atribuição de **selecionar e registrar** o trabalhador portuário avulso é:

- A) do operador portuário.
- B) da autoridade portuária.
- C) da ANTAQ.
- D) do órgão de gestão de mão de obra.

114. Assinale a alternativa que **NÃO** corresponde a uma das seis categorias de trabalho portuário previstas no art. 40 da Lei nº 12.815/2013.

- A) Guarda portuária.
- B) Vigilância de embarcações.
- C) Bloco.
- D) Conserto de carga.

115. Assinale a alternativa que apresenta **somente** categorias previstas no art. 40 da Lei nº 12.815/2013.

- A) Capatazia, rebocagem e vigilância de embarcações.
- B) Capatazia, estiva e praticagem.
- C) Estiva, dragagem e conserto de carga.
- D) Estiva, bloco e conferência de carga.

116. Analise as assertivas abaixo sobre o OGMO:

I. É reputado de utilidade pública.

II. Pode ter fins lucrativos, desde que reinvesta os resultados no porto.

III. Não pode prestar serviços a terceiros.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e III.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas I.

D) I, II e III.

117. Analise as assertivas abaixo:

- I. O OGMO responde solidariamente com os operadores portuários pela remuneração devida ao trabalhador portuário avulso.
- II. O OGMO responde pelos prejuízos causados pelos avulsos a terceiros.
- III. O OGMO responde solidariamente pelas indenizações decorrentes de acidente de trabalho.

Quais estão corretas?

- A) I, II e III.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas I e II.

118. Analise as assertivas sobre o cadastro e o registro:

- I. O cadastro é de trabalhadores portuários habilitados ao desempenho das atividades do § 1º do art. 40.
- II. O registro é dos trabalhadores portuários avulsos.
- III. O ingresso no registro independe de prévia inscrição no cadastro.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II e III.
- B) I, II e III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.

119. Relacione a Coluna 1 à Coluna 2.

Coluna 1: (1) Capatazia — (2) Estiva — (3) Bloco

Coluna 2:

- () Movimentação nos conveses ou porões, com equipamentos de bordo.
 - () Limpeza e conservação de embarcações mercantes e de seus tanques.
 - () Movimentação nas instalações dentro do porto, com aparelhamento portuário.
- A) 2 – 1 – 3.
 - B) 2 – 3 – 1.
 - C) 3 – 1 – 2.
 - D) 1 – 2 – 3.

120. Relacione a Coluna 1 à Coluna 2.

Coluna 1: (1) Concessão — (2) Arrendamento — (3) Autorização

Coluna 2:

- () Instalação portuária fora da área do porto organizado, por contrato de adesão.
 - () Cessão onerosa do porto organizado.
 - () Cessão onerosa de área e infraestrutura dentro do porto organizado.
- A) 2 – 3 – 1.
 - B) 1 – 2 – 3.
 - C) 3 – 2 – 1.
 - D) 3 – 1 – 2.

121. Relacione a Coluna 1 à Coluna 2.

Coluna 1: (1) Conferência de carga — (2) Conserto de carga — (3) Vigilância de embarcações

Coluna 2:

- () Reembalagem, marcação, remarcação, carimbagem e etiquetagem.

() Fiscalização da entrada e saída de pessoas a bordo.

() Contagem de volumes e assistência à pesagem.

A) 2 – 1 – 3.

B) 1 – 3 – 2.

C) 2 – 3 – 1.

D) 3 – 2 – 1.

122. Assinale a alternativa **INCORRETA** sobre o trabalho portuário na Lei nº 12.815/2013.

A) O exercício das atribuições do OGMO não gera vínculo empregatício com o avulso.

B) O operador portuário pode tomar mão de obra sob regime de trabalho temporário nas atividades do art. 40.

C) As categorias do art. 40 constituem categorias profissionais diferenciadas.

D) O OGMO mantém, com exclusividade, o cadastro e o registro.

123. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

A) A autorização de instalação portuária tem prazo de até 25 anos, prorrogável por períodos sucessivos.

B) A pré-qualificação do operador portuário é feita perante a administração do porto.

C) A concessão de bem público destinado à exploração do porto organizado prescinde de licitação.

D) O contrato de uso temporário tem prazo improrrogável de até 48 meses.

124. Sobre a arbitragem no âmbito do OGMO, é **INCORRETO** afirmar que:

A) o laudo arbitral constitui título executivo extrajudicial.

B) firmado o compromisso arbitral, qualquer das partes pode desistir livremente.

C) os árbitros devem ser escolhidos de comum acordo entre as partes.

D) em caso de impasse, as partes devem recorrer à arbitragem de ofertas finais.

125. Em relação ao conselho de autoridade portuária, é **INCORRETO** afirmar:

A) suas decisões vinculam obrigatoriamente a ANTAQ.

B) 50% das vagas são de representantes do poder público.

C) é órgão consultivo da administração do porto.

D) a representação empresarial e dos trabalhadores é paritária.

126. O trabalhador portuário avulso que é cedido ao operador portuário em caráter permanente, nos termos do art. 35 da Lei nº 12.815/2013:

A) é obrigado a filiar-se à cooperativa de operadores.

B) perde automaticamente o registro no OGMO.

C) passa a ser considerado servidor público.

D) mantém o registro, deixando de concorrer à escala como avulso enquanto durar a cessão.

127. Segundo a Lei nº 12.815/2013, a atividade de recheio, no caso de carga sólida a granel movimentada por aparelhos mecânicos automáticos:

A) é vedada nos portos organizados.

B) não dispensa a intervenção do operador portuário.

C) dispensa a intervenção do operador portuário.

D) é privativa da autoridade aduaneira.

128. A Lei nº 12.815/2013 revogou expressamente:

A) a Lei nº 9.719/1998.

B) a Consolidação das Leis do Trabalho no que se refere a portos.

C) a Lei nº 10.233/2001.

D) a Lei nº 8.630/1993.

129. O descumprimento do disposto nos arts. 36, 39 e 42 da Lei nº 12.815/2013 sujeitará o infrator à multa prevista:

A) no inciso III do art. 10 da Lei nº 9.719/1998.

B) na CLT, art. 47.

C) no art. 47 da própria Lei nº 12.815/2013.

D) no inciso I do art. 10 da Lei nº 9.719/1998.

130. O descumprimento do caput e do § 3º do art. 40 da Lei nº 12.815/2013 sujeitará o infrator à multa prevista:
- A) no art. 634-A da CLT.
 - B) no inciso I do art. 10 da Lei nº 9.719/1998.
 - C) no inciso III do art. 10 da Lei nº 9.719/1998.
 - D) no inciso II do art. 10 da Lei nº 9.719/1998.
131. Assinale a alternativa correta sobre o cadastro do trabalhador portuário.
- A) A inscrição depende de aprovação em concurso público federal.
 - B) A inscrição depende exclusivamente de prévia habilitação profissional, mediante treinamento realizado em entidade indicada pelo OGMO.
 - C) A inscrição é automática para qualquer maior de 18 anos.
 - D) A inscrição depende de autorização da autoridade marítima.
132. É correto afirmar sobre o registro do trabalhador portuário avulso:
- A) o ingresso depende apenas da vontade do interessado.
 - B) o ingresso depende de prévia seleção e inscrição no cadastro, obedecidas a disponibilidade de vagas e a ordem cronológica de inscrição.
 - C) o ingresso independe de disponibilidade de vagas.
 - D) o ingresso é feito por sorteio público obrigatório.
133. O treinamento multifuncional do trabalhador portuário e do trabalhador portuário avulso é competência:
- A) da ANTAQ.
 - B) do sindicato patronal.
 - C) do órgão de gestão de mão de obra.
 - D) da autoridade portuária.
134. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma das finalidades do OGMO previstas no art. 32.
- A) Definir a poligonal do porto organizado.
 - B) Fiscalizar a entrada e saída de embarcações.
 - C) Expedir os documentos de identificação do trabalhador portuário.
 - D) Arrecadar tarifas portuárias.
135. As atividades de conferência de carga incluem a assistência à pesagem e a conferência do:
- A) termo de avaria.
 - B) plano de peação.
 - C) certificado de arqueação.
 - D) manifesto.
136. A abertura de volumes para **vistoria** e posterior recomposição é atividade típica de:
- A) conferência de carga.
 - B) capatazia.
 - C) conserto de carga.
 - D) estiva.
137. A abertura de volumes para a **conferência aduaneira** é atividade típica de:
- A) conserto de carga.
 - B) bloco.
 - C) estiva.
 - D) capatazia.
138. O transbordo de mercadorias entre embarcações principais ou auxiliares é atividade compreendida na definição legal de:
- A) vigilância de embarcações.
 - B) conferência de carga.
 - C) estiva.
 - D) capatazia.
139. A movimentação de mercadorias nos portalós e rampas da embarcação é objeto de fiscalização na atividade de:
- A) vigilância de embarcações.

- B) conserto de carga.
- C) capatazia.
- D) bloco.

140. Os "reparos de pequena monta" em embarcações mercantes integram a atividade de:

- A) capatazia.
- B) bloco.
- C) conferência de carga.
- D) conserto de carga.

141. Assinale a alternativa correta sobre a diretoria executiva do OGMO.

- A) Tem prazo de gestão de 3 anos, permitida a redesignação.
- B) É composta obrigatoriamente por 3 membros.
- C) É indicada exclusivamente pelos sindicatos de trabalhadores.
- D) Tem mandato vitalício.

142. No silêncio do estatuto ou contrato social do OGMO, competirá:

- A) ao Ministério do Trabalho a representação do órgão.
- B) ao conselho de supervisão a representação do órgão.
- C) a qualquer diretor a representação do órgão e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular.
- D) à autoridade portuária a representação do órgão.

143. Compete ao conselho de supervisão do OGMO fiscalizar a gestão dos diretores e:

- A) autorizar a atracação de embarcações.
- B) fixar as tarifas de armazenagem.
- C) examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis do órgão.
- D) aplicar penalidades administrativas aos operadores portuários.

144. Sobre a atuação do operador portuário, assinale a alternativa correta.

- A) Está dispensado de pré-qualificação em portos organizados.
- B) É titular e responsável pela coordenação das operações portuárias que efetuar.
- C) Responde apenas perante o armador.
- D) É pessoa física habilitada pelo OGMO.

145. Analise as assertivas sobre a Lei nº 12.815/2013:

I. As cooperativas de trabalhadores portuários avulsos registrados podem estabelecer-se como operadores portuários.

II. A administração do porto é considerada pré-qualificada como operador portuário.

III. O operador portuário responde perante o trabalhador portuário pela remuneração dos serviços prestados.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II e III.
- B) I, II e III.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas I e II.

146. Analise as assertivas sobre prazos previstos na Lei nº 12.815/2013:

I. A administração do porto tem 30 dias para decidir sobre a pré-qualificação.

II. O recurso contra o indeferimento da pré-qualificação deve ser interposto em 15 dias.

III. O anúncio público para autorização de instalação portuária tem prazo de 60 dias.

Quais estão corretas?

- A) I, II e III.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas I e II.

147. Assinale a alternativa correta quanto às penalidades disciplinares aplicáveis pelo OGMO ao trabalhador portuário avulso.

- A) Repreensão verbal ou por escrito, suspensão do registro de 10 a 30 dias e cancelamento do registro.
- B) Apenas cancelamento do registro, sem gradação.
- C) Advertência, multa de 1 a 5 salários mínimos e demissão por justa causa.
- D) Suspensão do registro de 30 a 180 dias e cancelamento do cadastro.

148. Um trabalhador portuário avulso registrado na categoria de estiva, devidamente qualificado, pretende operar também em atividade de conferência de carga. Segundo a Lei nº 12.815/2013:

- A) poderá desempenhar a atividade, vedada a exigência de novo registro ou cadastro específico, independentemente de acordo ou convenção coletiva.
- B) precisará obter novo registro específico na categoria de conferência.
- C) está impedido, pois as categorias são estanques.
- D) somente poderá fazê-lo se houver convenção coletiva expressa.

149. A prescrição das ações relativas aos créditos decorrentes da relação de trabalho avulso, prevista no art. 37, § 4º, da Lei nº 12.815/2013, é de:

- A) 3 anos, até o limite de 1 ano após o cancelamento do registro.
- B) 2 anos, contados do cancelamento do registro.
- C) 5 anos, contados do término de cada serviço, sem limite.
- D) 5 anos, até o limite de 2 anos após o cancelamento do registro ou do cadastro.

150. Segundo o art. 44 da Lei nº 12.815/2013, a contratação de trabalhadores a prazo indeterminado pelos titulares de instalações portuárias sujeitas ao regime de autorização é:

- A) vedada.
- B) obrigatória.
- C) condicionada à autorização da ANTAQ.
- D) facultada, observado o disposto no contrato, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

LEI Nº 9.719/1998 — PARTE 1

151. A Lei nº 9.719/1998 dispõe sobre:

- A) normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário, instituindo multas pela inobservância de seus preceitos.
- B) o Programa Nacional de Dragagem.
- C) a criação da ANTAQ.
- D) o regime jurídico da exploração dos portos organizados.

152. Nos termos do art. 1º da Lei nº 9.719/1998, a mão de obra do trabalho portuário avulso deverá ser requisitada:

- A) diretamente ao sindicato da categoria.
- B) à autoridade portuária.
- C) ao órgão gestor de mão de obra.
- D) ao Ministério do Trabalho e Emprego.

153. Cabe ao **operador portuário** recolher ao OGMO os valores devidos pelos serviços executados, referentes à remuneração por navio, acrescidos dos percentuais relativos a décimo terceiro salário, férias, FGTS, encargos fiscais e previdenciários, no prazo de:

- A) 72 (setenta e duas) horas da realização do serviço.
- B) 12 (doze) horas da realização do serviço.
- C) 24 (vinte e quatro) horas da realização do serviço.
- D) 48 (quarenta e oito) horas da realização do serviço.

154. Cabe ao **órgão gestor de mão de obra** efetuar o pagamento da remuneração pelos serviços executados e das parcelas referentes a décimo terceiro salário e férias:

- A) ao sindicato, que repassará ao trabalhador.
- B) mediante depósito em conta do empregador.
- C) ao operador portuário, que repassará ao trabalhador.
- D) diretamente ao trabalhador portuário avulso.

155. O pagamento da remuneração pelos serviços executados ao trabalhador portuário avulso será feito no prazo de:
- A) até o quinto dia útil do mês subsequente.
 - B) 24 (vinte e quatro) horas após o término do serviço.
 - C) 5 (cinco) dias úteis após o término do serviço.
 - D) 48 (quarenta e oito) horas após o término do serviço.
156. As parcelas referentes a férias e décimo terceiro salário do trabalhador portuário avulso serão depositadas pelo OGMO:
- A) separada e respectivamente, em contas individuais vinculadas.
 - B) em conta única do sindicato da categoria.
 - C) na conta-corrente do operador portuário.
 - D) no Fundo de Amparo ao Trabalhador.
157. As contas individuais vinculadas de férias e décimo terceiro do avulso serão abertas e movimentadas:
- A) às expensas do trabalhador.
 - B) às expensas do operador portuário.
 - C) às expensas do órgão gestor de mão de obra.
 - D) às expensas da União.
158. Sobre os saldos das contas individuais vinculadas, deverão incidir rendimentos mensais com base nos parâmetros fixados para atualização dos saldos:
- A) da taxa Selic.
 - B) do FGTS.
 - C) da caderneta de poupança.
 - D) do IPCA.
159. Os depósitos referentes a férias e décimo terceiro salário do avulso serão efetuados:
- A) no dia 7 do mês seguinte ao da prestação do serviço.
 - B) no dia 2 do mês seguinte ao da prestação do serviço.
 - C) no último dia útil do mês da prestação do serviço.
 - D) no dia 20 de cada mês.
160. Caindo o vencimento do depósito das parcelas de férias e décimo terceiro em dia sem expediente bancário, o prazo:
- A) é antecipado para o dia útil anterior.
 - B) é prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.
 - C) é dispensado.
 - D) fica suspenso até o mês seguinte.
161. O operador portuário e o órgão gestor de mão de obra são **solidariamente responsáveis** pelo pagamento dos encargos trabalhistas, das contribuições previdenciárias e demais obrigações devidas à Seguridade Social, sendo:
- A) a responsabilidade exclusiva do OGMO.
 - B) permitida a invocação do benefício de ordem.
 - C) vedada a invocação do benefício de ordem.
 - D) a responsabilidade meramente subsidiária.
162. Os prazos previstos no art. 2º da Lei nº 9.719/1998 podem ser alterados mediante:
- A) portaria do Ministério do Trabalho.
 - B) decisão do conselho de autoridade portuária.
 - C) convenção coletiva firmada entre entidades sindicais representativas dos trabalhadores e operadores portuários.
 - D) ato unilateral do OGMO.
163. A alteração dos prazos do art. 2º por convenção coletiva deve observar:
- A) autorização da ANTAQ.
 - B) o limite máximo de 15 dias.
 - C) prévia homologação judicial.
 - D) o prazo legal para recolhimento dos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários.

164. O OGMO **manterá** o registro do trabalhador portuário avulso que:

- A) sofrer penalidade de suspensão.
- B) não comparecer ao exame médico periódico.
- C) for cedido ao operador portuário para trabalhar em caráter permanente.
- D) permanecer mais de 12 meses sem concorrer à escala.

165. O OGMO também manterá o registro do trabalhador portuário avulso que constituir ou se associar a cooperativa formada para se estabelecer como:

- A) operador portuário.
- B) entidade sindical.
- C) empresa de dragagem.
- D) agência marítima.

166. Enquanto durar a cessão ao operador portuário ou a associação a cooperativa, o trabalhador portuário avulso:

- A) terá seu registro automaticamente cancelado.
- B) continuará concorrendo normalmente à escala.
- C) passará à condição de trabalhador cadastrado.
- D) deixará de concorrer à escala como avulso.

167. É **vedado** ao órgão gestor de mão de obra ceder, em caráter permanente, a operador portuário, o trabalhador portuário avulso:

- A) multifuncional.
- B) cadastrado.
- C) aposentado.
- D) registrado.

168. É assegurado ao trabalhador portuário avulso **cadastrado** no OGMO o direito de:

- A) ocupar vaga permanente no quadro de registrados.
- B) concorrer à escala diária complementando a equipe de trabalho do quadro dos registrados.
- C) escolher livremente o navio em que trabalhará.
- D) receber remuneração mesmo sem prestação de serviço.

169. A escalação do trabalhador portuário avulso será feita pelo órgão gestor de mão de obra em sistema de:

- A) sorteio semanal.
- B) livre indicação do operador.
- C) antiguidade.
- D) rodízio.

170. Segundo o art. 5º, § 1º, da Lei nº 9.719/1998, o OGMO fará a escalação de trabalhadores portuários avulsos:

- A) por convocação telefônica individual.
- B) por meio de lista afixada no cais.
- C) por meio eletrônico, de modo que o trabalhador possa habilitar-se sem comparecer ao posto de escalação.
- D) presencialmente, no posto de escalação.

171. O meio eletrônico adotado para a escalação de trabalhadores portuários avulsos deverá ser:

- A) homologado pela autoridade marítima.
- B) auditado anualmente pela ANTAQ.
- C) gratuito e de código aberto.
- D) inviolável e tecnicamente seguro.

172. Quanto à escalação presencial de trabalhadores portuários, a Lei nº 9.719/1998 estabelece que ela é:

- A) permitida apenas aos cadastrados.
- B) facultativa, a critério do OGMO.
- C) vedada.
- D) obrigatória.

173. Cabe ao operador portuário e ao órgão gestor de mão de obra:

- A) autorizar a atracação da embarcação.

- B) emitir a carteira profissional do avulso.
- C) fixar unilateralmente a remuneração da faina.
- D) verificar a presença, no local de trabalho, dos trabalhadores constantes da escala diária.

174. Somente fará jus à remuneração o trabalhador avulso que:

- A) constante da escala diária, estiver em efetivo serviço.
- B) comparecer ao posto de escalação, ainda que não escalado.
- C) for indicado pelo operador portuário.
- D) estiver registrado há mais de um ano.

175. O OGMO deverá, quando exigido pela fiscalização do Ministério do Trabalho e do INSS, exhibir:

- A) o manifesto de carga das embarcações.
- B) apenas o balanço patrimonial do órgão.
- C) o plano de desenvolvimento e zoneamento do porto.
- D) as listas de escalação diária dos trabalhadores portuários avulsos, por operador portuário e por navio.

176. A responsabilidade pela exatidão dos dados lançados nas listas diárias de escalação cabe:

- A) exclusivamente ao órgão gestor de mão de obra.
- B) à autoridade portuária.
- C) solidariamente ao OGMO e ao sindicato.
- D) exclusivamente ao operador portuário.

177. Ao assegurar a exatidão dos dados das listas diárias, o OGMO deve garantir que não haja:

- A) rodízio entre categorias.
- B) preterição do trabalhador regularmente registrado e simultaneidade na escalação.
- C) participação de trabalhadores cadastrados.
- D) escalação de trabalhadores multifuncionais.

178. Na escalação diária do trabalhador portuário avulso deverá sempre ser observado um intervalo mínimo entre duas jornadas de:

- A) 12 (doze) horas consecutivas.
- B) 11 (onze) horas consecutivas.
- C) 10 (dez) horas consecutivas.
- D) 8 (oito) horas consecutivas.

179. O intervalo mínimo entre duas jornadas do trabalhador portuário avulso pode deixar de ser observado:

- A) sempre que houver navio atracado.
- B) em situações excepcionais, constantes de acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- C) por decisão unilateral do operador portuário.
- D) em nenhuma hipótese.

180. Compete cumprir e fazer cumprir as normas concernentes a saúde e segurança do trabalho portuário:

- A) ao órgão gestor de mão de obra, ao operador portuário e ao empregador, conforme o caso.
- B) exclusivamente ao OGMO.
- C) exclusivamente ao comandante da embarcação.
- D) exclusivamente ao operador portuário.

181. As normas regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho portuário a que se refere o art. 9º da Lei nº 9.719/1998 serão estabelecidas:

- A) pelo conselho de autoridade portuária.
- B) pela ANTAQ.
- C) pelo Ministério do Trabalho.
- D) pela autoridade marítima.

182. A multa por infração ao caput do art. 7º da Lei nº 9.719/1998 é de:

- A) R\$ 1.000,00 a R\$ 10.000,00.
- B) R\$ 345,00 a R\$ 3.450,00.
- C) R\$ 575,00 a R\$ 5.750,00.
- D) R\$ 173,00 a R\$ 1.730,00.

183. A multa por infração às normas de **segurança** do trabalho portuário é de:

- A) R\$ 575,00 a R\$ 5.750,00.

- B) R\$ 750,00 a R\$ 7.500,00.
- C) R\$ 173,00 a R\$ 1.730,00.
- D) R\$ 345,00 a R\$ 3.450,00.

184. A multa por infração às normas de **saúde** do trabalho é de:

- A) R\$ 575,00 a R\$ 5.750,00.
- B) R\$ 173,00 a R\$ 1.730,00.
- C) R\$ 1.150,00 a R\$ 11.500,00.
- D) R\$ 345,00 a R\$ 3.450,00.

185. A multa de R\$ 345,00 a R\$ 3.450,00 prevista no inciso III do art. 10 da Lei nº 9.719/1998 é aplicada:

- A) por operador portuário reincidente.
- B) por dia de atraso no pagamento.
- C) por trabalhador em situação irregular.
- D) por navio operado irregularmente.

186. As multas previstas no art. 10 da Lei nº 9.719/1998 serão graduadas segundo:

- A) a natureza da infração, sua extensão e a intenção de quem a praticou.
- B) o faturamento anual do infrator.
- C) o tempo de registro do trabalhador.
- D) o número de navios atendidos no mês.

187. As multas do art. 10 da Lei nº 9.719/1998 serão aplicadas **em dobro** em caso de:

- A) atraso superior a 30 dias.
- B) infração cometida em fim de semana.
- C) infração cometida por microempresa.
- D) reincidência, oposição à fiscalização e desacato à autoridade.

188. É assegurado benefício assistencial mensal, de até 1 (um) salário mínimo, aos trabalhadores portuários avulsos com mais de:

- A) 55 (cinquenta e cinco) anos.
- B) 65 (sessenta e cinco) anos.
- C) 60 (sessenta) anos.
- D) 50 (cinquenta) anos.

189. O benefício assistencial do art. 10-A da Lei nº 9.719/1998 destina-se aos avulsos que não cumprirem os requisitos para aposentadoria e:

- A) que tenham mais de 30 anos de registro.
- B) que sejam filiados ao sindicato da categoria.
- C) que residam no Município do porto.
- D) que não possuam meios para prover a sua subsistência.

190. O benefício assistencial do art. 10-A **não pode ser acumulado** com qualquer outro no âmbito da seguridade social, salvo:

- A) o seguro-desemprego.
- B) os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória.
- C) o auxílio-acidente.
- D) o salário-família.

191. O processo de autuação e imposição das multas previstas na Lei nº 9.719/1998 obedecerá ao disposto:

- A) na Lei de Execuções Fiscais.
- B) no Regimento Interno da ANTAQ.
- C) no Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho ou na legislação previdenciária, conforme o caso.
- D) no Código de Processo Civil.

192. A Lei nº 9.719/1998 aplica-se também:

- A) somente aos portos organizados delegados a Estados.
- B) aos requisitantes de mão de obra de trabalhador portuário avulso junto ao OGMO que não sejam operadores portuários.
- C) exclusivamente aos terminais de uso privado.
- D) apenas aos operadores portuários pré-qualificados.

193. Compete a fiscalização da observância das disposições contidas na Lei nº 9.719/1998:

- A) à ANTAQ e à autoridade marítima.
- B) ao OGMO e ao conselho de autoridade portuária.
- C) ao Ministério Público do Trabalho, exclusivamente.
- D) ao Ministério do Trabalho e ao INSS.

194. A fiscalização prevista na Lei nº 9.719/1998 pode ser exercida:

- A) apenas em horário comercial e mediante aviso prévio.
- B) nas instalações portuárias ou a bordo de navios.
- C) somente na sede do OGMO.
- D) exclusivamente por meio de requisição de documentos.

195. Analise as assertivas sobre a Lei nº 9.719/1998:

- I. O operador portuário deve recolher os valores ao OGMO em 24 horas da realização do serviço.
- II. O pagamento ao avulso deve ocorrer em 48 horas após o término do serviço.
- III. Os depósitos de férias e 13º são efetuados no dia 2 do mês seguinte ao da prestação do serviço.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) I, II e III.
- D) Apenas II e III.

196. Analise as assertivas sobre a escalação:

- I. É feita pelo OGMO em sistema de rodízio.
- II. Deve ser realizada por meio eletrônico.
- III. A escalação presencial é permitida a critério do OGMO.

Quais estão corretas?

- A) I, II e III.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.

197. Relacione a Coluna 1 à Coluna 2.

Coluna 1: (1) 24 horas — (2) 48 horas — (3) 11 horas

Coluna 2:

- () Intervalo mínimo entre duas jornadas do avulso.
 - () Prazo para o operador recolher os valores ao OGMO.
 - () Prazo para pagamento da remuneração após o término do serviço.
- A) 3 – 1 – 2.
 - B) 3 – 2 – 1.
 - C) 1 – 2 – 3.
 - D) 2 – 3 – 1.

198. Assinale a alternativa **INCORRETA** sobre a Lei nº 9.719/1998.

- A) É vedada a cessão permanente de trabalhador cadastrado ao operador portuário.
- B) O trabalhador cadastrado pode concorrer à escala complementando a equipe dos registrados.
- C) A responsabilidade do operador portuário e do OGMO pelos encargos previdenciários é solidária.
- D) É permitida a invocação do benefício de ordem nessa responsabilidade solidária.

199. Um trabalhador portuário avulso encerrou sua jornada às 18h de segunda-feira. Observado o art. 8º da Lei nº 9.719/1998, e não havendo situação excepcional prevista em norma coletiva, ele poderá ser escalado para nova jornada a partir das:

- A) 6h de terça-feira.
- B) 4h de terça-feira.

- C) 5h de terça-feira.
- D) 2h de terça-feira.

200. Um trabalhador constou da escala diária, mas não se apresentou ao serviço. Nos termos da Lei nº 9.719/1998, ele:

- A) fará jus à remuneração integral.
- B) fará jus à remuneração mediante justificativa posterior.
- C) fará jus a metade da remuneração.
- D) não fará jus à remuneração, pois somente a faz quem, constante da escala, estiver em efetivo serviço.

GABARITO COMENTADO — QUESTÕES 101 A 200

101. **A** — Art. 42 da Lei nº 12.815/2013.
102. **B** — Art. 41, § 3º. Apenas duas causas: morte ou cancelamento.
103. **B** — Art. 43, caput.
104. **D** — Art. 43, parágrafo único. Convenção nº 137 da OIT.
105. **D** — Art. 44.
106. **B** — Art. 46, II.
107. **D** — Art. 46, III.
108. **B** — Art. 47, I a V.
109. **D** — Art. 47, III. 30 a 180 dias.
110. **C** — Art. 47, IV. Mesma faixa do inciso III.
111. **C** — Art. 49. 30 dias.
112. **C** — Art. 50. Revertem para a ANTAQ.
113. **D** — Art. 32, IV.
114. **A** — A guarda portuária é organizada pela administração do porto (art. 17, § 1º, XV), não é categoria do art. 40.
115. **D** — Praticagem, rebocagem e dragagem não integram o rol do art. 40.
116. **A** — Art. 39. A assertiva II contraria a vedação de fins lucrativos.
117. **C** — Art. 33, §§ 1º e 2º. A assertiva II é o oposto do § 1º.
118. **C** — Art. 41, I, II e § 2º. A III contraria o § 2º.
119. **B** — Art. 40, § 1º, I, II e VI.
120. **D** — Art. 2º, IX, XI e XII.
121. **C** — Art. 40, § 1º, III, IV e V.
122. **B** — Art. 40, § 3º veda expressamente o trabalho temporário da Lei nº 6.019/1974.
123. **C** — Art. 4º exige licitação sempre prévia.
124. **B** — Art. 37, § 2º veda a desistência após firmado o compromisso arbitral.
125. **A** — Art. 20 define natureza consultiva; não vincula a ANTAQ.
126. **D** — Art. 35 da Lei nº 12.815/2013 combinado com o art. 3º, I e § 1º, da Lei nº 9.719/1998.
127. **B** — Art. 28, II, "e". O recheio é a exceção à dispensa.
128. **D** — Art. 76, I.
129. **D** — Art. 51.
130. **C** — Art. 52. Atenção: art. 51 remete ao inciso I; art. 52 remete ao inciso III.
131. **B** — Art. 41, § 1º.
132. **B** — Art. 41, § 2º.
133. **C** — Art. 33, II, "b".
134. **C** — Art. 32, VI.
135. **D** — Art. 40, § 1º, III.
136. **C** — Art. 40, § 1º, IV. Vistoria + recomposição = conserto de carga.
137. **D** — Art. 40, § 1º, I. Conferência aduaneira = capatazia. Par clássico de pegadinha com a questão anterior.
138. **C** — Art. 40, § 1º, II.
139. **A** — Art. 40, § 1º, V.
140. **B** — Art. 40, § 1º, VI.
141. **A** — Art. 38, § 2º.
142. **C** — Art. 38, § 4º.
143. **C** — Art. 38, § 1º, III.
144. **B** — Art. 27, § 1º.
145. **B** — Arts. 29, 25, § 4º, e 26, IV. Todas corretas.
146. **D** — Arts. 25, §§ 2º e 3º, e 9º, § 1º, II. O anúncio público é de 30 dias, não 60.
147. **A** — Art. 33, I.
148. **A** — Art. 40, § 5º.
149. **D** — Art. 37, § 4º.

150. D — Art. 44. É faculdade, não obrigação.
151. A — Ementa da Lei nº 9.719/1998.
152. C — Art. 1º.
153. C — Art. 2º, I. Memorize: 24h para recolher ao OGMO.
154. D — Art. 2º, II. Pagamento direto ao trabalhador.
155. D — Art. 2º, § 1º. 48h após o término do serviço.
156. A — Art. 2º, § 2º.
157. C — Art. 2º, § 2º. Às expensas do OGMO.
158. C — Art. 2º, § 2º. Parâmetros da poupança.
159. B — Art. 2º, § 3º. Dia 2 do mês seguinte.
160. B — Art. 2º, § 3º, parte final.
161. C — Art. 2º, § 4º. Vedada a invocação do benefício de ordem.
162. C — Art. 2º, § 5º.
163. D — Art. 2º, § 5º, parte final.
164. C — Art. 3º, I.
165. A — Art. 3º, II.
166. D — Art. 3º, § 1º.
167. B — Art. 3º, § 2º. A vedação alcança o **cadastro**; o registrado pode ser cedido em caráter permanente (art. 35 da Lei nº 12.815/2013). Distinção muito cobrada.
168. B — Art. 4º.
169. D — Art. 5º, caput. Sistema de rodízio.
170. C — Art. 5º, § 1º (Lei nº 14.047/2020).
171. D — Art. 5º, § 2º.
172. C — Art. 5º, § 3º. Vedada.
173. D — Art. 6º, caput.
174. A — Art. 6º, parágrafo único.
175. D — Art. 7º, caput.
176. A — Art. 7º, parágrafo único. Responsabilidade **exclusiva** do OGMO.
177. B — Art. 7º, parágrafo único.
178. B — Art. 8º. Onze horas consecutivas.
179. B — Art. 8º, parte final.
180. A — Art. 9º, caput.
181. C — Art. 9º, parágrafo único.
182. D — Art. 10, I.
183. A — Art. 10, II, primeira parte. Segurança: R\$ 575,00 a R\$ 5.750,00.
184. D — Art. 10, II, segunda parte. Saúde: R\$ 345,00 a R\$ 3.450,00. Truque: **Segurança** tem valor mais alto.
185. C — Art. 10, III. Por trabalhador em situação irregular.
186. A — Art. 10, parágrafo único.
187. D — Art. 10, parágrafo único, parte final.
188. C — Art. 10-A. Mais de 60 anos.
189. D — Art. 10-A, parte final.
190. B — Art. 10-A, parágrafo único.
191. C — Art. 12.
192. B — Art. 13.
193. D — Art. 14.
194. B — Art. 14, parte final.
195. C — Art. 2º, I, § 1º e § 3º. Todas corretas.
196. C — Art. 5º e §§ 1º a 3º. A III contraria o § 3º, que veda a escalação presencial.
197. A — Arts. 8º, 2º, I, e 2º, § 1º.
198. D — Art. 2º, § 4º veda a invocação do benefício de ordem.
199. C — 18h + 11h = 5h da terça-feira.
200. D — Art. 6º, parágrafo único. Exige efetivo serviço.

NR 29 — Parte I

Questões 201 a 300

Versão vigente: redação dada pela Portaria MTP nº 671, de 30/03/2022, com alteração da Portaria MTP nº 4.219, de 20/12/2022 (item 29.7.11, vigente desde 20/03/2023).

29.1 A 29.4 — OBJETIVO, CAMPO DE APLICAÇÃO, COMPETÊNCIAS E PGR

201. A NR 29 tem por objetivo estabelecer as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no trabalho portuário e as diretrizes para:

- A) a implementação do gerenciamento dos riscos ocupacionais nos ambientes de trabalho por ela alcançados.
- B) a organização do rodízio de escalação.
- C) a fixação das tarifas portuárias.
- D) o licenciamento ambiental das instalações portuárias.

202. As disposições da NR 29 aplicam-se ao trabalho portuário:

- A) tanto a bordo como em terra, assim como às demais atividades nos portos e nas instalações portuárias, públicas ou privadas, situadas dentro ou fora da área do porto organizado, e nos terminais retroportuários.
- B) exclusivamente nos terminais de uso privado.
- C) somente em terra, na área do porto organizado.
- D) somente a bordo das embarcações.

203. Aos terminais retroportuários aplicam-se, além das demais normas regulamentadoras, determinados itens da NR 29. Assinale a alternativa que apresenta um desses itens.

- A) 29.21 Segurança nos serviços do vigia de portão.
- B) 29.10 Operação em conveses.
- C) 29.16 Operações com contêineres.
- D) 29.11 Porões.

204. Nos terminais retroportuários, o item 29.27 (Operações com cargas perigosas) aplica-se:

- A) excetuando-se o item 29.27.36 e seu subitem.
- B) não se aplica.
- C) integralmente.
- D) apenas quanto à sinalização.

205. Compete aos operadores portuários e aos tomadores de serviço, em relação aos trabalhadores avulsos:

- A) realizar operação portuária com os trabalhadores utilizando corretamente os EPIs, atendendo à NR-06.
- B) expedir os documentos de identificação do trabalhador.
- C) escalar os trabalhadores em sistema de rodízio.
- D) elaborar o PCMSO dos avulsos.

206. Compete ao OGMO, em relação aos seus trabalhadores avulsos:

- A) certificar os equipamentos de guindar de bordo.
- B) fixar a quantidade máxima de cargas perigosas por classe na zona portuária.
- C) elaborar e implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, observado o disposto na NR-07.
- D) elaborar o Plano de Controle de Emergência do porto organizado.

207. Segundo a NR 29, o OGMO deve escalar trabalhadores:

- A) mediante indicação do comandante da embarcação.
- B) por ordem de antiguidade no registro.
- C) exclusivamente entre os que possuírem curso superior.
- D) capacitados, conforme os riscos informados pelo operador portuário ou tomador de serviço.

208. Sobre a capacitação do trabalhador avulso, a NR 29 estabelece que:

- A) a capacitação é de responsabilidade exclusiva do trabalhador, sem oferta pelo OGMO.
- B) a capacitação é facultativa.
- C) o OGMO somente pode escalar trabalhadores nas atividades em que estes estejam capacitados.

D) o OGMO pode escalar trabalhadores em atividades para as quais não estejam capacitados, desde que supervisionados.

209. Compete aos trabalhadores, segundo a NR 29:

- A) elaborar o inventário de riscos.
- B) autorizar o início da operação portuária.
- C) certificar os acessórios de estivagem.
- D) informar ao responsável pela operação as avarias ou deficiências observadas que possam constituir risco para o trabalhador ou para a operação.

210. As medidas de prevenção nas operações portuárias a bordo de embarcações devem levar em consideração:

- A) apenas as determinações da CPATP.
- B) as instruções do comandante da embarcação ou de seus prepostos.
- C) somente o regulamento do porto.
- D) exclusivamente as ordens do OGMO.

211. A operação portuária somente poderá ser iniciada após:

- A) o comandante da embarcação ou seus prepostos garantirem condições seguras de funcionamento dos equipamentos da embarcação e das áreas onde houver sido autorizada a circulação ou permanência dos trabalhadores portuários.
- B) a realização de exercício simulado.
- C) a liberação da autoridade aduaneira.
- D) a assinatura do termo de responsabilidade pelo sinaleiro.

212. O Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR nos **portos organizados** deve ser elaborado e implementado:

- A) pelo sindicato dos trabalhadores.
- B) pela CPATP.
- C) pelo OGMO.
- D) pela administração portuária.

213. O operador portuário e o tomador de serviço devem incluir em seu PGR:

- A) exclusivamente as atividades realizadas em terra.
- B) as atividades do trabalho avulso.
- C) somente as operações com cargas perigosas.
- D) apenas as atividades de seus empregados com vínculo.

214. Assinale a alternativa que apresenta um dos procedimentos que o operador portuário, o tomador de serviço e o empregador devem elaborar e manter de forma acessível aos trabalhadores.

- A) Procedimento de escalação por rodízio.
- B) Procedimento de acesso seguro a embarcações.
- C) Procedimento de emissão de conhecimento de embarque.
- D) Procedimento de cobrança de tarifas.

215. Os procedimentos previstos no subitem 29.4.6 da NR 29 devem:

- A) ser homologados pela ANTAQ.
- B) ser anexados ao PGR.
- C) ser revisados a cada dez anos.
- D) ser mantidos em sigilo.

29.5 E 29.6 — SESSTP E SESMT

216. O Serviço Especializado em Segurança e Saúde do Trabalhador Portuário - SESSTP deve ser constituído:

- A) pelo operador portuário.
- B) pela administração portuária.
- C) pelo OGMO, atendendo aos trabalhadores avulsos.
- D) pelo sindicato patronal.

217. O custeio do SESSTP será dividido:

- A) integralmente pelo OGMO.
- B) pela administração do porto organizado.
- C) igualmente entre todos os operadores portuários.
- D) proporcionalmente de acordo com o número de trabalhadores utilizados pelos OGMO, os operadores portuários e os tomadores de serviço.

218. O SESSTP local formado por convênio entre operadores portuários, administrações portuárias e terminais de uso privado deve ser coordenado:

- A) pela autoridade marítima.
- B) pelo OGMO.
- C) pela CPATP.
- D) pelo maior operador portuário do porto.

219. O SESSTP deve ser dimensionado de acordo com a média aritmética obtida pela divisão do número de trabalhadores avulsos tomados no ano civil anterior:

- A) por 12 meses.
- B) pelo número de dias efetivamente trabalhados.
- C) pelo número de operadores portuários.
- D) pelo número de berços de atracação.

220. Acima de três mil e quinhentos trabalhadores, para cada grupo de dois mil trabalhadores, ou fração acima de quinhentos, haverá acréscimo de um profissional especializado por função, exceto no caso do Técnico de Segurança do Trabalho, no qual haverá acréscimo de:

- A) cinco profissionais.
- B) quatro profissionais.
- C) dois profissionais.
- D) três profissionais.

221. A inspeção das condições de segurança realizada pelo SESSTP deve ser previamente realizada:

- A) somente em operações com cargas perigosas.
- B) somente uma vez por mês.
- C) na atracação e a bordo das embarcações e quando houver alterações nas operações portuárias.
- D) apenas quando solicitada pela CPATP.

222. A inspeção das condições de segurança deve observar:

- A) exclusivamente as NORMAM.
- B) somente a NR-06.
- C) apenas o regulamento interno do OGMO.
- D) o Código Marítimo Internacional para Cargas Sólidas à Granel (MSBC), o Código Marítimo Internacional para Cargas Perigosas (IMDG) e as informações de segurança disponibilizadas pelo expedidor de carga.

223. Os resultados da inspeção das condições de segurança devem ser:

- A) registrados em relatório a ser entregue para a pessoa responsável.
- B) enviados obrigatoriamente à ANTAQ.
- C) afixados no quadro de avisos do sindicato.
- D) comunicados verbalmente ao sinaleiro.

224. Deve ser feita nova inspeção das condições de segurança sempre que:

- A) a carga for movimentada por mais de oito horas.
- B) os trabalhadores verificarem a ocorrência de situações que considerarem representar risco para a sua segurança e saúde ou para a de terceiros.
- C) o navio permanecer atracado por mais de três dias.
- D) houver troca de comandante da embarcação.

225. Segundo o Anexo I da NR 29, para a faixa de 20 a 250 trabalhadores avulsos, o dimensionamento mínimo do SESSTP prevê:

- A) 1 Técnico de Segurança do Trabalho e 1 Auxiliar/Técnico de Enfermagem do Trabalho.
- B) 1 Engenheiro de Segurança do Trabalho e 1 Médico do Trabalho.
- C) 2 Técnicos de Segurança do Trabalho e 1 Enfermeiro do Trabalho.
- D) nenhum profissional especializado.

226. Devem constituir SESMT para seus empregados próprios, aplicando-se a NR-04:

- A) apenas o OGMO.
- B) apenas a administração portuária.
- C) a administração portuária, o OGMO, os operadores portuários e os titulares de instalações portuárias autorizadas.
- D) apenas os terminais de uso privado.

29.7 — CPATP

227. A CPATP deve ser organizada e mantida em funcionamento:

- A) por OGMO.
- B) por operador portuário.
- C) por berço de atracação.
- D) por embarcação atracada.

228. A CPATP será constituída de forma:

- A) por indicação da autoridade portuária.
- B) exclusivamente por representantes dos trabalhadores.
- C) majoritária de representantes dos empregadores.
- D) paritária, por representantes dos trabalhadores portuários avulsos e por representantes dos operadores portuários e tomadores de serviço integrantes do OGMO.

229. A duração do mandato dos membros da CPATP será de:

- A) 3 (três) anos, vedada a reeleição.
- B) 4 (quatro) anos, permitida uma reeleição.
- C) 1 (um) ano, permitidas duas reeleições.
- D) 2 (dois) anos, permitida uma reeleição.

230. Quanto aos suplentes da CPATP, a NR 29 estabelece que haverá:

- A) suplentes apenas para a representação dos trabalhadores.
- B) tantos suplentes quantos forem os representantes titulares.
- C) o dobro do número de titulares.
- D) metade do número de titulares.

231. Os representantes dos trabalhadores avulsos na CPATP, titulares e suplentes, serão:

- A) escolhidos por sorteio.
- B) designados pelo OGMO.
- C) eleitos em escrutínio secreto.
- D) indicados pelo sindicato.

232. A eleição da CPATP deve ter a participação de, no mínimo:

- A) metade mais um do número médio do conjunto dos trabalhadores portuários utilizados no ano anterior.
- B) 80% dos trabalhadores cadastrados.
- C) um terço do número médio do conjunto dos trabalhadores portuários utilizados no ano anterior.
- D) dois terços dos trabalhadores registrados.

233. O presidente da CPATP no primeiro ano de mandato será designado:

- A) pelos trabalhadores titulares, entre seus pares.
- B) pelos representantes dos operadores portuários e tomadores de serviço, dentre os seus representantes titulares.
- C) pelo OGMO, livremente.
- D) pela autoridade portuária.

234. O vice-presidente eleito pelos trabalhadores titulares da CPATP, entre seus pares:

- A) assumirá a presidência apenas em caso de vacância.
- B) exercerá função meramente honorífica.
- C) não poderá assumir a presidência em nenhuma hipótese.
- D) assumirá a presidência no segundo ano do mandato.

235. No caso de afastamento definitivo do presidente da CPATP, a representação na qual ele foi indicado nomeará substituto no prazo de:

- A) 5 (cinco) dias úteis.
- B) 24 (vinte e quatro) horas.
- C) 2 (dois) dias úteis.
- D) 15 (quinze) dias.

236. É atribuição da CPATP, além das previstas para a CIPA na NR-05:

- A) emitir a permissão de trabalho para espaços confinados.
- B) promover, anualmente, em conjunto com o SESSTP, a Semana Interna de Prevenção de Acidente no Trabalho Portuário - SIPATP.
- C) aplicar multas aos operadores portuários.
- D) certificar os equipamentos de guindar.

237. A CPATP deve verificar os ambientes e as condições de trabalho nas dependências das instalações portuárias:

- A) mensalmente e sempre que houver denúncia de risco.
- B) semestralmente.
- C) apenas quando houver acidente fatal.
- D) anualmente.

238. O treinamento sobre prevenção de acidentes do trabalho, segurança e saúde ocupacional para todos os membros da CPATP, titulares e suplentes, tem carga horária de:

- A) 24 (vinte e quatro) horas.
- B) 8 (oito) horas.
- C) 20 (vinte) horas.
- D) 16 (dezesseis) horas.

239. O treinamento dos membros da CPATP é de frequência obrigatória e deve ser realizado:

- A) a cada seis meses.
- B) apenas no primeiro mandato.
- C) até 90 dias após a posse.
- D) antes da posse dos membros de cada mandato, exceção feita ao mandato inicial.

240. Quando o treinamento da CPATP for realizado na modalidade de ensino a distância (EaD), deve ser garantida carga horária de treinamento presencial de:

- A) 8 (oito) horas.
- B) 12 (doze) horas.
- C) 4 (quatro) horas.
- D) 10 (dez) horas.

241. O OGMO deve convocar eleições para escolha dos membros da nova CPATP com antecedência mínima de:

- A) 45 (quarenta e cinco) dias.
- B) 90 (noventa) dias.
- C) 30 (trinta) dias.
- D) 60 (sessenta) dias.

242. As eleições para a nova CPATP devem ser realizadas, no máximo, até:

- A) 15 (quinze) dias antes do término do mandato da CPATP em exercício.
- B) o último dia do mandato em exercício.
- C) 30 (trinta) dias antes do término do mandato da CPATP em exercício.
- D) 60 (sessenta) dias após o término do mandato.

243. A CPATP se reunirá, ordinariamente:

- A) trimestralmente.
- B) pelo menos uma vez por mês, em local apropriado durante o expediente, obedecendo ao calendário anual.
- C) anualmente.
- D) semestralmente.

244. As reuniões extraordinárias da CPATP devem ser realizadas no prazo máximo de:

- A) 24 (vinte e quatro) horas.

- B) 48 (quarenta e oito) horas.
- C) 5 (cinco) dias.
- D) 72 (setenta e duas) horas.

245. As reuniões extraordinárias da CPATP são obrigatórias nos casos de:

- A) apenas atracação de navio com carga perigosa.
- B) apenas mudança de diretoria do OGMO.
- C) apenas alteração da NR 29.
- D) ocorrência de acidente grave ou fatal, ou solicitação de uma das representações.

246. No caso de acidente grave ou fatal, deve estar presente na reunião extraordinária da CPATP:

- A) o comandante da Capitania dos Portos.
- B) o auditor fiscal do trabalho.
- C) a pessoa responsável pela operação portuária.
- D) o representante da ANTAQ.

247. Sobre a desativação da CPATP, a NR 29 estabelece que ela:

- A) pode ser desativada a qualquer tempo pelo OGMO.
- B) não pode ter o número de representantes reduzido nem ser desativada antes do término do mandato, ainda que haja redução do número de trabalhadores portuários, exceto nos casos de encerramento da atividade portuária.
- C) é desativada automaticamente se o número de avulsos cair abaixo de 100.
- D) pode ser desativada mediante acordo coletivo.

248. A participação dos operadores portuários e dos tomadores de serviço na CPATP:

- A) não os desobriga de constituir a CIPA para seus empregados próprios.
- B) substitui integralmente o SESMT.
- C) dispensa a elaboração do PGR.
- D) os desobriga de constituir a CIPA para seus empregados próprios.

249. Segundo o Anexo II da NR 29, para um número médio de trabalhadores avulsos entre 1001 e 2000, o número de representantes titulares dos trabalhadores avulsos na CPATP é de:

- A) 4 (quatro).
- B) 9 (nove).
- C) 12 (doze).
- D) 6 (seis).

250. Acima de 10.000 trabalhadores avulsos, a cada grupo de 2.500 deve-se acrescentar, para cada representação:

- A) 1 (um) representante titular.
- B) 3 (três) representantes titulares.
- C) 4 (quatro) representantes titulares.
- D) 2 (dois) representantes titulares.

29.8 A 29.12 — ATRACAÇÃO, ACESSOS, CONVESES, PORÕES E ESPAÇOS CONFINADOS

251. Nas operações de atracação, desatracação e manobras de embarcações, é obrigatório o uso de:

- A) apitos padronizados pela OMI.
- B) comunicação por sinais luminosos apenas.
- C) sinalização por bandeiras exclusivamente.
- D) um sistema de telecomunicação entre a embarcação e o responsável em terra pela atracação.

252. Todos os trabalhadores envolvidos nas operações de atracação, desatracação e manobras devem fazer uso de:

- A) coletes salva-vidas conforme as NORMAM.
- B) máscara semifacial.
- C) cinto de segurança tipo abdominal.
- D) capacete com jugular apenas.

- 253.** Assinale a alternativa que apresenta um dos riscos que devem ser considerados nas medidas de prevenção nas operações de atracação e desatracação.
- A) Rompimento de cabos e espias.
 - B) Contaminação radioativa.
 - C) Explosão de caldeiras.
 - D) Choque elétrico em painéis de média tensão.
- 254.** O acesso à embarcação deve ficar:
- A) sob a lança do guindaste, para facilitar a supervisão.
 - B) fora do alcance do raio da lança do guindaste ou assemelhado.
 - C) próximo ao porão em operação.
 - D) sempre a boreste da embarcação.
- 255.** Quando não for possível manter o acesso à embarcação fora do alcance do raio da lança do guindaste, o local de acesso deve ser:
- A) isolado e sinalizado durante a movimentação de carga suspensa.
 - B) utilizado apenas por pessoal do SESSTP.
 - C) transferido para o bordo oposto.
 - D) interditado permanentemente.
- 256.** Segundo a NR 29, o acesso à embarcação atracada utilizando escadas tipo quebra-peito é:
- A) permitido em qualquer situação.
 - B) permitido apenas em operações noturnas.
 - C) não permitido.
 - D) permitido mediante análise de risco.
- 257.** É proibido o acesso de trabalhadores a embarcações em equipamentos de guindar, exceto:
- A) em operações de resgate e salvamento ou nas operações com contêineres previstas no subitem 29.16.3.
 - B) em nenhuma hipótese.
 - C) quando autorizado pelo sinaleiro.
 - D) em operações com granel sólido.
- 258.** Nos locais de trabalho próximos à água e nos pontos de embarque e desembarque de pessoas devem existir boias salva-vidas na razão mínima de:
- A) uma unidade a cada 100 metros de cais.
 - B) uma unidade para cada berço de atracação.
 - C) uma unidade para cada dois berços de atracação.
 - D) duas unidades por embarcação.
- 259.** As pranchas, rampas ou passarelas utilizadas para acesso à embarcação devem possuir largura mínima de:
- A) 0,50 m.
 - B) 1,00 m.
 - C) 0,60 m.
 - D) 0,80 m.
- 260.** As pranchas, rampas ou passarelas de acesso devem estar providas de tacos transversais a intervalos entre:
- A) 0,60 m e 0,80 m.
 - B) 0,20 m e 0,30 m.
 - C) 0,35 m e 0,45 m.
 - D) 0,50 m e 0,60 m.
- 261.** O guarda-corpo duplo das pranchas, rampas ou passarelas de acesso deve ter régua superior situada a uma altura de:
- A) 1,10 m.
 - B) 1,20 m.
 - C) 0,90 m.
 - D) 1,00 m.

- 262.** A régua intermediária do guarda-corpo das pranchas e rampas de acesso deve estar situada a uma altura entre:
- A) 0,70 m e 0,90 m.
 - B) 0,30 m e 0,50 m.
 - C) 0,50 m e 0,70 m.
 - D) 0,40 m e 0,60 m.
- 263.** As pranchas, rampas ou passarelas de acesso devem estar posicionadas, no máximo, a:
- A) 45 graus de um plano horizontal.
 - B) 15 graus de um plano horizontal.
 - C) 60 graus de um plano horizontal.
 - D) 30 graus de um plano horizontal.
- 264.** Sobre as extensões elétricas, mangueiras e mangotes, a NR 29 estabelece que:
- A) devem ser instaladas somente no lado direito.
 - B) podem ser colocadas apenas em operações diurnas.
 - C) devem ser fixadas ao corrimão para evitar tropeços.
 - D) é proibida a sua colocação nas estruturas e corrimões das escadas e pranchas de acesso às embarcações.
- 265.** Durante a movimentação de carga suspensa, no convés principal:
- A) a circulação é permitida apenas ao sinaleiro.
 - B) é vedada a circulação de pessoas no perímetro de risco de queda de objetos.
 - C) a circulação é livre, desde que com capacete.
 - D) a circulação depende de autorização do conferente.
- 266.** O perímetro de risco de queda de objetos deve ser:
- A) sinalizado e isolado com barreira física.
 - B) informado verbalmente aos trabalhadores.
 - C) desobstruído para permitir fuga rápida.
 - D) apenas demarcado com tinta no piso.
- 267.** Nos porões, quando não houver condições de utilização dos agulheiros, o acesso deverá ser efetuado por escada de mão de comprimento máximo de:
- A) 5 m.
 - B) 6 m.
 - C) 7 m.
 - D) 8 m.
- 268.** A escada de mão utilizada para acesso ao porão deve ultrapassar a borda da estrutura de apoio em:
- A) 1,50 m.
 - B) 0,50 m.
 - C) 1,00 m.
 - D) 2,00 m.
- 269.** As passarelas utilizadas para circulação de pessoas sobre cargas estivadas devem possuir largura mínima de:
- A) 0,50 m.
 - B) 0,80 m.
 - C) 0,60 m.
 - D) 0,40 m.
- 270.** Passarelas, plataformas, beiras de cobertas abertas, bocas de celas de contêineres e grandes vãos entre cargas devem possuir guarda-corpo de 1,10 m de altura quando a diferença de nível for superior a:
- A) 2,50 m.
 - B) 1,50 m.
 - C) 2,00 m.
 - D) 1,00 m.
- 271.** É obrigatório o uso de escadas para a transposição de obstáculos de altura superior a:
- A) 1,00 m.

- B) 1,20 m.
- C) 1,50 m.
- D) 2,00 m.

272. Nas operações de carga e descarga com contêineres, ou demais cargas de altura equivalente:

- A) é obrigatório o uso de escadas.
- B) o acesso deve ser feito pelo próprio spreader.
- C) o acesso é livre.
- D) é permitido o uso de cordas para acesso.

273. As escadas portáteis utilizadas em operações com contêineres devem ultrapassar o topo do contêiner em:

- A) 1,00 m.
- B) 1,50 m.
- C) 0,50 m.
- D) 2,00 m.

274. As escadas portáteis devem possuir comprimento de até:

- A) 5,0 m.
- B) 9,0 m.
- C) 7,0 m.
- D) 6,0 m.

275. A estivagem de carga deve ser efetuada à distância da abertura do porão, quando esta tiver que ser aberta posteriormente, de:

- A) 1,0 m.
- B) 0,50 m.
- C) 2,0 m.
- D) 1,5 m.

276. Segundo a NR 29, qualquer atividade laboral em cobertas distintas do mesmo porão e mesmo bordo simultaneamente é:

- A) proibida.
- B) permitida apenas em operações com granel.
- C) permitida mediante análise de risco.
- D) permitida com autorização do comandante.

277. Tubos, bobinas ou outras cargas sujeitas à movimentação involuntária devem ser:

- A) armazenadas apenas no convés principal.
- B) fixadas somente ao final da operação.
- C) calçadas e peadas na pilha imediatamente após a estivagem.
- D) mantidas soltas para facilitar a retirada.

278. Quando empregada a forração das cargas, esta deve oferecer equilíbrio à carga e:

- A) resultar em um piso de trabalho regular e seguro.
- B) reduzir o peso total da lingada.
- C) permitir a passagem de empilhadeiras.
- D) ser de madeira verde.

279. Nas operações em embarcações do tipo transbordo horizontal (roll-on/roll-off) devem ser adotadas medidas preventivas de controle de:

- A) ruídos e de exposição a gases tóxicos.
- B) risco biológico.
- C) sobrecarga térmica por frio.
- D) radiação ionizante.

280. Sobre o trabalho em espaços confinados em operações portuárias no interior de embarcações, a NR 29 estabelece que:

- A) não se aplica a NR-33.
- B) é dispensado o cadastro dos espaços confinados, devendo as informações ser inseridas na Permissão de Entrada e Trabalho.

- C) a avaliação da atmosfera é dispensada quando houver ventilação natural.
- D) é obrigatório o cadastro dos espaços confinados.

281. Identificado espaço confinado em operações portuárias no interior de embarcações, uma das medidas técnicas exigidas é:

- A) dispensar o monitoramento contínuo da atmosfera.
- B) permitir a entrada de qualquer trabalhador escalado.
- C) manter o vigia dentro do espaço confinado.
- D) controlar o acesso, mantendo vigia fora do espaço confinado.

29.13 A 29.16 — MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, LINGAMENTO E CONTÊINERES

282. As máquinas e equipamentos de cais a serem utilizados na operação portuária no interior de embarcações devem apresentar, de forma legível:

- A) apenas o nome do fabricante.
- B) o nome do operador habilitado.
- C) sua capacidade máxima de carga e seu peso bruto.
- D) o número de série e a data de importação.

283. A checagem prévia realizada pelo operador antes de iniciar sua atividade com a máquina ou equipamento deve ser registrada e mantida por, no mínimo:

- A) 3 (três) anos.
- B) 2 (dois) anos.
- C) 5 (cinco) anos.
- D) 1 (um) ano.

284. Todo aparelho de içar deve dispor, no interior de sua cabine, de:

- A) cópia do PGR.
- B) extintor de pó químico exclusivamente.
- C) manual em língua inglesa.
- D) tabela de carga que possibilite ao operador o conhecimento da carga máxima em todas as suas condições de uso.

285. Toda máquina ou equipamento de cais que estiver sobre rodas ou trilhos deve, entre outros requisitos:

- A) ser conduzido por dois operadores.
- B) emitir sinais sonoros e luminosos durante seus deslocamentos.
- C) ter capacidade máxima de 20 toneladas.
- D) operar somente em período diurno.

286. Toda linga deve trazer etiqueta com indicação de:

- A) capacidade e validade.
- B) número de usos permitidos.
- C) fabricante e país de origem.
- D) peso próprio e cor.

287. Sobre as lingas descartáveis, a NR 29 estabelece que:

- A) podem ser reutilizadas mediante teste de carga.
- B) devem ser armazenadas para inspeção anual.
- C) não devem ser reutilizadas, sendo inutilizadas imediatamente após o uso.
- D) podem ser reutilizadas até três vezes.

288. Os ganchos de içar devem dispor de:

- A) sistema de pesagem automática.
- B) travas de segurança sem defeitos e em condições de manterem presos as cargas ou os acessórios de estivagem a serem içados.
- C) revestimento em borracha.
- D) identificação por código de barras.

289. Nas cargas de grande comprimento, como tubos, perfis metálicos, tubulões e tábuas, devem ser usadas:

- A) redes de nylon exclusivamente.
- B) cintas têxteis de uso único.

- C) apenas uma linga central.
- D) no mínimo duas lingas/estropos ou uma balança com dois ramais.

290. O ângulo formado pelos ramais das lingas/estropos não deve exceder:

- A) 60 graus.
- B) 90 graus.
- C) 120 graus.
- D) 150 graus.

291. A movimentação de carga suspensa deve ser orientada:

- A) pelo vigia de portaló.
- B) pelo comandante da embarcação.
- C) por sinaleiro devidamente capacitado.
- D) pelo conferente de carga.

292. A utilização de sinaleiro poderá ser dispensada desde que atendidos, cumulativamente, alguns critérios. Assinale um deles.

- A) Presença do SESSTP no local.
- B) Operação realizada em período diurno.
- C) Carga inferior a 5 toneladas.
- D) Isolamento da área de operação.

293. Nas operações noturnas, o sinaleiro deve usar:

- A) uniforme na cor branca.
- B) bandeirola luminosa.
- C) apenas capacete com lanterna.
- D) luvas e colete, ambos com aplicações de material refletivo.

294. Sobre a permanência do trabalhador sobre a carga lingada durante sua movimentação, a NR 29 estabelece que é:

- A) permitida em operações com contêineres.
- B) proibida.
- C) permitida sob supervisão do sinaleiro.
- D) permitida com cinto tipo paraquedista.

295. Na movimentação de carga e descarga de contêiner com utilização de quadro posicionador, o equipamento deve possuir dispositivo de segurança que garanta o travamento:

- A) dos quatro cantos.
- B) da face superior.
- C) do ponto central de gravidade.
- D) de dois cantos diagonais.

296. Em atividades com trabalhadores sobre contêineres em embarcações, deve ser utilizado cesto suspenso ou gaiola quando a altura for superior a:

- A) 1 contêiner ou 3 metros.
- B) 3 contêineres ou 7 metros.
- C) 4 contêineres ou 10 metros.
- D) 2 contêineres ou 5 metros de altura.

297. A gaiola especialmente construída para o transporte de trabalhadores tem capacidade máxima para:

- A) quatro trabalhadores.
- B) dois trabalhadores.
- C) três trabalhadores.
- D) um trabalhador.

298. O guarda-corpo da gaiola para transporte de trabalhadores deve ter, no mínimo:

- A) 1,20 m de altura e rodapé.
- B) 0,90 m de altura e rodapé.
- C) 1,10 m de altura, sem rodapé.
- D) 1,0 m de altura e rodapé.

299. O sistema de drenagem do piso da gaiola deve ter aberturas que não permitam a passagem de uma esfera com diâmetro de:

- A) 15 mm.
- B) 25 mm.
- C) 10 mm.
- D) 20 mm.

300. O acesso ao interior de contêineres só deve ser realizado:

- A) se for confirmado que existe uma atmosfera segura.
- B) com autorização do conferente.
- C) após 30 minutos de ventilação natural.
- D) mediante uso de máscara semifacial.

GABARITO COMENTADO — QUESTÕES 201 A 300

201. **A** — Item 29.1.1.
202. **A** — Item 29.2.1. Alcance amplíssimo: bordo e terra, dentro e fora do porto organizado.
203. **C** — Item 29.2.1.1, "b". Porões e conveses não constam da lista de retroportuários.
204. **A** — Item 29.2.1.1, "j". Exceção do 29.27.36 (proibição de manuseio de explosivos).
205. **A** — Item 29.3.2, "c".
206. **C** — Item 29.3.3, "e". O PCMSO dos avulsos é do OGMO.
207. **D** — Item 29.3.3, "c".
208. **C** — Item 29.3.4.2.
209. **D** — Item 29.3.5, "b".
210. **B** — Item 29.3.7.
211. **A** — Item 29.3.7.1.
212. **D** — Item 29.4.2, "a".
213. **B** — Item 29.4.1.1.
214. **B** — Item 29.4.6, "a".
215. **B** — Item 29.4.6.2.
216. **C** — Item 29.5.1. SESSTP é do OGMO; SESMT é dos empregadores.
217. **D** — Item 29.5.2.
218. **B** — Item 29.5.3.1.
219. **B** — Item 29.5.4.
220. **D** — Item 29.5.6. Três Técnicos de Segurança, um dos demais.
221. **C** — Item 29.5.7.1.
222. **D** — Item 29.5.7.2.
223. **A** — Item 29.5.7.3.
224. **B** — Item 29.5.7.4.
225. **A** — Anexo I, faixa 20-250: 1 TST e 1 Auxiliar/Técnico de Enfermagem.
226. **C** — Item 29.6.1.
227. **A** — Item 29.7.1. A unidade de referência é o OGMO.
228. **D** — Item 29.7.3.
229. **D** — Item 29.7.4. Dois anos e uma reeleição, igual à CIPA.
230. **B** — Item 29.7.5.
231. **C** — Item 29.7.9.
232. **A** — Item 29.7.10.
233. **B** — Item 29.7.12.
234. **D** — Item 29.7.13.
235. **C** — Item 29.7.14. Dois dias úteis.
236. **B** — Item 29.7.15, "a". SIPATP é a versão portuária da SIPAT.
237. **A** — Item 29.7.15, "c".
238. **C** — Item 29.7.16, "a". Vinte horas na redação de 2022. Material antigo que fala em 24h está desatualizado.
239. **D** — Item 29.7.16, "a", parte final.
240. **A** — Item 29.7.16.1. Oito horas presenciais quando EaD.
241. **A** — Item 29.7.16, "b". 45 dias de antecedência.
242. **C** — Item 29.7.16, "b". Até 30 dias antes do fim do mandato. Par de números 45/30.
243. **B** — Item 29.7.17.
244. **B** — Item 29.7.18. Quarenta e oito horas.
245. **D** — Item 29.7.18, "a" e "b".
246. **C** — Item 29.7.18.1.
247. **B** — Item 29.7.19.
248. **A** — Item 29.7.21.
249. **B** — Anexo II. Faixa 1001-2000: 9 titulares de cada representação.

250. D — Anexo II, última coluna. Acrescentar 2 a cada grupo de 2.500.
251. D — Item 29.8.1.1.
252. A — Item 29.8.2.
253. A — Item 29.8.1, "b".
254. B — Item 29.9.2.
255. A — Item 29.9.2.1.
256. C — Item 29.9.3. Quebra-peito é vedada tanto no acesso à embarcação (29.9.3) quanto no porão (29.11.6).
257. A — Item 29.9.4, "a" e "b".
258. B — Item 29.9.5. Uma unidade por berço de atracação.
259. D — Item 29.9.9, "b". 0,80 m.
260. C — Item 29.9.9, "c". Entre 0,35 m e 0,45 m.
261. A — Item 29.9.9, "d". 1,10 m.
262. C — Item 29.9.9, "d". Entre 0,50 m e 0,70 m.
263. D — Item 29.9.9, "g". Máximo de 30 graus.
264. D — Item 29.9.8.
265. B — Item 29.10.2.
266. A — Item 29.10.2.1.
267. C — Item 29.11.5. Sete metros.
268. C — Item 29.11.5. Ultrapassar 1 metro.
269. C — Item 29.11.7. 0,60 m.
270. C — Item 29.11.11. Superior a 2,00 m, guarda-corpo de 1,10 m. Note a coincidência com o marco da NR 35.
271. C — Item 29.11.13. Obstáculos acima de 1,50 m.
272. A — Item 29.11.18.
273. A — Item 29.11.19, "a". Ultrapassar 1,0 m do topo.
274. C — Item 29.11.19, "c". Até 7,0 m.
275. A — Item 29.11.23. Distância de 1,0 m.
276. A — Item 29.11.24. Proibição absoluta.
277. C — Item 29.11.22.
278. A — Item 29.11.9, "b".
279. A — Item 29.11.20.
280. B — Item 29.12.5.
281. D — Item 29.12.4, "e". O vigia permanece fora do espaço confinado.
282. C — Item 29.13.2.
283. C — Item 29.13.4.2. Cinco anos. Mesmo prazo do relatório técnico (29.14.2.2) e da inspeção diária (29.14.3.1).
284. D — Item 29.13.10.
285. B — Item 29.13.11, "a".
286. A — Item 29.13.15.
287. C — Item 29.13.16.
288. B — Item 29.13.17.
289. D — Item 29.15.2, "b".
290. C — Item 29.15.2, "c". Cento e vinte graus, salvo projeto de profissional habilitado.
291. C — Item 29.15.5.
292. D — Item 29.15.5.1, "a".
293. D — Item 29.15.7.
294. B — Item 29.15.10.
295. A — Item 29.16.1, "c".
296. D — Item 29.16.3. Mais de 2 contêineres ou mais de 5 metros.
297. B — Item 29.16.3, "b". Máximo de dois trabalhadores.
298. D — Item 29.16.3.1, "h". No mínimo 1,0 m e rodapé.
299. A — Item 29.16.3.1, "g". Esfera de 15 mm.
300. A — Item 29.16.6.

NR 29 — Parte II

Questões 301 a 380

Versão vigente: Portaria MTP nº 671/2022, com alteração da Portaria MTP nº 4.219/2022.

29.17 — OPERAÇÕES COM GRANÉIS SECOS

301. Quando houver risco de queda ou deslizamento volumoso durante a carga ou descarga de granéis secos:

- A) deve ser mantido ao menos um trabalhador no porão para acompanhar a operação.
- B) a operação deve ser realizada apenas com dois trabalhadores no porão.
- C) nenhum trabalhador deve permanecer no interior do porão e outros recintos similares.
- D) basta o uso de cinto tipo paraquedista.

302. A avaliação específica de risco de queda de barreiras ou deslizamento de cargas de granel sólido armazenadas em porões deve considerar obrigatoriamente:

- A) somente a temperatura do porão.
- B) apenas o peso específico da carga.
- C) o ângulo de repouso do produto, conforme a ficha do produto constante no Código IMSBC, da OMI.
- D) exclusivamente a umidade relativa do ar.

303. Nas operações com máquinas autopropelidas com condutor no interior do porão ou armazém, na presença de aerodispersóides, o operador deve estar protegido por cabine:

- A) resistente, aberta, com uso obrigatório de respirador.
- B) aberta, com ventilação natural.
- C) fechada, sem exigência de filtragem.
- D) resistente, fechada, dotada de ar-condicionado, provida de filtro contra poeira em seu sistema de captação de ar.

304. Para transitar e estacionar em área portuária, os veículos e vagões transportando granéis sólidos devem:

- A) trafegar somente à noite.
- B) estar cobertos.
- C) ser escoltados por veículo sinalizador.
- D) ter velocidade limitada a 10 km/h.

305. Caso o fabricante não determine período para vistoria da moega ou funil utilizado no descarregamento de granéis sólidos, esta deverá ser:

- A) semestral.
- B) mensal.
- C) bienal.
- D) anual.

306. O laudo de vistoria da moega ou funil deve ser emitido:

- A) por profissional legalmente habilitado.
- B) pelo comandante da embarcação.
- C) pela CPATP.
- D) pelo operador do equipamento.

307. A cabine fechada da moega ou funil operada localmente pelo trabalhador deve atender, entre outros requisitos, a:

- A) possuir piso de madeira.
- B) dispor de dois acessos independentes.
- C) ter área mínima de 6 m².
- D) possuir interior climatizado e assento ergonômico.

308. Porões, armazéns e silos que contenham granéis que possam provocar a redução da concentração de oxigênio ou a emanção de gases tóxicos serão liberados para operação após:

- A) autorização do profissional legalmente habilitado.
- B) vistoria da Capitania dos Portos.

- C) trinta minutos de ventilação natural.
- D) autorização do sinaleiro.

29.18 E 29.19 — TRANSPORTE, ARMAZENAGEM, ARMAZÉNS E SILOS

309. As máquinas e equipamentos utilizados nas operações portuárias que trafeguem ou estacionem na área das instalações portuárias devem possuir, entre outros itens:

- A) sistema de rastreamento por satélite.
- B) cinto de segurança de quatro pontos.
- C) tacógrafo digital homologado.
- D) sinalização sonora e luminosa adequada para as manobras de marcha a ré.

310. O transporte de trabalhadores em compartimentos destinados à carga ou em condições inseguras é:

- A) permitido em veículos com carroceria fechada.
- B) proibido, salvo em situação de emergência ou resgate.
- C) permitido em distâncias curtas.
- D) permitido com autorização da CPATP.

311. No transporte de contêineres em veículos, deve ser verificada a fixação:

- A) nos quatro cantos da carreta.
- B) apenas quando o contêiner estiver cheio.
- C) apenas na parte dianteira.
- D) por meio de uma cinta central.

312. As pilhas de cargas ou materiais devem distar das bordas do cais, pelo menos:

- A) 0,80 m.
- B) 1,00 m.
- C) 2,00 m.
- D) 1,50 m.

313. Os armazéns e silos onde houver trânsito de pessoas devem dispor de:

- A) somente iluminação de emergência.
- B) apenas sinalização sonora.
- C) sinalização horizontal no piso, demarcando a área de segurança, e sinalização vertical que indique outros riscos existentes no local.
- D) exclusivamente placas de lotação máxima.

314. Toda instalação portuária que tenha local onde uma atmosfera explosiva esteja ou possa estar presente deve, entre outras providências:

- A) proibir a entrada de trabalhadores avulsos.
- B) instalar exclusivamente iluminação natural.
- C) manter portas permanentemente abertas.
- D) identificar as áreas classificadas.

29.20 A 29.24 — LIMPEZA E MANUTENÇÃO, VIGIA DE PORTALÓ, ILUMINAÇÃO, FRIGORIFICADOS

315. Nas atividades de limpeza e manutenção de embarcações e de seus tanques, realizadas por trabalhadores portuários, deve ser atendido o disposto:

- A) no item 30.14 da NR-30.
- B) no item 33.5 da NR-33.
- C) no item 6.3 da NR-06.
- D) no Anexo XII da NR-12.

316. Sobre os trabalhos simultâneos de reparo e manutenção com os de operação portuária, a NR 29 estabelece que são:

- A) permitidos apenas em período noturno.
- B) vedados quando prejudiquem a saúde e a integridade física dos trabalhadores.
- C) permitidos com autorização do comandante.
- D) sempre permitidos, mediante análise de risco.

- 317.** Os trabalhos de condicionamento de embalagens nos quais haja risco de danos à saúde e à integridade física dos trabalhadores devem ser efetuados:
- A) obrigatoriamente no interior do porão.
 - B) no convés principal, sob supervisão.
 - C) em local fora da área de movimentação de carga.
 - D) apenas em armazéns alfandegados.
- 318.** No caso de portaló sem proteção para o vigia se abrigar das intempéries:
- A) basta o fornecimento de capa de chuva.
 - B) o vigia deve ser dispensado da função.
 - C) deve ser providenciado abrigo, além de adotadas medidas especiais contra a insolação, o calor, o frio, as umidades e os ventos.
 - D) a operação deve ser interrompida.
- 319.** Havendo movimentação de carga sobre o portaló ou outros postos onde deva permanecer um vigia portuário, este:
- A) será substituído por sinaleiro.
 - B) deverá subir a bordo.
 - C) permanecerá no posto, usando capacete.
 - D) se posicionará fora dele, em local seguro.
- 320.** Deve ser fornecido ao vigia de portaló assento:
- A) com encosto, com forma levemente adaptada ao corpo para a proteção da região lombar.
 - B) fixo, sem encosto, para facilitar a mobilidade.
 - C) dobrável, de uso opcional.
 - D) giratório sem apoio de braços.
- 321.** Os locais de operação a bordo, ou em terra, devem ter níveis de iluminação não inferiores a:
- A) 50 lux.
 - B) 10 lux.
 - C) 100 lux.
 - D) 20 lux.
- 322.** Nas áreas de acesso e circulação de pessoas, a bordo ou em terra, não será permitido nível de iluminação inferior a:
- A) 50 lux.
 - B) 10 lux.
 - C) 20 lux.
 - D) 30 lux.
- 323.** Nos locais frigorificados, o uso de máquinas e equipamentos movidos a combustão interna é:
- A) permitido sem restrições.
 - B) proibido, salvo se providos de dispositivos neutralizadores e com as concentrações dos gases monitoradas conforme a NR-09.
 - C) proibido em qualquer hipótese.
 - D) permitido apenas com autorização do SESSTP.
- 324.** Segundo o Anexo III da NR 29, na faixa de temperatura de bulbo seco de -18,0 °C a -33,9 °C, o regime de trabalho é de:
- A) tempo total de 4 horas, alternando-se 1 hora de trabalho com 1 hora para recuperação térmica fora do ambiente frio.
 - B) tempo total de 5 minutos.
 - C) tempo total de 6 horas e 40 minutos, em quatro períodos de 1 hora e 40 minutos.
 - D) tempo total de 1 hora, em dois períodos de 30 minutos.
- 325.** Segundo o Anexo III da NR 29, para temperaturas abaixo de -73,0 °C:
- A) o tempo total de trabalho é de 5 minutos.
 - B) o tempo total de trabalho é de 1 hora.
 - C) é permitida a exposição com vestimenta especial e pausas de 30 minutos.
 - D) não é permitida a exposição ao ambiente frio, seja qual for a vestimenta utilizada.

326. Segundo o Anexo III da NR 29, na faixa de -34,0 °C a -56,9 °C, o tempo total de trabalho no ambiente frio é de 1 hora, em dois períodos de 30 minutos, com separação mínima de:

- A) 2 horas.
- B) 1 hora.
- C) 4 horas.
- D) 3 horas.

29.25 E 29.26 — CONDIÇÕES SANITÁRIAS E PRIMEIROS SOCORROS

327. O deslocamento do trabalhador até as instalações sanitárias não deve ser superior a:

- A) 200 m.
- B) 150 m.
- C) 100 m.
- D) 300 m.

328. Nas operações a bordo de embarcações que não ofereçam instalações sanitárias com gabinete sanitário e lavatório em boas condições, o operador portuário deve dispor:

- A) de autorização para uso do sanitário da tripulação.
- B) de transporte para o sanitário mais próximo do porto.
- C) próximo ao acesso à embarcação, de instalações sanitárias móveis.
- D) de intervalo adicional de 30 minutos.

329. Os locais de aguardo devem, entre outros requisitos:

- A) ter pé-direito mínimo de 4 metros.
- B) dispor de área mínima de 1,5 m² por trabalhador.
- C) possuir área de ventilação natural composta por, no mínimo, duas aberturas adequadamente dispostas.
- D) ser localizados obrigatoriamente fora da área do porto organizado.

330. Toda instalação portuária deve ser dotada de local de repouso destinado aos trabalhadores que operem equipamentos portuários de grande porte, o qual deve ser:

- A) climatizado, dotado de isolamento acústico eficiente e mobiliário apropriado ao descanso dos usuários.
- B) de uso exclusivo dos empregados com vínculo.
- C) apenas coberto e ventilado naturalmente.
- D) compartilhado com o refeitório.

331. Nas operações portuárias realizadas em berço de atracação, é obrigatória a presença, no local da operação, de:

- A) um médico do trabalho.
- B) um enfermeiro do trabalho.
- C) um integrante do serviço de atendimento a urgência, devidamente identificado.
- D) dois socorristas voluntários.

332. Para o resgate de trabalhador portuário acidentado em embarcações atracadas devem ser mantidos, próximos a estes locais de trabalho:

- A) apenas boias salva-vidas.
- B) apenas macas rígidas.
- C) somente kit de primeiros socorros.
- D) cestos suspensos e macas, ou outro recurso equivalente ou superior previsto no PCE.

333. No caso de acidente grave ou fatal a bordo, o responsável pela embarcação deve comunicar imediatamente:

- A) apenas à ANTAQ.
- B) à Capitania dos Portos, às suas Delegacias ou Agências e ao órgão regional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho.
- C) apenas ao OGMO.
- D) somente ao sindicato da categoria.

334. Após acidente grave ou fatal a bordo, o local do acidente deve ser:

- A) mantido isolado por 24 horas, independentemente de investigação.

- B) isolado até que seja realizada a investigação por autoridade competente e posterior liberação do despacho da embarcação pela Capitania dos Portos, suas Delegacias ou Agências.
- C) fotografado e liberado pelo próprio operador portuário.
- D) limpo imediatamente para retomada da operação.

29.27 — OPERAÇÕES COM CARGAS PERIGOSAS

335. A sinalização dos locais de armazenagem de cargas perigosas deve estar em conformidade com os símbolos padronizados pela:

- A) Organização Internacional do Trabalho - OIT.
- B) Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.
- C) Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.
- D) Organização Marítima Internacional - OMI.

336. Apenas podem ser operadas ou armazenadas cargas perigosas que possuam:

- A) certificado de origem consularizado.
- B) apólice de seguro específica.
- C) ficha de informações de segurança da carga perigosa.
- D) autorização da CPATP.

337. Caso a ficha de informações de segurança da carga perigosa não esteja disponível em língua portuguesa:

- A) a operação deve ser cancelada.
- B) a ficha em inglês supre integralmente a exigência, sem outras providências.
- C) as informações devem ser repassadas aos trabalhadores antes da realização da operação.
- D) a tradução deve ser juramentada e arquivada por cinco anos.

338. O treinamento para operação e armazenagem com cargas perigosas deve ter carga horária de:

- A) 16 horas.
- B) 20 horas.
- C) 40 horas.
- D) 8 horas.

339. Assinale a alternativa que apresenta um conteúdo obrigatório do treinamento para operação e armazenagem com cargas perigosas.

- A) Legislação aduaneira aplicável à importação.
- B) Procedimentos de resposta a emergências.
- C) Técnicas de negociação coletiva.
- D) Cálculo de estabilidade da embarcação.

340. O operador portuário ou o tomador de serviço responsável pela movimentação da carga perigosa deve garantir o recebimento da documentação pelo OGMO com antecedência mínima de:

- A) 24 horas antes da escalação.
- B) 48 horas antes da escalação.
- C) 12 horas antes da escalação.
- D) 72 horas antes da escalação.

341. Na movimentação de carga perigosa **embalada para exportação**, o exportador ou seu preposto deve fornecer a documentação à administração do porto e ao OGMO com antecedência mínima de:

- A) 5 dias do embarque.
- B) 24 horas do embarque.
- C) 48 horas do embarque.
- D) 72 horas do embarque.

342. Assinale a alternativa que apresenta um dos documentos que devem ser recebidos pelo OGMO antes da escalação para movimentação de carga perigosa.

- A) Certificado de arqueação da embarcação.
- B) Declaração de mercadorias perigosas conforme NORMAM ou formulário internacional equivalente.
- C) Manifesto de passageiros.
- D) Cópia do contrato de afretamento.

- 343.** Todos os intervenientes da cadeia logística portuária poderão extrair as informações sobre cargas perigosas e documentos envolvidos do:
- A) Sistema de Informações de Concursos.
 - B) Cadastro Nacional de Informações Sociais.
 - C) Sistema Porto Sem Papel do Governo Federal.
 - D) Sistema Mercante da Receita Federal.
- 344.** Somente devem ser manipuladas, armazenadas ou estivadas as cargas perigosas que estiverem embaladas, sinalizadas e rotuladas de acordo com o:
- A) IMSBC.
 - B) IBC CODE.
 - C) IMDG CODE.
 - D) Código Aduaneiro do Mercosul.
- 345.** Nas operações com cargas perigosas **a granel**, devem ser observadas as medidas de controle previstas no:
- A) IBC-CODE.
 - B) IMDG CODE.
 - C) SOLAS.
 - D) MSBC.
- 346.** Assinale a alternativa que apresenta uma carga que **não** pode ser mantida nas áreas de operação de carga e descarga, devendo ser removida para armazenamento ou outro destino final.
- A) Substâncias corrosivas da Classe 8.
 - B) Líquidos inflamáveis da Classe 3.
 - C) Explosivos em geral.
 - D) Substâncias oxidantes da subclasse 5.1.
- 347.** Ainda sobre as cargas que não podem ser mantidas nas áreas de operação de carga e descarga, assinale a alternativa correta.
- A) Cargas da Classe 9.
 - B) Peróxidos orgânicos da subclasse 5.2.
 - C) Substâncias infectantes da subclasse 6.2, exclusivamente.
 - D) Mercadorias perigosas acondicionadas em contêineres refrigerados.
- 348.** Nas operações com explosivos (Classe 1), é proibida a realização de trabalhos de reparos nas embarcações atracadas carregadas com explosivos ou em outras a menos de:
- A) 50 m dessa embarcação.
 - B) 20 m dessa embarcação.
 - C) 40 m dessa embarcação.
 - D) 30 m dessa embarcação.
- 349.** Nas operações com explosivos, a NR 29 determina que os explosivos sejam:
- A) embarcados simultaneamente com as demais cargas.
 - B) embarcados apenas em período noturno.
 - C) as primeiras cargas a embarcar e as últimas a desembarcar.
 - D) as últimas cargas a embarcar e as primeiras a desembarcar.
- 350.** Nas operações com gases inflamáveis (Classe 2.1) e líquidos inflamáveis e combustíveis (Classe 3), os guindastes devem ser mantidos:
- A) em movimento contínuo para evitar sobreaquecimento.
 - B) totalmente travados, tanto no solo como nas superestruturas.
 - C) desligados e aterrados exclusivamente.
 - D) sob operação de dois guindasteiros.
- 351.** Nas operações com sólidos inflamáveis e substâncias que em contato com a água emitem gases inflamáveis (Classe 4), deve ser monitorada, antes e durante a operação de descarga de carvão ou pré-reduzidos de ferro:
- A) exclusivamente a concentração de monóxido de carbono no cais.
 - B) a temperatura do porão e a presença de hidrogênio ou outros gases.
 - C) somente o nível de ruído.

D) apenas a umidade relativa do porão.

352. Nas operações com substâncias oxidantes e peróxidos orgânicos (Classe 5), devem ser adotadas medidas que impossibilitem o contato dessas substâncias com:

- A) madeira e papelão.
- B) água salgada exclusivamente.
- C) materiais ácidos, óxidos metálicos e aminas.
- D) fibras têxteis naturais.

353. Nas operações com substâncias tóxicas e infectantes (Classe 6), deve-se:

- A) manter a área permanentemente ventilada por exaustão natural.
- B) liberar o acesso mediante uso de máscara.
- C) restringir o acesso à área operacional e circunvizinhas somente ao pessoal envolvido nas operações.
- D) operar somente em período noturno.

354. Nas operações com materiais radioativos (Classe 7), em caso de acidente ou incidente com ou sem danos aos embalados, a pessoa responsável deverá solicitar a presença do:

- A) comandante da Capitania dos Portos.
- B) auditor fiscal do trabalho.
- C) representante da ANTAQ.
- D) Supervisor de Proteção Radiológica designado pelo expedidor ou destinatário da carga.

355. Nas operações com substâncias corrosivas (Classe 8), deve-se:

- A) disponibilizar, no local das operações, material absorvente para contenção de derramamentos.
- B) elevar a temperatura ambiente do armazém.
- C) usar exclusivamente empilhadeiras elétricas.
- D) manter as embalagens submersas em água.

356. A fixação, em cada porto, da quantidade máxima total por classe e subclasse de substâncias a serem armazenadas na zona portuária compete:

- A) à CPATP.
- B) ao operador portuário.
- C) ao OGMO.
- D) à administração portuária.

357. A inspeção das cargas perigosas armazenadas deve ser realizada, no mínimo:

- A) diariamente.
- B) quinzenalmente.
- C) mensalmente.
- D) semanalmente.

358. Caso as cargas perigosas apresentem mais de uma classe de risco, devem ser observados:

- A) os critérios da classe de menor risco.
- B) a média entre os critérios das classes envolvidas.
- C) os critérios mais rigorosos de segregação.
- D) apenas os critérios do risco principal.

359. Segundo a NR 29, o manuseio de explosivos ou de embalagens com explosivos nas instalações portuárias é:

- A) permitido apenas em berços isolados.
- B) permitido mediante permissão de trabalho.
- C) proibido.
- D) permitido sob supervisão do SESSTP.

360. As instalações portuárias que operam com explosivos devem possuir área de aguardo temporária, não podendo o prazo de permanência exceder:

- A) 24 horas.
- B) 72 horas.
- C) 48 horas.
- D) 12 horas.

361. As substâncias da subclasse 6.2 (substâncias infectantes) só poderão ser manuseadas:

- A) em caráter excepcional, mediante sistema de permissão de trabalho e após a adoção das medidas de prevenção e das precauções da respectiva ficha de informações de segurança.
- B) mediante autorização da Vigilância Sanitária apenas.
- C) livremente, desde que embaladas.
- D) em nenhuma hipótese.

362. Quando houver, em um mesmo contêiner, cargas perigosas e produtos inócuos:

- A) prevalecem as medidas relativas ao produto de maior volume.
- B) aplicam-se as medidas do produto inócuo.
- C) prevalecem as medidas de prevenção relacionadas à carga perigosa.
- D) o contêiner deve ser desconsolidado antes da movimentação.

ANEXOS IV E V — CLASSES E SEGREGAÇÃO DE CARGAS PERIGOSAS

363. Segundo o Anexo IV da NR 29, a Classe 1 corresponde a:

- A) explosivos.
- B) gases.
- C) líquidos inflamáveis.
- D) substâncias corrosivas.

364. Segundo o Anexo IV da NR 29, os gases tóxicos correspondem à subclasse:

- A) 3.
- B) 2.2.
- C) 2.3.
- D) 2.1.

365. Segundo o Anexo IV da NR 29, os líquidos inflamáveis são aqueles que possuem ponto de fulgor:

- A) maior que 60 °C.
- B) menor ou igual a 60 °C.
- C) maior que 100 °C.
- D) menor ou igual a 40 °C.

366. As substâncias que, em contato com a água, emitem gases inflamáveis correspondem à subclasse:

- A) 4.1.
- B) 4.2.
- C) 4.3.
- D) 5.1.

367. As substâncias sujeitas à combustão espontânea correspondem à subclasse:

- A) 4.1.
- B) 4.2.
- C) 4.3.
- D) 5.2.

368. Os peróxidos orgânicos correspondem à subclasse:

- A) 5.1.
- B) 5.2.
- C) 6.1.
- D) 6.2.

369. As substâncias infectantes correspondem à subclasse:

- A) 6.2.
- B) 6.1.
- C) 7.
- D) 8.

370. Segundo o Anexo IV da NR 29, a Classe 8 corresponde a:

- A) substâncias tóxicas.
- B) material radioativo.
- C) substâncias corrosivas.
- D) substâncias e materiais perigosos diversos.

371. Segundo o Anexo IV da NR 29, as substâncias e materiais perigosos diversos correspondem à Classe:

- A) 6.
- B) 7.
- C) 8.
- D) 9.

372. Segundo o Anexo V da NR 29, o tipo de segregação identificado pelo número 2 corresponde a:

- A) "separado por um compartimento completo".
- B) "longe de".
- C) "separado de".
- D) "separado longitudinalmente por um compartimento completo".

373. Segundo o Anexo V da NR 29, o tipo de segregação 4 exige, nos sentidos longitudinal e transversal, uma distância de pelo menos:

- A) 36 metros.
- B) 6 metros.
- C) 12 metros.
- D) 24 metros.

374. Segundo o Anexo V da NR 29, "um espaço para contêineres" significa uma distância de pelo menos:

- A) 2,4 m no sentido longitudinal e 6 m no sentido transversal.
- B) 12 m no sentido longitudinal e 6 m no sentido transversal.
- C) 6 m no sentido longitudinal e 2,4 m no sentido transversal.
- D) 3 m em ambos os sentidos.

375. No tipo de segregação 1, quanto ao sentido vertical, o Anexo V da NR 29 estabelece que:

- A) é permitido um remonte.
- B) são exigidos dois espaços para contêineres.
- C) o remonte é proibido.
- D) não há qualquer recomendação.

29.28, 29.29 E GLOSSÁRIO

376. Os exercícios simulados do Plano de Controle de Emergência - PCE devem ser realizados, no mínimo:

- A) quatro por ano de cada tipo de situação.
- B) dois por ano de cada tipo de situação.
- C) três por ano de cada tipo de situação, abrangendo todos os turnos de trabalho.
- D) um por ano de cada tipo de situação.

377. Sobre a participação do trabalhador nas equipes de resposta a emergências, a NR 29 estabelece que é:

- A) definida por sorteio anual.
- B) obrigatória para todos os trabalhadores avulsos.
- C) restrita aos empregados com vínculo empregatício.
- D) voluntária, salvo nos casos em que a natureza da função assim o determine.

378. No âmbito do Plano de Ajuda Mútua - PAM, devem ser realizadas, no mínimo, reuniões:

- A) mensais.
- B) trimestrais.
- C) semestrais.
- D) bimestrais.

379. Devem ser realizados, anualmente, no âmbito do PAM, pelo menos:

- A) três simulados de acidente ampliado.
- B) um simulado de acidente ampliado.
- C) quatro simulados de acidente ampliado.
- D) dois simulados de acidente ampliado.

380. Segundo o Glossário da NR 29, terminal retroportuário é o estabelecimento situado próximo a um porto organizado ou instalação portuária, compreendido no perímetro de:

- A) quinze quilômetros dos limites da zona primária.
- B) três quilômetros dos limites da zona primária.

- C) cinco quilômetros dos limites da zona primária.
- D) dez quilômetros dos limites da zona primária.

GABARITO COMENTADO — QUESTÕES 301 A 380

301. C — Item 29.17.2.
302. C — Item 29.17.2.1. O ângulo de repouso é elemento obrigatório da avaliação.
303. D — Item 29.17.3.
304. B — Item 29.17.5.
305. D — Item 29.17.6.1. Vistoria anual como regra supletiva.
306. A — Item 29.17.6.2, "a".
307. D — Item 29.17.8, "b" e "c".
308. A — Item 29.17.10.
309. D — Item 29.18.4, "a".
310. B — Item 29.18.5.
311. A — Item 29.18.6.1. Quatro cantos, tal como no quadro posicionador (29.16.1, "c").
312. D — Item 29.18.9. 1,50 m das bordas do cais.
313. C — Item 29.19.1.
314. D — Item 29.19.2, "a".
315. A — Item 29.20.1. Remissão à NR-30 (trabalho aquaviário).
316. B — Item 29.20.2.
317. C — Item 29.20.3.
318. C — Item 29.21.1.
319. D — Item 29.21.2.
320. A — Item 29.21.3.
321. A — Item 29.22.1. 50 lux nos locais de operação.
322. B — Item 29.22.2. 10 lux nas áreas de acesso e circulação. Par 50/10.
323. B — Item 29.24.1, "a" e "b".
324. A — Anexo III. Faixa -18,0 a -33,9: 4 horas, alternando 1 hora de trabalho com 1 hora de recuperação.
325. D — Anexo III, última faixa. Exposição proibida.
326. C — Anexo III. Separação mínima de 4 horas.
327. A — Item 29.25.4. Duzentos metros.
328. C — Item 29.25.5.
329. C — Item 29.25.2, "e".
330. A — Item 29.25.3.1.
331. C — Item 29.26.2.
332. D — Item 29.26.3.
333. B — Item 29.26.5.
334. B — Item 29.26.5.1.
335. D — Item 29.27.2. Símbolos padronizados pela OMI.
336. C — Item 29.27.3.
337. C — Item 29.27.3.1.1.
338. B — Item 29.27.6. Vinte horas, mesma carga horária do treinamento da CPATP.
339. B — Item 29.27.6, "c".
340. A — Item 29.27.7. Vinte e quatro horas antes da escalação.
341. C — Item 29.27.9. Quarenta e oito horas do embarque. Par 24/48, que a banca costuma inverter.
342. B — Item 29.27.7, "a".
343. C — Item 29.27.8.
344. C — Item 29.27.14.
345. A — Item 29.27.15. Granel perigoso remete ao IBC-CODE; embalado, ao IMDG.
346. C — Item 29.27.17, "a".
347. D — Item 29.27.17, "g".
348. C — Item 29.27.19, "c". Quarenta metros.
349. D — Item 29.27.19, "d". Últimas a embarcar, primeiras a desembarcar.

350. **B** — Item 29.27.20, "c".
351. **B** — Item 29.27.21, "f".
352. **C** — Item 29.27.22, "b".
353. **C** — Item 29.27.23, "a".
354. **D** — Item 29.27.24, "d".
355. **A** — Item 29.27.25, "c".
356. **D** — Item 29.27.26.
357. **A** — Item 29.27.29. Inspeção no mínimo diária.
358. **C** — Item 29.27.33.
359. **C** — Item 29.27.36. Proibição expressa. Este é justamente o item que **não** se aplica aos terminais retroportuários (29.2.1.1, "j").
360. **C** — Item 29.27.36.1. Quarenta e oito horas.
361. **A** — Item 29.27.37.
362. **C** — Item 29.16.7.
363. **A** — Anexo IV.
364. **C** — Anexo IV. 2.1 inflamáveis, 2.2 não inflamáveis e não tóxicos, 2.3 tóxicos.
365. **B** — Anexo IV, Classe 3. Ponto de fulgor ≤ 60 °C.
366. **C** — Anexo IV, subclasse 4.3.
367. **B** — Anexo IV, subclasse 4.2. Não confundir 4.2 com 4.3.
368. **B** — Anexo IV, subclasse 5.2.
369. **A** — Anexo IV, subclasse 6.2.
370. **C** — Anexo IV. Classe 8: corrosivas.
371. **D** — Anexo IV. Classe 9: perigosos diversos.
372. **C** — Anexo V, Tabela I. 1 "longe de", 2 "separado de", 3 "separado por um compartimento completo", 4 "separado longitudinalmente por um compartimento completo".
373. **D** — Anexo V, Tabela II. Vinte e quatro metros.
374. **C** — Anexo V, Observação 2. 6 m longitudinal e 2,4 m transversal.
375. **A** — Anexo V, Tabela II. Tipo 1 permite um remonte; tipos 2, 3 e 4 o proíbem.
376. **C** — Item 29.28.6. Três simulados por ano de cada tipo.
377. **D** — Item 29.28.8.
378. **B** — Item 29.29.4. Reuniões trimestrais.
379. **D** — Item 29.29.5. Dois simulados de acidente ampliado por ano. Não confundir com os três simulados do PCE.
380. **C** — Glossário. Cinco quilômetros da zona primária.

NR 35 — Trabalho em Altura

Questões 381 a 460

Versão vigente: Portaria MTP nº 4.218/2022, com as alterações das Portarias MTE nº 3.903/2023, nº 1.680/2025 (Anexo III, talabarte e glossário) e nº 1.259/2026 (item 35.4.5 e ajustes no Anexo III).

35.1 A 35.3 — OBJETIVO, CAMPO DE APLICAÇÃO E RESPONSABILIDADES

381. A NR 35 estabelece os requisitos e as medidas de prevenção para o trabalho em altura, envolvendo:

- A) exclusivamente a capacitação dos trabalhadores.
- B) somente o fornecimento de EPI.
- C) o planejamento, a organização e a execução.
- D) apenas a execução da atividade.

382. Aplica-se o disposto na NR 35 a toda atividade com diferença de nível acima de:

- A) 3,0 m (três metros) do nível inferior, onde haja risco de queda.
- B) 1,5 m (um metro e meio) do nível inferior, onde haja risco de queda.
- C) 2,0 m (dois metros) do nível inferior, onde haja risco de queda.
- D) 2,5 m (dois metros e meio) do nível inferior, onde haja risco de queda.

383. Um trabalhador executará atividade a 1,80 m do nível inferior, com risco de queda. Segundo o campo de aplicação da NR 35, essa atividade:

- A) não está abrangida pela NR 35, pois a diferença de nível não é superior a 2,0 m.
- B) está abrangida pela NR 35, pois há risco de queda.
- C) está abrangida apenas se o trabalhador for avulso.
- D) está abrangida somente se houver Permissão de Trabalho.

384. Cabe à organização, segundo a NR 35:

- A) delegar ao trabalhador a definição das medidas de prevenção.
- B) executar pessoalmente o resgate em altura.
- C) dispensar a avaliação prévia das condições do local.
- D) assegurar a realização da Análise de Risco e, quando aplicável, a emissão da Permissão de Trabalho.

385. Cabe à organização elaborar procedimento operacional para:

- A) as atividades não rotineiras exclusivamente.
- B) apenas as atividades de acesso por cordas.
- C) as atividades rotineiras de trabalho em altura.
- D) todas as atividades, rotineiras e não rotineiras, indistintamente.

386. A organização deve assegurar a suspensão dos trabalhos em altura quando verificar:

- A) qualquer alteração na equipe de trabalho.
- B) mudança do turno de trabalho.
- C) ausência do supervisor por mais de uma hora.
- D) situação ou condição de risco não prevista, cuja eliminação ou neutralização imediata não seja possível.

387. A organização deve assegurar a organização e o arquivamento da documentação prevista na NR 35 por período mínimo de:

- A) 3 (três) anos.
- B) 10 (dez) anos, sem exceções.
- C) 5 (cinco) anos, exceto se houver disposição específica em outra Norma Regulamentadora.
- D) 2 (dois) anos.

388. Cabe ao trabalhador cumprir as disposições previstas na NR 35 e no item 1.4.2 da:

- A) NR-06.
- B) NR-01.
- C) NR-09.
- D) NR-29.

35.4 — AUTORIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO E APTIDÃO

389. Todo trabalho em altura deve ser realizado por trabalhador:

- A) com mais de dois anos de experiência.
- B) formalmente autorizado pela organização.
- C) filiado ao sindicato da categoria.
- D) certificado por organismo internacional.

390. Considera-se trabalhador **autorizado** para trabalho em altura aquele:

- A) indicado pela CIPA.
- B) que tenha assinado termo de responsabilidade.
- C) que possua apenas o treinamento inicial.
- D) capacitado cujo estado de saúde foi avaliado, tendo sido considerado apto para executar suas atividades.

391. A autorização para trabalho em altura deve considerar as atividades que serão desenvolvidas pelo trabalhador, a capacitação a que foi submetido e:

- A) a idade do trabalhador.
- B) a jornada semanal contratada.
- C) o tempo de casa do trabalhador.
- D) a aptidão clínica para desempenhar as atividades.

392. A autorização para trabalho em altura deve ser consignada:

- A) na Permissão de Trabalho exclusivamente.
- B) nos documentos funcionais do empregado.
- C) no crachá de identificação apenas.
- D) no livro de registro da CIPA.

393. Considera-se trabalhador **capacitado** para trabalho em altura aquele que foi submetido e aprovado no processo de capacitação, envolvendo treinamento:

- A) somente periódico.
- B) teórico e prático, inicial, periódico e eventual.
- C) exclusivamente teórico.
- D) apenas prático e inicial.

394. O treinamento inicial de trabalho em altura tem carga horária mínima de:

- A) 16 (dezesseis) horas.
- B) 4 (quatro) horas.
- C) 20 (vinte) horas.
- D) 8 (oito) horas.

395. O treinamento inicial deve ser realizado:

- A) em até 90 dias após a admissão.
- B) em até 30 dias após o início da atividade.
- C) antes de o trabalhador iniciar a atividade.
- D) simultaneamente ao início da atividade.

396. Assinale a alternativa que apresenta um conteúdo obrigatório do treinamento inicial de trabalho em altura.

- A) Elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos.
- B) Condutas em situações de emergência, incluindo noções básicas de técnicas de resgate e de primeiros socorros.
- C) Legislação previdenciária aplicável ao acidente de trabalho.
- D) Cálculo estrutural de sistemas de ancoragem.

397. O treinamento periódico de trabalho em altura deve ser realizado:

- A) anualmente, com carga horária mínima de quatro horas.
- B) a cada dois anos, com carga horária mínima de oito horas.
- C) a cada cinco anos, com carga horária mínima de dezesseis horas.
- D) a cada três anos, com carga horária mínima de oito horas.

398. O conteúdo programático do treinamento periódico de trabalho em altura é definido:

- A) pelo empregador.
- B) pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

- C) pela CIPA.
- D) pelo sindicato profissional.

399. Os treinamentos de trabalho em altura devem ser ministrados por instrutores com comprovada proficiência no assunto, sob a responsabilidade de:

- A) profissional qualificado ou legalmente habilitado em segurança no trabalho.
- B) médico do trabalho.
- C) técnico de enfermagem do trabalho.
- D) engenheiro civil, exclusivamente.

400. A avaliação do estado de saúde dos empregados que exercem trabalho em altura deve observar o estabelecido na NR-07, considerando:

- A) apenas a acuidade visual.
- B) exclusivamente o índice de massa corporal.
- C) somente a capacidade cardiorrespiratória.
- D) patologias que poderão originar mal súbito e queda de altura, bem como os fatores psicossociais.

401. A aptidão para trabalho em altura deve ser consignada:

- A) na Permissão de Trabalho.
- B) no procedimento operacional.
- C) no atestado de saúde ocupacional do trabalhador.
- D) na carteira de trabalho.

402. Segundo o item 35.4.5, incluído pela Portaria MTE nº 1.259, de 15 de julho de 2026, os treinamentos previstos na NR 35 devem ser realizados:

- A) preferencialmente a distância.
- B) em modalidade semipresencial.
- C) livremente, a critério do empregador.
- D) na modalidade presencial.

35.5 — PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

403. No planejamento do trabalho em altura, a primeira medida da hierarquia estabelecida pela NR 35 é:

- A) minimizar as consequências da queda.
- B) adotar medidas para evitar o trabalho em altura, sempre que existir meio alternativo de execução.
- C) instalar linha de vida.
- D) fornecer cinturão tipo paraquedista a todos os trabalhadores.

404. Segundo a hierarquia do item 35.5.2 da NR 35, as medidas que minimizem as consequências da queda devem ser adotadas:

- A) somente em trabalhos acima de 10 metros.
- B) apenas em atividades não rotineiras.
- C) sempre, como primeira providência.
- D) quando o risco de queda não puder ser eliminado.

405. Todo trabalho em altura deve ser realizado sob supervisão, cuja forma deve ser definida:

- A) pela Análise de Risco, de acordo com as peculiaridades da atividade.
- B) pelo próprio trabalhador.
- C) pela CIPA.
- D) pelo fabricante do EPI.

406. Segundo o glossário da NR 35, supervisão para trabalho em altura é um ato que implica em promover orientações:

- A) exclusivamente presenciais.
- B) apenas por escrito.
- C) presencial, semipresencial ou de forma remota.
- D) somente por meio de videoconferência.

407. Todo trabalho em altura deve ser precedido de:

- A) Análise de Risco.
- B) Permissão de Trabalho, em qualquer hipótese.

- C) exame toxicológico.
- D) autorização da CIPA.

408. Assinale a alternativa que apresenta um item que a Análise de Risco deve considerar, além dos riscos inerentes ao trabalho em altura.

- A) A produtividade esperada da equipe.
- B) O estabelecimento dos sistemas e pontos de ancoragem.
- C) O regime de contratação dos trabalhadores.
- D) O custo de aquisição dos equipamentos.

409. A Análise de Risco deve considerar as situações de emergência e o planejamento do resgate e primeiros socorros, de forma a reduzir:

- A) o número de trabalhadores envolvidos.
- B) o tempo da suspensão inerte do trabalhador.
- C) a altura de trabalho.
- D) o custo do resgate.

410. Para atividades **rotineiras** de trabalho em altura, a Análise de Risco:

- A) deve ser refeita a cada jornada.
- B) pode estar contemplada no respectivo procedimento operacional.
- C) deve ser substituída pela Permissão de Trabalho.
- D) é dispensada.

411. Assinale a alternativa que apresenta um conteúdo obrigatório do procedimento operacional para atividades rotineiras de trabalho em altura.

- A) O laudo ergonômico do posto.
- B) As condições impeditivas.
- C) A escala de revezamento mensal.
- D) O custo da operação.

412. As atividades de trabalho em altura **não rotineiras** devem ser previamente autorizadas mediante:

- A) Permissão de Trabalho.
- B) ordem de serviço verbal.
- C) ata de reunião da CIPA.
- D) procedimento operacional.

413. Segundo o glossário da NR 35, atividades rotineiras são:

- A) atividades realizadas diariamente, sem exceção.
- B) atividades realizadas ao menos uma vez por semana.
- C) atividades executadas por equipe fixa.
- D) atividades habituais, independente da frequência, que fazem parte do processo de trabalho da empresa.

414. A Permissão de Trabalho deve ser emitida em meio físico ou digital, aprovada pelo responsável pela autorização da permissão, e:

- A) destruída ao final da atividade.
- B) enviada ao órgão regional do Ministério do Trabalho.
- C) afixada permanentemente no quadro de avisos.
- D) acessível no local de execução da atividade e, ao final, encerrada e arquivada de forma a permitir sua rastreabilidade.

415. A Permissão de Trabalho deve conter, entre outros elementos:

- A) o organograma da empresa.
- B) a relação de todos os envolvidos na atividade.
- C) o valor do seguro contratado.
- D) a folha de ponto da equipe.

416. A validade da Permissão de Trabalho é limitada à duração da atividade, restrita ao:

- A) turno ou à jornada de trabalho.
- B) prazo de 30 dias.
- C) período de vigência do contrato.
- D) prazo de 12 meses.

417. A Permissão de Trabalho pode ser revalidada pelo responsável pela aprovação:

- A) apenas uma vez.
- B) nas situações em que não ocorram mudanças nas condições estabelecidas ou na equipe de trabalho.
- C) em qualquer situação, indefinidamente.
- D) somente mediante nova Análise de Risco.

418. Segundo o glossário da NR 35, condições impeditivas são:

- A) limitações orçamentárias da organização.
- B) impedimentos legais à contratação do trabalhador.
- C) situações que impedem a realização ou continuidade do serviço que possam colocar em risco a saúde ou a integridade física do trabalhador.
- D) restrições contratuais impostas pelo cliente.

35.6 — SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA QUEDAS

419. É obrigatória a utilização de Sistema de Proteção Contra Quedas - SPQ sempre que:

- A) houver mais de dois trabalhadores na atividade.
- B) a atividade for não rotineira.
- C) a altura for superior a 10 metros.
- D) não for possível evitar o trabalho em altura.

420. O SPQ deve ser selecionado por:

- A) pelo fornecedor do equipamento.
- B) profissional qualificado ou legalmente habilitado em segurança do trabalho.
- C) pelo próprio trabalhador que executará a tarefa.
- D) qualquer membro da CIPA.

421. O Sistema de Proteção Individual Contra Quedas - SPIQ deve ser adotado:

- A) na impossibilidade de adoção do SPCQ, quando o SPCQ não ofereça completa proteção ou para atender situações de emergência.
- B) preferencialmente ao Sistema de Proteção Coletiva Contra Quedas.
- C) sempre em conjunto com o SPCQ.
- D) apenas em trabalhos de acesso por cordas.

422. O Sistema de Proteção Coletiva Contra Quedas - SPCQ deve ser projetado por:

- A) supervisor da atividade.
- B) profissional legalmente habilitado.
- C) técnico de segurança do trabalho.
- D) trabalhador capacitado.

423. O SPIQ pode ser de restrição de movimentação, de retenção de queda, de posicionamento no trabalho ou de:

- A) ancoragem estrutural.
- B) acesso por cordas.
- C) contenção de materiais.
- D) proteção coletiva.

424. A inspeção **inicial** do SPIQ é aquela realizada:

- A) antes do início dos trabalhos, diariamente.
- B) a cada doze meses.
- C) após qualquer queda.
- D) entre o recebimento e a primeira utilização.

425. A inspeção **rotineira** do SPIQ é aquela realizada:

- A) na aquisição do equipamento.
- B) a cada seis meses.
- C) antes do início dos trabalhos.
- D) uma vez por semana.

426. A inspeção **periódica** do SPIQ deve ser realizada, no mínimo:

- A) a cada cinco anos.

- B) uma vez a cada doze meses.
- C) uma vez a cada seis meses.
- D) uma vez a cada vinte e quatro meses.

427. O intervalo entre as inspeções periódicas do SPIQ pode ser reduzido em função:

- A) do tipo de utilização, frequência de uso ou exposição a agentes agressivos.
- B) da altura de trabalho.
- C) apenas da idade do equipamento.
- D) do número de trabalhadores da equipe.

428. Devem ser registradas as inspeções iniciais, periódicas e:

- A) todas as rotineiras, sem exceção.
- B) aquelas rotineiras que tiverem os elementos do SPIQ recusados.
- C) apenas as realizadas por profissional habilitado.
- D) somente as que apontarem conformidade.

429. Os elementos do SPIQ que apresentarem defeitos, degradação, deformações ou sofrerem impactos de queda devem ser:

- A) reparados pelo próprio usuário.
- B) mantidos em uso até a próxima inspeção periódica.
- C) devolvidos ao fabricante para revenda.
- D) inutilizados e descartados, exceto quando sua restauração for prevista em normas técnicas e de acordo com as recomendações do fabricante.

430. O SPIQ deve ser selecionado de forma que a força de impacto transmitida ao trabalhador, quando de uma eventual queda, seja de no máximo:

- A) 5 kN.
- B) 6 kN.
- C) 4 kN.
- D) 8 kN.

431. Havendo possibilidade de ocorrência de queda com diferença de nível, o sistema de ancoragem destinado à restrição de movimentação deve ser:

- A) dimensionado como de retenção de queda.
- B) substituído por SPCQ obrigatoriamente.
- C) mantido como de restrição de movimentação.
- D) dispensado.

432. No SPIQ de retenção de queda e no de acesso por cordas, o equipamento de proteção individual deve ser:

- A) o colete de segurança refletivo.
- B) o cinto de posicionamento simples.
- C) o cinturão de segurança tipo paraquedista.
- D) o cinturão de segurança tipo abdominal.

433. Segundo o glossário da NR 35, o cinturão de segurança tipo paraquedista é destinado a deter e distribuir as forças de queda pelo menos nas partes:

- A) exclusivamente do tronco.
- B) dos ombros e dos braços.
- C) superior das coxas, pélvis, peito e tronco.
- D) da cintura e do abdômen.

434. O elemento de engate para retenção de quedas está localizado na região:

- A) abdominal ou lombar.
- B) dorsal ou peitoral.
- C) das coxas.
- D) lateral, em ambos os lados.

435. Se o elemento de ligação utilizado para retenção de quedas for um talabarte, este deve ser, conforme a redação dada pela Portaria MTE nº 1.680/2025:

- A) um talabarte regulável de posicionamento.

- B) um talabarte simples, sem absorvedor.
- C) um talabarte integrado com absorvedor de energia.
- D) um talabarte duplo em Y, com ou sem absorvedor.

436. Segundo o glossário da NR 35, talabarte integrado com absorvedor de energia é aquele que:

- A) dispensa o uso de cinturão paraquedista.
- B) possui dois absorvedores independentes.
- C) contém um absorvedor de energia que não pode ser removido do talabarte sem danificá-lo.
- D) possui absorvedor de energia acoplável e removível.

437. Segundo o glossário da NR 35, fator de queda é:

- A) a distância entre o ponto de ancoragem e o solo.
- B) o tempo decorrido entre o início da queda e a retenção.
- C) a razão entre o peso do trabalhador e a resistência do ponto de ancoragem.
- D) a razão entre a distância que o trabalhador percorreria na queda e o comprimento do equipamento que irá detê-lo.

438. Segundo o glossário da NR 35, com a redação dada pela Portaria MTE nº 1.680/2025, a Zona Livre de Queda - ZLQ é:

- A) o espaço percorrido durante a atuação do absorvedor de energia.
- B) a distância entre dois pontos de ancoragem consecutivos.
- C) a área isolada no solo, abaixo da projeção do trabalho em altura.
- D) o espaço mínimo abaixo do ponto de ancoragem no caso do talabarte de segurança ou espaço mínimo abaixo dos pés do usuário no caso dos dispositivos trava-quedas, com o objetivo de evitar choques com a estrutura, obstáculo mais próximo ou com o solo depois de uma queda.

439. Segundo o glossário da NR 35, distância de queda livre é a distância compreendida entre:

- A) o início da queda e o início da retenção.
- B) os pés do trabalhador e o obstáculo mais próximo.
- C) o ponto de ancoragem e o solo.
- D) o início da frenagem e o término da queda.

440. Segundo o glossário da NR 35, distância de frenagem é a distância percorrida durante a atuação do sistema de absorção de energia, normalmente compreendida entre:

- A) o início da frenagem e o término da queda.
- B) o ponto de ancoragem e os pés do trabalhador.
- C) a estrutura e o obstáculo mais próximo.
- D) o início da queda e o início da retenção.

441. O talabarte e o dispositivo trava-quedas devem ser posicionados de modo a restringir a distância de queda livre e:

- A) de forma que, em caso de ocorrência de queda, o trabalhador não colida com estrutura inferior.
- B) sempre abaixo da linha da cintura.
- C) de forma a aumentar a mobilidade do trabalhador.
- D) conectados a dois pontos de ancoragem simultaneamente.

442. Exceto quando especificado pelo fabricante, o talabarte **não** pode ser utilizado:

- A) em conjunto com o cinturão paraquedista.
- B) em atividades de posicionamento no trabalho.
- C) em linhas de vida horizontais.
- D) conectado a outro talabarte, elemento de ligação ou extensor, nem com nós ou laços.

443. Segundo o glossário da NR 35, sistema de restrição de movimentação é o SPQ que:

- A) permite ao trabalhador permanecer suspenso sem o uso das mãos.
- B) não evita a queda, mas a interrompe depois de iniciada.
- C) utiliza cordas como meio de acesso e proteção.
- D) limita a movimentação de modo que o trabalhador não fique exposto a risco de queda.

444. Segundo o glossário da NR 35, sistema de retenção de queda é o SPQ que:

- A) evita completamente a ocorrência da queda.
- B) limita a movimentação do trabalhador.

- C) posiciona o trabalhador sem o uso das mãos.
- D) não evita a queda, mas a interrompe depois de iniciada, reduzindo as suas consequências.

445. Segundo o glossário da NR 35, profissional legalmente habilitado é o trabalhador:

- A) autorizado formalmente pela organização.
- B) que possui apenas curso técnico concluído.
- C) com mais de cinco anos de experiência comprovada.
- D) previamente qualificado e com registro no competente conselho de classe.

446. Segundo o glossário da NR 35, trabalhador qualificado é aquele que:

- A) comprove conclusão de curso específico para sua atividade em instituição reconhecida pelo sistema oficial de ensino.
- B) esteja formalmente autorizado pela organização.
- C) possua registro em conselho de classe.
- D) tenha sido aprovado no treinamento inicial de oito horas.

35.7 E ANEXOS I, II E III

447. A organização deve estabelecer, implementar e manter procedimentos de respostas aos cenários de emergências de trabalho em altura, considerando, entre outros:

- A) o tempo estimado para o resgate.
- B) o número de horas extras da equipe.
- C) a apólice de seguro de vida da equipe.
- D) o custo do serviço de resgate terceirizado.

448. As pessoas responsáveis pela execução das medidas de salvamento devem estar capacitadas a executar o resgate, prestar primeiros socorros e:

- A) ter mais de cinco anos de experiência.
- B) possuir aptidão física e mental compatível com a atividade a desempenhar.
- C) possuir registro no conselho de classe.
- D) ter formação em enfermagem.

449. Segundo o Anexo I da NR 35, as atividades com acesso por cordas devem ser executadas por equipe constituída de pelo menos:

- A) quatro trabalhadores.
- B) um trabalhador certificado.
- C) três trabalhadores, sendo um deles o supervisor.
- D) dois trabalhadores, sendo um deles o supervisor.

450. Durante a execução da atividade de acesso por cordas, o trabalhador deve estar conectado a:

- A) uma corda em ponto de ancoragem estrutural.
- B) uma linha de vida horizontal.
- C) três cordas independentes.
- D) pelo menos duas cordas em pontos de ancoragem independentes.

451. Segundo o Anexo I da NR 35, os equipamentos e cordas devem ser inspecionados antes da sua utilização e periodicamente, com periodicidade mínima de:

- A) doze meses.
- B) seis meses.
- C) vinte e quatro meses.
- D) três meses.

452. Segundo o Anexo I da NR 35, o trabalho de acesso por corda deve ser interrompido imediatamente em caso de ventos superiores a:

- A) trinta quilômetros por hora.
- B) sessenta quilômetros por hora.
- C) quarenta quilômetros por hora.
- D) quarenta e seis quilômetros por hora.

453. Pode ser autorizada a execução de trabalho em altura utilizando acesso por cordas em condições com ventos superiores a quarenta quilômetros por hora e inferiores a:

- A) quarenta e cinco quilômetros por hora.
- B) cinquenta quilômetros por hora.
- C) sessenta quilômetros por hora.
- D) quarenta e seis quilômetros por hora.

454. Segundo o Anexo II da NR 35, a inspeção periódica do sistema de ancoragem deve ser efetuada com periodicidade não superior a:

- A) 36 (trinta e seis) meses.
- B) 12 (doze) meses.
- C) 6 (seis) meses.
- D) 24 (vinte e quatro) meses.

455. Segundo o Anexo II da NR 35, o sistema de ancoragem **permanente** deve possuir projeto e a instalação deve estar sob responsabilidade de:

- A) profissional legalmente habilitado.
- B) trabalhador capacitado.
- C) supervisor da atividade.
- D) técnico de segurança do trabalho.

456. Segundo o Anexo III da NR 35, as escadas de uso individual podem ser classificadas como:

- A) escada coletiva, escada de incêndio e escada de serviço.
- B) escada de marinho, escada rolante e escada de emergência.
- C) escada de madeira, escada metálica e escada de fibra.
- D) escada fixa vertical, escada portátil de encosto fixo ou extensível e escada portátil autossustentável.

457. Segundo o Anexo III da NR 35, durante a subida e descida de escadas portáteis, o trabalhador deve estar apoiado em:

- A) 3 (três) pontos.
- B) 2 (dois) pontos.
- C) nenhum ponto específico, desde que use SPIQ.
- D) 4 (quatro) pontos.

458. Segundo o Anexo III da NR 35, a escada portátil de encosto de uso individual deve ultrapassar o nível superior, quando utilizada como meio de acesso, no mínimo em:

- A) 0,50 m.
- B) 1,50 m.
- C) 2,00 m.
- D) 1,00 m.

459. Segundo o Anexo III da NR 35, a escada portátil de encosto de uso individual deve possuir, no máximo:

- A) 7 m de comprimento.
- B) 5 m de comprimento.
- C) 6 m de comprimento.
- D) 9 m de comprimento.

460. Segundo o Anexo III da NR 35, a escada fixa vertical de uso individual com mais de 10,00 m de altura deve ter plataformas de descanso, sendo a distância entre duas plataformas de, no máximo:

- A) 8,00 m.
- B) 6,00 m.
- C) 5,00 m.
- D) 4,00 m.

GABARITO COMENTADO — QUESTÕES 381 A 460

381. **C** — Item 35.1.1.
382. **C** — Item 35.2.1. Dois metros é o marco absoluto da norma.
383. **A** — Item 35.2.1. A norma exige diferença de nível **acima** de 2,0 m. A 1,80 m não há incidência da NR 35, embora possam incidir outras normas.
384. **D** — Item 35.3.1, "b".
385. **C** — Item 35.3.1, "c". Procedimento operacional é para as **rotineiras**; PT é para as **não rotineiras**.
386. **D** — Item 35.3.1, "h".
387. **C** — Item 35.3.1, "j". Cinco anos.
388. **B** — Item 35.3.2.
389. **B** — Item 35.4.1.
390. **D** — Item 35.4.1.1. Autorizado = capacitado + apto clinicamente.
391. **D** — Item 35.4.1.2, "c".
392. **B** — Item 35.4.1.3.
393. **B** — Item 35.4.2.
394. **D** — Item 35.4.2.1. Oito horas.
395. **C** — Item 35.4.2.1.
396. **B** — Item 35.4.2.1, "g".
397. **B** — Item 35.4.2.2. A cada dois anos, oito horas. Note que a carga do periódico é igual à do inicial.
398. **A** — Item 35.4.2.2.
399. **A** — Item 35.4.3.
400. **D** — Item 35.4.4.
401. **C** — Item 35.4.4.1.
402. **D** — Item 35.4.5, inserido pela Portaria MTE nº 1.259/2026. Alteração recente: material antigo não traz esse item.
403. **B** — Item 35.5.2, "a". A hierarquia é evitar, eliminar, minimizar.
404. **D** — Item 35.5.2, "c".
405. **A** — Item 35.5.3.
406. **C** — Glossário. A supervisão admite forma remota.
407. **A** — Item 35.5.5. A AR é sempre exigida; a PT, só nas não rotineiras.
408. **B** — Item 35.5.5.1, "c".
409. **B** — Item 35.5.5.1, "k".
410. **B** — Item 35.5.6.
411. **B** — Item 35.5.6.1, "c".
412. **A** — Item 35.5.7.
413. **D** — Glossário. O critério é ser habitual, não a frequência.
414. **D** — Item 35.5.8.
415. **B** — Item 35.5.8.1, "c".
416. **A** — Item 35.5.8.2.
417. **B** — Item 35.5.8.2, parte final.
418. **C** — Glossário.
419. **D** — Item 35.6.1.
420. **B** — Item 35.6.2, "c".
421. **A** — Item 35.6.3, "b", I a III. A prioridade é sempre o coletivo.
422. **B** — Item 35.6.3.1. Note a distinção: SPCQ é **projetado** por legalmente habilitado; o SPQ é **selecionado** por qualificado ou legalmente habilitado.
423. **B** — Item 35.6.4.
424. **D** — Item 35.6.6.1.
425. **C** — Item 35.6.6.2.
426. **B** — Item 35.6.6.3. Doze meses.
427. **A** — Item 35.6.6.3, parte final.
428. **B** — Item 35.6.6.4. A rotineira só é registrada se houver recusa.

429. **D** — Item 35.6.6.5.
430. **B** — Itens 35.6.7 e 35.6.11, "d". Seis quilonewtons.
431. **A** — Item 35.6.8.1.
432. **C** — Item 35.6.9. O tipo paraquedista é o único admitido para retenção de queda.
433. **C** — Glossário.
434. **B** — Glossário. Dorsal ou peitoral.
435. **C** — Item 35.6.9.1.1, alterado pela Portaria MTE nº 1.680/2025. Antes bastava talabarte com absorvedor; agora exige-se **integrado**.
436. **C** — Glossário, inserido pela Portaria MTE nº 1.680/2025. O ponto central é a impossibilidade de remoção sem danificar.
437. **D** — Glossário.
438. **D** — Glossário, alterado pela Portaria MTE nº 1.680/2025.
439. **A** — Glossário. Não confundir com distância de frenagem.
440. **A** — Glossário. Par clássico com a questão anterior.
441. **A** — Item 35.6.11.1, "b".
442. **D** — Item 35.6.11.1.1, "a" e "b".
443. **D** — Glossário.
444. **D** — Glossário. Restrição evita; retenção interrompe.
445. **D** — Glossário. A marca é o registro no conselho de classe.
446. **A** — Glossário. A marca é o curso em instituição reconhecida pelo sistema oficial de ensino.
447. **A** — Item 35.7.1, "c".
448. **B** — Item 35.7.3.
449. **D** — Anexo I, item 3.1, "c". Dois trabalhadores, um deles supervisor.
450. **D** — Anexo I, item 3.2. Duas cordas, ancoragens independentes.
451. **B** — Anexo I, item 4.3.1, "b". Seis meses. Atenção: a inspeção periódica do SPIQ no corpo da norma é de doze meses; no acesso por cordas, seis.
452. **C** — Anexo I, item 6.1. Quarenta km/h.
453. **D** — Anexo I, item 6.2. Faixa excepcional entre 40 e 46 km/h, com quatro requisitos cumulativos.
454. **B** — Anexo II, item 4.1.2. Doze meses.
455. **A** — Anexo II, item 4.3.
456. **D** — Anexo III, item 3.1.
457. **A** — Anexo III, item 5.2.2.1.2. Contato de três pontos: dois pés e uma mão, ou duas mãos e um pé.
458. **D** — Anexo III, item 5.2.2.7.4. Um metro, igual à exigência da NR 29 para escadas de porão e de contêiner.
459. **A** — Anexo III, item 5.2.2.7.5. Sete metros, também coincidindo com a NR 29. A autossustentável, por sua vez, é de no máximo 6 m fechada.
460. **B** — Anexo III, item 5.2.1.2.1. Seis metros entre plataformas, exigidas acima de 10,00 m.

Decreto nº 8.033/2013 e Convenções da OIT

Questões 461 a 540

- **461 a 520** — Decreto Federal nº 8.033/2013 (com as alterações dos Decretos nº 8.071/2013, nº 8.464/2015, nº 9.048/2017 e nº 10.672/2021)

- **521 a 540** — Convenções nº 137 e nº 152 da OIT

DECRETO Nº 8.033/2013 — DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E COMPETÊNCIAS

461. O Decreto nº 8.033/2013 regulamenta o disposto na:

- A) Lei nº 8.630/1993.
- B) Lei nº 10.233/2001.
- C) Lei nº 12.815/2013 e as demais disposições legais que regulam a exploração de portos organizados e de instalações portuárias.
- D) Lei nº 9.719/1998, exclusivamente.

462. Segundo o Decreto nº 8.033/2013, com a redação dada pelo Decreto nº 9.048/2017, o poder concedente será exercido pela União por intermédio:

- A) da administração de cada porto organizado.
- B) da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.
- C) do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, ouvidas as respectivas Secretarias.
- D) do Ministério do Trabalho e Emprego.

463. Compete ao poder concedente, entre outras atribuições:

- A) registrar o trabalhador portuário avulso.
- B) elaborar o plano geral de outorgas do setor portuário.
- C) arbitrar conflitos entre agentes que atuem no porto organizado.
- D) aplicar penalidades disciplinares aos avulsos.

464. O plano geral de outorgas do setor portuário tem caráter:

- A) vinculante e obrigatório.
- B) orientativo, com a finalidade de subsidiar decisões relacionadas às outorgas portuárias.
- C) meramente estatístico.
- D) sigiloso, de uso interno da ANTAQ.

465. Compete à ANTAQ, segundo o Decreto nº 8.033/2013:

- A) aprovar a transferência de titularidade de contratos de concessão.
- B) elaborar o plano geral de outorgas.
- C) arbitrar, na esfera administrativa, os conflitos de interesses e as controvérsias sobre os contratos não solucionados entre a administração do porto e a arrendatária.
- D) definir diretrizes para os regulamentos de exploração dos portos.

466. Compete à administração do porto, segundo o Decreto nº 8.033/2013:

- A) estabelecer o regulamento de exploração do porto, observadas as diretrizes do poder concedente.
- B) expedir autorizações de instalação portuária.
- C) fixar o valor do benefício assistencial do avulso.
- D) elaborar o plano geral de outorgas.

LICITAÇÃO, CONTRATOS E AUTORIZAÇÕES

467. Nas licitações de concessão e de arrendamento, com a redação dada pelo Decreto nº 8.464/2015, são critérios de julgamento, de forma isolada ou combinada:

- A) somente a maior capacidade de movimentação.
- B) maior capacidade de movimentação, menor tarifa, menor tempo de movimentação de carga, maior valor de investimento, menor contraprestação do poder concedente, melhor proposta técnica ou maior valor de outorga.
- C) exclusivamente o maior valor de outorga.
- D) apenas o menor preço e a melhor técnica.

468. Na fase de habilitação das licitações previstas no Decreto nº 8.033/2013, aplica-se, no que couber, o disposto nos:

- A) arts. 1º a 10 da Lei nº 12.462/2011.
- B) arts. 27 a 33 da Lei nº 8.666/1993.
- C) arts. 20 a 25 da Lei nº 10.233/2001.
- D) arts. 55 a 60 da Lei nº 8.987/1995.

469. Para a qualificação técnica nas licitações de arrendamento, o edital poderá estabelecer que o licitante assumo o compromisso de:

- A) obter sua pré-qualificação como operador portuário perante a administração do porto ou contratar operador portuário pré-qualificado.
- B) contratar exclusivamente trabalhadores com vínculo empregatício.
- C) filiar-se a entidade de classe local.
- D) constituir OGMO próprio.

470. O procedimento licitatório terá fase recursal:

- A) única, que se seguirá à habilitação do vencedor, exceto na hipótese de inversão de fases.
- B) dupla, após o julgamento das propostas e após a habilitação.
- C) inexistente.
- D) tríplice, com recurso final ao poder concedente.

471. O recurso no procedimento licitatório será dirigido à:

- A) administração do porto.
- B) Secretaria de Portos.
- C) Diretoria da ANTAQ, por intermédio da comissão de licitação.
- D) Justiça Federal.

472. No caso de concessão de porto organizado, os contratos terão prazo de vigência, incluídos o prazo original e todas as prorrogações, de até:

- A) trinta e cinco anos.
- B) vinte e cinco anos.
- C) cinquenta anos.
- D) setenta anos.

473. No caso de arrendamento de instalação portuária, os contratos terão prazo de vigência de até trinta e cinco anos, podendo ser prorrogados até o máximo de:

- A) cinquenta anos.
- B) quarenta anos.
- C) cem anos.
- D) setenta anos.

474. O interessado deverá manifestar formalmente interesse na prorrogação do contrato de **concessão de porto organizado** com antecedência mínima de:

- A) setenta e dois meses.
- B) cento e vinte meses.
- C) noventa meses.
- D) sessenta meses.

475. O interessado deverá manifestar formalmente interesse na prorrogação do contrato de **arrendamento de instalação portuária** com antecedência mínima de:

- A) sessenta meses.
- B) noventa meses.
- C) trinta e seis meses.
- D) cento e vinte meses.

476. Considera-se prorrogação antecipada de contrato de arrendamento firmado sob a Lei nº 8.630/1993 aquela que ocorrer:

- A) previamente ao último quinquênio de vigência do contrato.
- B) após o término da vigência.
- C) nos últimos doze meses de vigência.
- D) a qualquer tempo, sem restrição.

- 477.** Os contratos de concessão e arrendamento deverão resguardar o direito de passagem de infraestrutura de terceiros na área objeto dos contratos, conforme disciplinado pela ANTAQ e mediante:
- A) aprovação da CAP.
 - B) autorização judicial.
 - C) justa indenização.
 - D) permuta de áreas.
- 478.** Considera-se carga com mercado não consolidado a mercadoria não movimentada regularmente no porto organizado nos últimos:
- A) três anos e que tenha demandado, em média, menos de duas atracações mensais.
 - B) dois anos e que tenha demandado menos de cinco atracações anuais.
 - C) dez anos, independentemente do número de atracações.
 - D) cinco anos e que tenha demandado, em média, menos de uma atracação mensal no mesmo período.
- 479.** O contrato de uso temporário de áreas e instalações portuárias na poligonal do porto organizado terá prazo:
- A) improrrogável de até doze meses.
 - B) improrrogável de até quarenta e oito meses.
 - C) prorrogável de até vinte e quatro meses.
 - D) prorrogável de até trinta e cinco anos.
- 480.** Decorridos vinte e quatro meses do início do contrato de uso temporário, verificada a viabilidade do uso da área, a administração do porto organizado deverá:
- A) encerrar a operação imediatamente.
 - B) prorrogar automaticamente o contrato.
 - C) adotar as medidas necessárias ao encaminhamento de proposta de licitação da área e das instalações existentes.
 - D) transferir a titularidade ao ocupante.
- 481.** São exploradas mediante autorização, formalizada por contrato de adesão, as instalações portuárias localizadas fora da área do porto organizado, nas modalidades:
- A) terminal de uso privado e porto organizado.
 - B) arrendamento, concessão e delegação.
 - C) instalação portuária de turismo, exclusivamente.
 - D) terminal de uso privado, estação de transbordo de carga, instalação portuária pública de pequeno porte e instalação portuária de turismo.
- 482.** O início da operação da instalação portuária autorizada deverá ocorrer, conforme redação dada pelo Decreto nº 9.048/2017, no prazo de até:
- A) três anos, contado da celebração do contrato de adesão.
 - B) cinco anos, contado da data da celebração do contrato de adesão, prorrogável a critério do poder concedente.
 - C) um ano, improrrogável.
 - D) dez anos, improrrogável.
- 483.** Entre os documentos exigidos para o requerimento de autorização de instalação portuária, exige-se parecer favorável da autoridade marítima, que deverá responder à consulta em prazo não superior a:
- A) quinze dias.
 - B) dez dias.
 - C) trinta dias.
 - D) sessenta dias.
- 484.** Recebido o requerimento de autorização, a ANTAQ deverá publicar em seu sítio eletrônico a íntegra do conteúdo do requerimento e seus anexos em até:
- A) trinta dias.
 - B) cinco dias.
 - C) dez dias.
 - D) quinze dias.
- 485.** Estando a documentação em conformidade, a ANTAQ deverá promover a abertura de processo de anúncio público em até dez dias, com prazo de:

- A) trinta dias.
- B) quarenta e cinco dias.
- C) quinze dias.
- D) sessenta dias.

486. O perfil de cargas a serem movimentadas, no instrumento de abertura de chamada ou anúncio públicos, será classificado conforme uma ou mais das seguintes modalidades:

- A) carga perigosa e carga inócua.
- B) carga de importação e carga de exportação.
- C) granel sólido; granel líquido e gasoso; carga geral; ou carga containerizada.
- D) carga nacional e carga estrangeira.

487. Considera-se viabilidade locacional, para os fins do Decreto nº 8.033/2013:

- A) a compatibilidade com o plano diretor municipal.
- B) a possibilidade da implantação física de duas ou mais instalações portuárias na mesma região geográfica que não gere impedimento operacional a qualquer uma delas.
- C) a proximidade com rodovias federais.
- D) a existência de licença ambiental prévia.

488. Poderão ser expedidas diretamente, independentemente da realização de processo seletivo público, as autorizações de instalação portuária quando:

- A) o processo de chamada ou anúncio públicos for concluído com a participação de um único interessado, ou não existir impedimento locacional à implantação concomitante de todas as instalações solicitadas.
- B) a instalação for destinada exclusivamente a passageiros.
- C) o investimento for inferior a R\$ 10 milhões.
- D) houver mais de três interessados.

489. Nos casos de inviabilidade locacional, a ANTAQ deverá conferir prazo para que os interessados reformulem suas propostas de:

- A) noventa dias.
- B) quinze dias.
- C) sessenta dias.
- D) trinta dias.

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA (CAP)

490. Segundo o Decreto nº 8.033/2013, será instituído em cada porto organizado um conselho de autoridade portuária, órgão:

- A) executivo do poder concedente.
- B) fiscalizador do OGMO.
- C) deliberativo da ANTAQ.
- D) consultivo da administração do porto.

491. Compete ao conselho de autoridade portuária sugerir, entre outras providências:

- A) a escala diária de trabalhadores avulsos.
- B) o valor das multas aplicáveis aos operadores.
- C) a nomeação do diretor-executivo do OGMO.
- D) alterações no plano de desenvolvimento e zoneamento do porto.

492. Compete ao conselho de autoridade portuária aprovar:

- A) o PGR do porto.
- B) os contratos de arrendamento.
- C) o orçamento da ANTAQ.
- D) o seu regimento interno.

493. No conselho de autoridade portuária, os representantes da União são em número de:

- A) três.
- B) dois.
- C) cinco.
- D) quatro, dentre os quais será escolhido o presidente do conselho.

- 494.** Integram o conselho de autoridade portuária, pela classe empresarial:
- A) quatro representantes dos operadores portuários.
 - B) um representante dos arrendatários e três dos usuários.
 - C) dois representantes dos operadores portuários apenas.
 - D) dois representantes dos titulares de arrendamentos, um dos operadores portuários e um dos usuários.
- 495.** Integram o conselho de autoridade portuária, pela classe dos trabalhadores portuários:
- A) um representante dos avulsos e três dos demais.
 - B) quatro representantes dos avulsos.
 - C) dois representantes dos trabalhadores portuários avulsos e dois dos demais trabalhadores portuários.
 - D) três representantes dos avulsos e um dos demais.
- 496.** O mandato dos membros do conselho de autoridade portuária é de:
- A) dois anos, admitida uma recondução por igual período.
 - B) quatro anos, sem recondução.
 - C) um ano, sem recondução.
 - D) três anos, admitida redesignação.
- 497.** A participação no conselho de autoridade portuária será considerada:
- A) função gratificada.
 - B) emprego público.
 - C) cargo em comissão remunerado.
 - D) prestação de serviço público relevante, não remunerada.
- 498.** Nas deliberações do conselho de autoridade portuária:
- A) o voto é proporcional ao segmento representado.
 - B) somente os representantes do poder público votam.
 - C) as decisões exigem unanimidade.
 - D) cada representante terá direito a um voto e o presidente terá voto de qualidade.
- 499.** Perderá o mandato o membro do conselho de autoridade portuária que faltar, injustificadamente, a:
- A) duas reuniões consecutivas ou quatro alternadas.
 - B) cinco reuniões consecutivas ou dez alternadas.
 - C) três reuniões consecutivas ou seis alternadas.
 - D) quatro reuniões consecutivas ou oito alternadas.

ÓRGÃO GESTOR DE MÃO DE OBRA NO DECRETO

- 500.** Segundo o art. 38 do Decreto nº 8.033/2013, o órgão de gestão de mão de obra terá, obrigatoriamente:
- A) um conselho de supervisão e uma diretoria-executiva.
 - B) dois conselhos deliberativos e uma diretoria.
 - C) um conselho fiscal e uma assembleia geral.
 - D) apenas uma diretoria-executiva.
- 501.** O conselho de supervisão do OGMO será composto por três membros titulares e seus suplentes, cujo prazo de gestão será de:
- A) três anos, admitida a redesignação.
 - B) um ano, vedada a redesignação.
 - C) dois anos, admitida uma recondução.
 - D) quatro anos, vedada a redesignação.
- 502.** Segundo a redação dada pelo Decreto nº 9.048/2017, integra o conselho de supervisão do OGMO um membro indicado:
- A) pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
 - B) pela autoridade marítima.
 - C) pela entidade de classe local responsável pela indicação do representante dos operadores portuários no Conselho de Autoridade Portuária.
 - D) pela ANTAQ.
- 503.** A Diretoria-Executiva do OGMO será composta por um ou mais diretores, designados e destituídos a qualquer tempo, cujo prazo de gestão será de:

- A) três anos, permitida a redesignação.
- B) um ano, permitida a redesignação.
- C) dois anos, vedada a redesignação.
- D) cinco anos, vedada a redesignação.

504. Caso a Diretoria-Executiva do OGMO seja composta por dois membros ou mais, um deles poderá ser indicado:

- A) pelo poder concedente.
- B) pela autoridade portuária.
- C) pela ANTAQ.
- D) pelas respectivas entidades de classe das categorias profissionais relativas às atividades previstas no § 1º do art. 40 da Lei nº 12.815/2013, conforme definido em convenção coletiva.

505. Segundo o Decreto nº 8.033/2013, poderá ser designado para exercício de cargos de diretores do OGMO:

- A) nenhum membro do conselho de supervisão.
- B) até metade dos membros do conselho de supervisão.
- C) a totalidade dos membros do conselho de supervisão.
- D) até um terço dos membros do conselho de supervisão.

FÓRUM PERMANENTE, SINE-PORTO E BENEFÍCIO ASSISTENCIAL

506. O Fórum Nacional Permanente para Qualificação do Trabalhador Portuário foi instituído com a finalidade de discutir questões relacionadas a:

- A) fixação de tarifas portuárias.
- B) arbitragem de conflitos entre operadores.
- C) licenciamento ambiental de terminais.
- D) formação, qualificação e certificação profissional do trabalhador portuário e do trabalhador portuário avulso.

507. Entre as questões a serem discutidas no Fórum Nacional Permanente está, expressamente:

- A) o treinamento multifuncional do trabalhador portuário e do trabalhador portuário avulso.
- B) a definição do número de vagas de registro.
- C) a fixação do piso salarial da categoria.
- D) a escala de rodízio.

508. A coordenação do Fórum Nacional Permanente para Qualificação do Trabalhador Portuário cabe:

- A) ao Comando da Marinha.
- B) à Secretaria de Portos.
- C) à ANTAQ.
- D) ao Ministério do Trabalho.

509. Integram o Fórum Nacional Permanente, pela classe trabalhadora:

- A) quatro representantes, sendo dois de cada segmento.
- B) um único representante dos avulsos.
- C) dois representantes, ambos dos avulsos.
- D) três representantes, sendo dois dos trabalhadores portuários avulsos e um dos demais trabalhadores portuários.

510. Os representantes das entidades empresariais e da classe trabalhadora no Fórum Nacional Permanente cumprirão mandatos de:

- A) quatro anos, sem recondução.
- B) dois anos, permitida a recondução.
- C) três anos, permitida a recondução.
- D) um ano, sem recondução.

511. O banco de dados específico instituído no âmbito do Sistema Nacional de Emprego com o objetivo de organizar a identificação e a oferta de mão de obra qualificada para o setor portuário denomina-se:

- A) PORTO SEM PAPEL.
- B) CADASTRO NACIONAL PORTUÁRIO.
- C) SINE-PORTO.

D) SISPORT.

512. Constarão do SINE-PORTO, no mínimo, as seguintes informações:

- A) identificação do trabalhador; qualificação profissional obtida para o exercício das funções; e registro ou cadastramento em órgão de gestão de mão de obra, quando couber.
- B) exames médicos e resultados de aptidão física.
- C) remuneração mensal e histórico de escalação.
- D) antecedentes criminais e certidões negativas.

513. Os trabalhadores portuários avulsos inscritos no respectivo OGMO e constantes no SINE-PORTO terão:

- A) direito a bolsa de estudos integral.
- B) preferência no acesso a programas de formação ou qualificação profissional oferecidos no âmbito do SINE ou do Pronatec.
- C) prioridade na escalação diária.
- D) isenção de contribuição sindical.

514. Para fins de habilitação ao benefício assistencial do art. 10-A da Lei nº 9.719/1998, será exigida, cumulativamente, a comprovação de, no mínimo:

- A) vinte anos de registro ou cadastro como trabalhador portuário avulso.
- B) vinte e cinco anos de registro ou cadastro como trabalhador portuário avulso.
- C) dez anos de registro ou cadastro como trabalhador portuário avulso.
- D) quinze anos de registro ou cadastro como trabalhador portuário avulso.

515. Além do tempo mínimo de registro, exige-se para o benefício assistencial o comparecimento a, no mínimo:

- A) setenta por cento das chamadas realizadas pelo respectivo OGMO.
- B) cinquenta por cento das chamadas realizadas pelo respectivo OGMO.
- C) oitenta por cento das chamadas realizadas pelo respectivo OGMO.
- D) sessenta por cento das chamadas realizadas pelo respectivo OGMO.

516. Exige-se ainda, para o benefício assistencial, o comparecimento a, no mínimo:

- A) sessenta por cento dos turnos de trabalho para os quais tenha sido escalado.
- B) oitenta por cento dos turnos de trabalho para os quais tenha sido escalado no período.
- C) cinquenta por cento dos turnos de trabalho para os quais tenha sido escalado.
- D) cem por cento dos turnos de trabalho para os quais tenha sido escalado.

517. O Decreto nº 8.033/2013 revogou expressamente:

- A) a Lei nº 9.719/1998.
- B) o Decreto nº 1.596/1995.
- C) a Lei nº 8.630/1993.
- D) o Decreto nº 4.391/2002 e o Decreto nº 6.620/2008.

518. Analise as assertivas sobre o Decreto nº 8.033/2013:

I. O conselho de supervisão do OGMO tem três membros titulares.

II. O prazo de gestão do conselho de supervisão é de três anos, admitida a redesignação.

III. Até um terço dos membros do conselho de supervisão pode ser designado diretor.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) I, II e III.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.

519. Relacione a Coluna 1 à Coluna 2, quanto aos mandatos previstos no Decreto nº 8.033/2013.

Coluna 1: (1) Membro do CAP — (2) Conselho de supervisão do OGMO — (3) Representante do Fórum Nacional Permanente

Coluna 2:

() Três anos, admitida a redesignação.

- () Dois anos, permitida a recondução.
- () Dois anos, admitida uma recondução por igual período.
- A) 3 – 1 – 2.
- B) 2 – 3 – 1.
- C) 2 – 1 – 3.
- D) 1 – 2 – 3.

520. Assinale a alternativa **INCORRETA** sobre o Decreto nº 8.033/2013.

- A) O CAP é órgão consultivo da administração do porto.
- B) O presidente do conselho de autoridade portuária tem voto de qualidade.
- C) O uso do SINE-PORTO é voltado à organização da oferta de mão de obra qualificada.
- D) A participação no conselho de autoridade portuária é remunerada por jetons mensais.

CONVENÇÕES DA OIT Nº 137 E Nº 152

521. A Convenção nº 137 da Organização Internacional do Trabalho trata:

- A) das repercussões sociais dos novos métodos de processamento de carga nos portos.
- B) da idade mínima para admissão ao emprego.
- C) da segurança e higiene nos trabalhos portuários.
- D) da liberdade sindical.

522. A Convenção nº 152 da Organização Internacional do Trabalho trata:

- A) da inspeção do trabalho.
- B) do trabalho marítimo.
- C) da segurança e higiene nos trabalhos portuários.
- D) da proteção do salário.

523. A Convenção nº 137 da OIT foi promulgada no Brasil pelo:

- A) Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.
- B) Decreto nº 4.391, de 26 de setembro de 2002.
- C) Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013.
- D) Decreto nº 1.574, de 31 de julho de 1995.

524. As convenções da OIT ratificadas pelo Brasil foram consolidadas pelo:

- A) Decreto nº 10.672/2021.
- B) Decreto nº 8.071/2013.
- C) Decreto nº 10.088/2019.
- D) Decreto nº 9.048/2017.

525. A garantia de renda mínima a que se refere o parágrafo único do art. 43 da Lei nº 12.815/2013 está inserida:

- A) no Artigo 3 da Convenção nº 155 da OIT.
- B) no Artigo 5 da Convenção nº 152 da OIT.
- C) no Artigo 1 da Convenção nº 29 da OIT.
- D) no item 2 do Artigo 2 da Convenção nº 137 da OIT.

526. Um dos princípios centrais da Convenção nº 137 da OIT é:

- A) assegurar aos trabalhadores portuários registrados prioridade na obtenção de trabalho nos portos.
- B) proibir a mecanização das operações portuárias.
- C) determinar a estatização dos portos.
- D) impedir a contratação de trabalhadores com vínculo empregatício.

527. A Convenção nº 137 da OIT prevê a manutenção de:

- A) inventário de equipamentos portuários.
- B) cadastro nacional de embarcações.
- C) registros dos trabalhadores portuários, com sua revisão periódica.
- D) censo anual de cargas movimentadas.

528. Segundo a Convenção nº 137 da OIT, os trabalhadores portuários registrados que sofram os efeitos dos novos métodos de processamento de carga devem ter assegurada:

- A) indenização em dobro.
- B) aposentadoria imediata.
- C) transferência compulsória para outro porto.
- D) proteção mediante medidas de readaptação, reciclagem e garantias de emprego ou renda.

529. A Convenção nº 152 da OIT inspirou diretamente, no ordenamento brasileiro:

- A) a Norma Regulamentadora nº 12.
- B) a Lei nº 12.815/2013.
- C) o Decreto nº 8.033/2013.
- D) a Norma Regulamentadora nº 29.

530. Entre os temas tratados pela Convenção nº 152 da OIT está:

- A) a tributação sobre a movimentação de cargas.
- B) o regime de concessão de portos.
- C) a realização de exames médicos periódicos nos trabalhadores portuários.
- D) o cálculo das tarifas de armazenagem.

531. A Convenção nº 152 da OIT dispõe sobre a movimentação de contêineres, exigindo:

- A) limitação do peso máximo em 20 toneladas.
- B) obrigatoriedade de dois sinaleiros por operação.
- C) proibição do uso de spreader.
- D) medidas de segurança específicas nas operações e nos equipamentos utilizados.

532. Segundo a Convenção nº 152 da OIT, os locais de trabalho portuário devem dispor de:

- A) instalações sanitárias e de higiene adequadas.
- B) alojamento gratuito para todos os trabalhadores.
- C) transporte fornecido pelo armador.
- D) refeitório com serviço terceirizado obrigatório.

533. A Convenção nº 152 da OIT trata também da exposição dos trabalhadores portuários a:

- A) riscos de crédito.
- B) substâncias tóxicas e outros agentes nocivos à saúde.
- C) flutuações de demanda.
- D) variações cambiais.

534. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a relação entre as Convenções da OIT e o trabalho portuário brasileiro.

- A) A Convenção nº 137 trata da segurança e higiene; a nº 152, das repercussões sociais.
- B) A Convenção nº 137 trata das repercussões sociais dos novos métodos de processamento de carga; a Convenção nº 152, da segurança e higiene nos trabalhos portuários.
- C) Ambas tratam exclusivamente de registro de trabalhadores.
- D) Ambas tratam exclusivamente de segurança do trabalho.

535. A negociação prevista no art. 43 da Lei nº 12.815/2013, que contempla a garantia de renda mínima da Convenção nº 137 da OIT, deve ocorrer entre:

- A) o OGMO e a ANTAQ.
- B) o Ministério do Trabalho e os sindicatos patronais.
- C) as entidades representativas dos trabalhadores portuários avulsos e dos operadores portuários.
- D) o poder concedente e a autoridade portuária.

536. A ratificação de convenções da OIT pelo Brasil produz efeitos:

- A) imediatamente após a assinatura pelo representante brasileiro na Conferência.
- B) após a promulgação por decreto e o transcurso do prazo de vigência internacional previsto no próprio instrumento.
- C) somente após lei complementar específica.
- D) independentemente de qualquer ato interno.

537. Analise as assertivas sobre as Convenções da OIT aplicáveis ao trabalho portuário:

I. A Convenção nº 137 assegura prioridade de trabalho aos portuários registrados.

II. A Convenção nº 152 inspirou a NR 29.

III. A Convenção nº 152 trata da garantia de renda mínima.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) I, II e III.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas I e III.

538. Relacione a Coluna 1 à Coluna 2.

Coluna 1: (1) Convenção nº 137 — (2) Convenção nº 152 — (3) Decreto nº 10.088/2019

Coluna 2:

- () Consolida as convenções da OIT ratificadas pelo Brasil.
 - () Segurança e higiene nos trabalhos portuários.
 - () Repercussões sociais dos novos métodos de processamento de carga nos portos.
- A) 3 – 1 – 2.
 - B) 1 – 2 – 3.
 - C) 3 – 2 – 1.
 - D) 2 – 3 – 1.

539. A modernização dos portos brasileiros, iniciada com a Lei nº 8.630/1993 e consolidada pela Lei nº 12.815/2013, é coerente com a Convenção nº 137 da OIT porque:

- A) transfere ao Estado a gestão da mão de obra.
- B) elimina a figura do trabalhador portuário avulso.
- C) proíbe a mecanização das operações.
- D) concilia a introdução de novos métodos de movimentação de carga com a proteção do trabalhador portuário registrado.

540. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A NR 29 guarda relação direta com a Convenção nº 152 da OIT.
- B) A Convenção nº 152 da OIT versa sobre segurança e higiene nos trabalhos portuários.
- C) A Convenção nº 137 da OIT determina a extinção dos órgãos de gestão de mão de obra.
- D) O art. 43 da Lei nº 12.815/2013 remete expressamente à Convenção nº 137 da OIT.

GABARITO COMENTADO — QUESTÕES 461 A 540

461. C — Art. 1º do Decreto.
462. C — Art. 1º, parágrafo único, com redação do Decreto nº 9.048/2017.
463. B — Art. 2º, I.
464. B — Art. 2º, parágrafo único.
465. C — Art. 3º, III.
466. A — Art. 4º, I.
467. B — Art. 9º, I a VII, com redação do Decreto nº 8.464/2015. São sete critérios.
468. B — Art. 10.
469. A — Art. 10, parágrafo único, I e II.
470. A — Art. 14.
471. C — Art. 15.
472. D — Art. 19, I, com redação do Decreto nº 10.672/2021. Setenta anos.
473. D — Art. 19, II. Trinta e cinco anos, prorrogáveis até setenta.
474. C — Art. 19, § 4º, I. Noventa meses para concessão.
475. A — Art. 19, § 4º, II. Sessenta meses para arrendamento. Par 90/60 muito cobrável.
476. A — Art. 19-A, § 1º.
477. C — Art. 23.
478. D — Art. 25-A, § 1º.
479. B — Art. 25-A, § 3º. Quarenta e oito meses, improrrogável.
480. C — Art. 25-A, § 6º.
481. D — Art. 26, I a IV.
482. B — Art. 26, § 1º, com redação do Decreto nº 9.048/2017. Cinco anos (a redação original previa três).
483. A — Art. 27, VI. Quinze dias.
484. B — Art. 27, § 1º, I. Cinco dias.
485. A — Art. 27, § 1º, II. Trinta dias, coerente com o art. 9º, § 1º, II, da Lei nº 12.815/2013.
486. C — Art. 29, § 1º, I a IV.
487. B — Art. 30, parágrafo único.
488. A — Art. 31, I e II.
489. D — Art. 32, II. Trinta dias.
490. D — Art. 36, caput.
491. D — Art. 36, § 1º, II.
492. D — Art. 36, § 2º.
493. D — Art. 37, I, "a". Quatro representantes da União, e dentre eles sai o presidente.
494. D — Art. 37, II, "a" a "c". Total de quatro.
495. C — Art. 37, III, "a" e "b". Total de quatro, com paridade em relação à classe empresarial.
496. A — Art. 37, § 3º. Dois anos, uma recondução.
497. D — Art. 37, § 4º.
498. D — Art. 37, § 5º, I e II.
499. C — Art. 37, § 6º. Três consecutivas ou seis alternadas. Mesma regra do Fórum (art. 39, § 3º).
500. A — Art. 38, caput.
501. A — Art. 38, § 1º, com redação do Decreto nº 9.048/2017. Três anos, admitida redesignação. Atenção: o CAP é de dois anos; o conselho de supervisão do OGMO, de três.
502. C — Art. 38, § 1º, I, com redação do Decreto nº 9.048/2017.
503. A — Art. 38, § 3º. Três anos, permitida a redesignação, coerente com o art. 38, § 2º, da Lei nº 12.815/2013.
504. D — Art. 38, § 4º.
505. D — Art. 38, § 5º. Até um terço.
506. D — Art. 39, caput.
507. A — Art. 39, II.
508. D — Art. 39, § 1º, I, "a".

509. **D** — Art. 39, § 1º, III, "a" e "b".
510. **B** — Art. 39, § 2º. Dois anos, permitida a recondução.
511. **C** — Art. 40, com redação do Decreto nº 8.071/2013.
512. **A** — Art. 40, § 1º, I a III.
513. **B** — Art. 40, § 2º.
514. **D** — Art. 45, parágrafo único, I. Quinze anos.
515. **C** — Art. 45, parágrafo único, II. Oitenta por cento das chamadas.
516. **B** — Art. 45, parágrafo único, III. Oitenta por cento dos turnos. Fórmula: 15 anos + 80% + 80%.
517. **D** — Art. 48, I e II.
518. **B** — Art. 38, § 1º e § 5º. Todas corretas.
519. **B** — Arts. 38, § 1º; 39, § 2º; e 37, § 3º.
520. **D** — Art. 37, § 4º: a participação é prestação de serviço público relevante e **não remunerada**.
521. **A** — Título da Convenção nº 137 da OIT.
522. **C** — Título da Convenção nº 152 da OIT.
523. **D** — Decreto nº 1.574/1995.
524. **C** — Decreto nº 10.088/2019, que consolidou os atos normativos referentes às convenções da OIT.
525. **D** — Art. 43, parágrafo único, da Lei nº 12.815/2013, que remete expressamente ao item 2 do Artigo 2 da Convenção nº 137.
526. **A** — Núcleo da Convenção nº 137: prioridade de trabalho aos registrados.
527. **C** — A Convenção nº 137 prevê registros e sua revisão periódica.
528. **D** — Objetivo social da Convenção nº 137 diante da mecanização.
529. **D** — A NR 29 é a materialização interna da Convenção nº 152.
530. **C** — Exames médicos periódicos constam do escopo da Convenção nº 152.
531. **D** — A Convenção nº 152 dedica atenção específica à movimentação de contêineres.
532. **A** — Instalações sanitárias e de higiene, tema replicado no item 29.25 da NR 29.
533. **B** — Exposição a substâncias tóxicas, também tratada na NR 29.
534. **B** — Distinção central entre as duas convenções.
535. **C** — Art. 43, caput e parágrafo único, da Lei nº 12.815/2013.
536. **B** — Sistemática de incorporação de tratados: ratificação, promulgação por decreto e vigência.
537. **A** — A assertiva III é falsa: a garantia de renda mínima está na Convenção nº 137, não na 152.
538. **C** — Correspondência direta entre os três instrumentos.
539. **D** — A Convenção nº 137 busca justamente equilibrar modernização e proteção do trabalhador.
540. **C** — A Convenção nº 137 não determina a extinção dos OGMs; ao contrário, pressupõe sistema organizado de registro e prioridade de trabalho.

Conhecimentos Específicos de Estiva

Questões 541 a 600

Terminologia operacional, equipamentos, acessórios de içamento, tipos de carga e classificação IMO/IMDG.

Base normativa: art. 40, § 1º, II, da Lei nº 12.815/2013; NR 29 (itens 29.13, 29.15, 29.16 e 29.27); Código IMDG.

TERMINOLOGIA DA OPERAÇÃO

541. A operação de fixar a carga nos porões ou conveses da embarcação, de modo a impedir sua movimentação durante a navegação, denomina-se:

- A) arrumação.
- B) recheço.
- C) peação.
- D) lingamento.

542. A operação inversa, consistente em desfazer a fixação da carga antes da descarga, denomina-se:

- A) desatracação.
- B) desova.
- C) despeação.
- D) desestiva.

543. A peação e a despeação, segundo a Lei nº 12.815/2013, integram a atividade de:

- A) estiva.
- B) bloco.
- C) capatazia.
- D) conserto de carga.

544. O conjunto de mercadorias preparado para ser içado de uma só vez pelo equipamento de guindar é denominado:

- A) praça.
- B) lingada.
- C) terno.
- D) remonte.

545. A equipe de trabalhadores designada para operar em um porão ou em um determinado local da embarcação é usualmente chamada de:

- A) lingada.
- B) turma de bloco.
- C) escala.
- D) terno ou ganga.

546. A abertura existente no porão que permite o acesso vertical dos trabalhadores entre as cobertas é denominada:

- A) braçola.
- B) agulheiro.
- C) escotilha de emergência.
- D) portaló.

547. A abertura lateral da embarcação por onde se dá o embarque e o desembarque de pessoas denomina-se:

- A) agulheiro.
- B) através.
- C) portaló.
- D) proa.

548. A operação de puxar ou arrastar a carga a granel das áreas laterais do porão para o centro, a fim de permitir sua retirada pelo equipamento, é conhecida como:

- A) arrumação.
- B) peação.

- C) transbordo.
- D) recheço.

549. Segundo a Lei nº 12.815/2013, a movimentação de mercadorias entre duas embarcações denomina-se:

- A) alívio.
- B) baldeação aduaneira.
- C) transbordo.
- D) cabotagem.

550. A distribuição ordenada da carga no interior do porão, de modo a aproveitar o espaço e garantir a estabilidade, é chamada de:

- A) peaço.
- B) conferência.
- C) arrumação ou estivagem.
- D) consolidação.

551. O termo "coberta", no vocabulário portuário, designa:

- A) o convés principal do navio.
- B) a lona que protege a carga da chuva.
- C) cada um dos pavimentos internos do porão da embarcação.
- D) a cobertura do armazém portuário.

552. A operação de acondicionar mercadorias no interior de um contêiner é usualmente denominada:

- A) remonte.
- B) recheço.
- C) estufagem ou ova.
- D) peaço.

553. A retirada das mercadorias de dentro de um contêiner denomina-se:

- A) despeação.
- B) desconsolidação tarifária.
- C) desova ou desestufagem.
- D) desatracação.

554. O empilhamento de um contêiner sobre outro é designado pelo termo:

- A) remonte.
- B) lingada.
- C) terno.
- D) segregação.

555. No vocabulário portuário, "faina" significa:

- A) o período de trabalho ou a própria operação portuária realizada.
- B) o equipamento de içamento de bordo.
- C) o intervalo entre duas jornadas.
- D) o documento de conferência da carga.

EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE IÇAMENTO

556. O equipamento de içamento instalado na própria embarcação, utilizado quando o navio não depende de aparelhamento de terra, é o:

- A) pau de carga ou guindaste de bordo.
- B) portêiner.
- C) reach stacker.
- D) transtêiner.

557. O guindaste de cais especializado na movimentação de contêineres entre o navio e o cais é conhecido como:

- A) portêiner (ship-to-shore).
- B) empilhadeira frontal.
- C) pá carregadeira.
- D) transtêiner.

- 558.** O equipamento que movimenta e empilha contêineres no pátio, deslocando-se sobre pneus ou trilhos, é o:
- A) transtêiner.
 - B) pau de carga.
 - C) moega.
 - D) portêiner.
- 559.** O acessório acoplado ao guindaste que se conecta aos quatro cantos superiores do contêiner para içá-lo denomina-se:
- A) balancim.
 - B) spreader.
 - C) estropo.
 - D) moitão.
- 560.** Segundo a NR 29, o quadro posicionador utilizado na movimentação de contêineres deve possuir dispositivo de segurança que garanta o travamento:
- A) dos quatro cantos.
 - B) do centro de gravidade.
 - C) de dois cantos diagonais.
 - D) da face superior.
- 561.** O cabo de aço, corrente ou cinta têxtil utilizado para prender a carga ao gancho do equipamento de içar é denominado:
- A) linga ou estropo.
 - B) espia.
 - C) talabarte.
 - D) peia.
- 562.** Segundo a NR 29, toda linga deve trazer etiqueta com indicação de:
- A) número máximo de utilizações.
 - B) fabricante e país de origem.
 - C) peso próprio e cor.
 - D) capacidade e validade.
- 563.** Segundo a NR 29, as lingas descartáveis:
- A) devem ser submetidas a teste de carga antes de nova utilização.
 - B) não devem ser reutilizadas, sendo inutilizadas imediatamente após o uso.
 - C) podem ser reutilizadas até três vezes.
 - D) podem ser reutilizadas mediante inspeção visual.
- 564.** Segundo a NR 29, os ganchos de içar devem dispor de:
- A) identificação por código de barras.
 - B) travas de segurança sem defeitos e em condições de manterem presos as cargas ou os acessórios de estivagem.
 - C) revestimento antiderrapante em borracha.
 - D) sistema de pesagem eletrônica integrado.
- 565.** Segundo a NR 29, na movimentação de cargas de grande comprimento, como tubos e perfis metálicos, devem ser usadas:
- A) no mínimo duas lingas ou estropos, ou uma balança com dois ramais.
 - B) redes de fibra sintética.
 - C) uma linga central única.
 - D) cintas descartáveis de uso único.
- 566.** Segundo a NR 29, o ângulo formado pelos ramais das lingas ou estropos não deve exceder, salvo projeto de profissional habilitado:
- A) 60 graus.
 - B) 120 graus.
 - C) 90 graus.
 - D) 150 graus.

567. O aumento do ângulo entre os ramais de uma linga produz o seguinte efeito:

- A) não altera o esforço nos ramais.
- B) aumenta o esforço em cada ramal, reduzindo a margem de segurança.
- C) reduz o esforço em cada ramal.
- D) elimina a necessidade de trava de segurança no gancho.

568. Segundo a NR 29, todo aparelho de içar deve dispor, no interior de sua cabine, de:

- A) extintor de pó químico exclusivamente.
- B) tabela de carga que possibilite ao operador conhecer a carga máxima em todas as condições de uso.
- C) manual do fabricante em língua estrangeira.
- D) cópia do Programa de Gerenciamento de Riscos.

569. Segundo a NR 29, a checagem prévia realizada pelo operador antes de iniciar sua atividade com máquina ou equipamento deve ser registrada e mantida por, no mínimo:

- A) três anos.
- B) um ano.
- C) cinco anos.
- D) dois anos.

570. Segundo a NR 29, a permanência do trabalhador sobre a carga lingada durante sua movimentação é:

- A) permitida sob supervisão do sinaleiro.
- B) proibida.
- C) permitida apenas em operações com contêineres.
- D) permitida com cinturão tipo paraquedista.

SINALIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA OPERAÇÃO

571. Segundo a NR 29, a movimentação de carga suspensa deve ser orientada:

- A) pelo vigia de portaló.
- B) por sinaleiro devidamente capacitado.
- C) pelo conferente de carga.
- D) pelo comandante da embarcação.

572. A função primordial do sinaleiro na operação de içamento é:

- A) reparar embalagens avariadas.
- B) conferir a quantidade de volumes movimentados.
- C) fiscalizar o acesso de pessoas a bordo.
- D) orientar o operador do equipamento quanto ao movimento da carga, suprimindo sua limitação de visão.

573. Segundo a NR 29, nas operações noturnas o sinaleiro deve usar:

- A) capacete com lanterna frontal.
- B) bandeirola luminosa.
- C) luvas e colete, ambos com aplicações de material refletivo.
- D) uniforme na cor branca.

574. Em uma operação de içamento, se dois trabalhadores passarem a sinalizar simultaneamente, a conduta correta é:

- A) alternar entre os dois sinais.
- B) prosseguir, desde que os sinais sejam compatíveis.
- C) interromper a movimentação até que a sinalização seja unificada.
- D) seguir o sinal do trabalhador mais experiente.

575. Segundo a NR 29, a utilização de sinaleiro poderá ser dispensada desde que atendidos, cumulativamente, determinados critérios, entre os quais:

- A) a realização da operação em período diurno.
- B) o isolamento da área de operação.
- C) a presença do SESSTP no local.
- D) a movimentação de cargas inferiores a cinco toneladas.

576. Segundo a NR 29, nas operações de atracação, desatracação e manobras de embarcações, é obrigatório o uso de:

- A) sinalização exclusivamente por bandeiras.
- B) um sistema de telecomunicação entre a embarcação e o responsável em terra pela atracação.
- C) apitos padronizados pela OMI.
- D) sinais luminosos codificados.

577. Segundo a NR 29, todos os trabalhadores envolvidos nas operações de atracação e desatracação devem utilizar:

- A) cinturão de segurança tipo abdominal.
- B) protetor facial de acrílico.
- C) coletes salva-vidas conforme as NORMAM.
- D) máscara semifacial com filtro.

578. Nas operações de atracação e desatracação, um dos riscos expressamente considerados pela NR 29 é:

- A) a contaminação radioativa.
- B) o rompimento de cabos e espias.
- C) o choque elétrico em painéis de média tensão.
- D) a explosão de caldeiras.

TIPOS DE CARGA E CONTÊINERES

579. Mercadorias transportadas sem embalagem, diretamente no porão da embarcação, como soja, milho e fertilizantes, constituem:

- A) granel líquido.
- B) granel sólido.
- C) carga containerizada.
- D) carga geral.

580. Petróleo, derivados e produtos químicos transportados diretamente nos tanques da embarcação constituem:

- A) granel líquido.
- B) carga geral solta.
- C) granel sólido.
- D) carga frigorificada.

581. Mercadorias acondicionadas em volumes individualizados, como caixas, sacos e fardos, movimentadas unidade a unidade, constituem:

- A) carga a granel embalada.
- B) granel sólido.
- C) carga geral.
- D) granel líquido.

582. O contêiner destinado ao transporte de cargas que exigem temperatura controlada é denominado:

- A) flat rack.
- B) tank container.
- C) open top.
- D) reefer.

583. O contêiner sem teto rígido, utilizado para cargas cuja altura excede as dimensões internas ou que devem ser carregadas por cima, é o:

- A) reefer.
- B) dry box.
- C) open top.
- D) tank container.

584. O contêiner constituído basicamente por uma plataforma com cabeceiras, destinado a cargas de grandes dimensões, é o:

- A) flat rack.
- B) reefer.
- C) open top.
- D) ventilado.

585. No plano de carregamento de um navio porta-contêineres, a posição de cada unidade é identificada por três coordenadas, usualmente denominadas:

- A) bay, row e tier.
- B) casco, convés e porão.
- C) proa, meia-nau e popa.
- D) bombordo, boreste e centro.

586. Segundo a NR 29, em atividades com trabalhadores sobre contêineres em embarcações, deve ser utilizado cesto suspenso ou gaiola quando a altura for superior a:

- A) um contêiner ou três metros.
- B) quatro contêineres ou dez metros.
- C) dois contêineres ou cinco metros.
- D) três contêineres ou sete metros.

587. Segundo a NR 29, a gaiola especialmente construída para o transporte de trabalhadores tem capacidade máxima para:

- A) quatro trabalhadores.
- B) três trabalhadores.
- C) um trabalhador.
- D) dois trabalhadores.

588. Segundo a NR 29, o acesso ao interior de contêineres só deve ser realizado:

- A) com uso obrigatório de máscara semifacial.
- B) após trinta minutos de ventilação natural.
- C) se for confirmado que existe uma atmosfera segura.
- D) mediante autorização do conferente de carga.

589. Segundo a NR 29, nas operações de carga e descarga com contêineres, ou demais cargas de altura equivalente:

- A) o acesso deve ser feito pelo próprio spreader.
- B) é obrigatório o uso de escadas.
- C) o acesso pode ser feito por cordas.
- D) o acesso é livre, desde que o trabalhador use capacete.

590. Segundo a NR 29, as escadas portáteis utilizadas em operações com contêineres devem ultrapassar o topo do contêiner em:

- A) 1,50 m.
- B) 0,50 m.
- C) 1,00 m.
- D) 2,00 m.

CARGAS PERIGOSAS — CLASSIFICAÇÃO IMO/IMDG

591. No sistema internacional de classificação de cargas perigosas, a Classe 1 corresponde a:

- A) gases.
- B) substâncias corrosivas.
- C) explosivos.
- D) líquidos inflamáveis.

592. Os gases inflamáveis correspondem à subclasse:

- A) 2.3.
- B) 3.
- C) 2.1.
- D) 2.2.

593. Os líquidos inflamáveis, com ponto de fulgor menor ou igual a 60 °C, correspondem à Classe:

- A) 2.
- B) 3.
- C) 4.
- D) 5.

594. As substâncias sujeitas à combustão espontânea correspondem à subclasse:

- A) 4.1.
- B) 4.2.
- C) 4.3.
- D) 5.1.

595. As substâncias que, em contato com a água, emitem gases inflamáveis correspondem à subclasse:

- A) 4.1.
- B) 4.2.
- C) 4.3.
- D) 5.2.

596. Os peróxidos orgânicos correspondem à subclasse:

- A) 5.1.
- B) 5.2.
- C) 6.1.
- D) 6.2.

597. As substâncias infectantes correspondem à subclasse:

- A) 6.2.
- B) 6.1.
- C) 8.
- D) 7.

598. O material radioativo corresponde à Classe:

- A) 6.
- B) 7.
- C) 8.
- D) 9.

599. O número de quatro dígitos que identifica internacionalmente um produto perigoso denomina-se:

- A) número ONU.
- B) código IMDG.
- C) código NCM.
- D) número CAS.

600. Segundo a NR 29, o treinamento para operação e armazenagem com cargas perigosas deve ter carga horária de:

- A) quarenta horas.
- B) vinte horas.
- C) dezesseis horas.
- D) oito horas.

GABARITO COMENTADO — QUESTÕES 541 A 600

- 541. C** — Peação é a fixação da carga. Termo expresso no art. 40, § 1º, II, da Lei nº 12.815/2013.
- 542. C** — Despeação, também prevista expressamente no mesmo dispositivo.
- 543. A** — Art. 40, § 1º, II. Peação e despeação são atividades típicas da estiva, cargo deste edital.
- 544. B** — Lingada é o conjunto içado de uma só vez.
- 545. D** — Terno ou ganga designam a equipe de trabalho no porão.
- 546. B** — Agulheiro é o acesso vertical entre cobertas. A NR 29 o cita no item 29.11.5.
- 547. C** — Portaló é a abertura de embarque e desembarque de pessoas, onde atua o vigia (art. 40, § 1º, V).
- 548. D** — Recheço. É a exceção do art. 28, II, "e", da Lei nº 12.815/2013 quanto à dispensa do operador portuário.
- 549. C** — Transbordo, expressamente incluído na definição de estiva.
- 550. C** — Arrumação ou estivagem, também constante da definição legal de estiva.
- 551. C** — Coberta é cada pavimento interno do porão. O item 29.11.24 da NR 29 proíbe trabalho simultâneo em cobertas distintas do mesmo porão e mesmo bordo.
- 552. C** — Estufagem ou ova.
- 553. C** — Desova ou desestufagem.
- 554. A** — Remonte. O Anexo V da NR 29 trata do remonte na segregação de cargas perigosas.
- 555. A** — Faina é o serviço ou período de trabalho.
- 556. A** — Pau de carga ou guindaste de bordo. A definição legal de estiva menciona "equipamentos de bordo".
- 557. A** — Portêiner ou ship-to-shore.
- 558. A** — Transtêiner, que opera no pátio.
- 559. B** — Spreader.
- 560. A** — Item 29.16.1, "c". Travamento dos quatro cantos.
- 561. A** — Linga ou estropo. Não confundir com talabarte (NR 35), espia (amarração do navio) ou peia (fixação da carga).
- 562. D** — Item 29.13.15. Capacidade e validade.
- 563. B** — Item 29.13.16.
- 564. B** — Item 29.13.17.
- 565. A** — Item 29.15.2, "b".
- 566. B** — Item 29.15.2, "c". Cento e vinte graus.
- 567. B** — Quanto maior o ângulo, maior a componente de tração em cada ramal. É a razão técnica do limite de 120 graus.
- 568. B** — Item 29.13.10.
- 569. C** — Item 29.13.4.2. Cinco anos.
- 570. B** — Item 29.15.10. Proibição absoluta.
- 571. B** — Item 29.15.5.
- 572. D** — O sinaleiro supre a limitação de visão do operador do equipamento.
- 573. C** — Item 29.15.7.
- 574. C** — Duas sinalizações simultâneas equivalem a nenhuma; a operação deve parar até unificar o comando.
- 575. B** — Item 29.15.5.1, "a".
- 576. B** — Item 29.8.1.1.
- 577. C** — Item 29.8.2.
- 578. B** — Item 29.8.1, "b".
- 579. B** — Granel sólido.
- 580. A** — Granel líquido.
- 581. C** — Carga geral.
- 582. D** — Reefer, contêiner refrigerado.
- 583. C** — Open top.
- 584. A** — Flat rack.
- 585. A** — Bay (posição longitudinal), row (transversal) e tier (altura).
- 586. C** — Item 29.16.3. Mais de dois contêineres ou mais de cinco metros.
- 587. D** — Item 29.16.3, "b".

- 588. C** — Item 29.16.6. Relaciona-se ao risco de atmosfera perigosa em espaço confinado.
- 589. B** — Item 29.11.18.
- 590. C** — Item 29.11.19, "a". Um metro, mesma medida exigida para a escada de mão no porão (29.11.5).
- 591. C** — Classe 1: explosivos.
- 592. C** — Subclasse 2.1.
- 593. B** — Classe 3, conforme Anexo IV da NR 29.
- 594. B** — Subclasse 4.2.
- 595. C** — Subclasse 4.3. Par clássico de confusão com a 4.2.
- 596. B** — Subclasse 5.2. A 5.1 é das substâncias oxidantes.
- 597. A** — Subclasse 6.2. A 6.1 é das substâncias tóxicas.
- 598. B** — Classe 7.
- 599. A** — Número ONU, de quatro dígitos.
- 600. B** — Item 29.27.6. Vinte horas, mesma carga horária do treinamento da CPATP.

Língua Portuguesa — Parte I

Questões 601 a 700

Programa do edital: interpretação de textos, leitura e compreensão de informações, identificação de ideias principais e secundárias, intenção comunicativa.

Todos os textos são autorais, produzidos especificamente para este material.

TEXTO 1

O porto que move o Rio Grande do Sul

O Porto do Rio Grande é o único porto marítimo do Rio Grande do Sul. Localizado na entrada da Lagoa dos Patos, ele concentra a maior parte de tudo o que o estado vende para fora do país e de boa parte do que compra.

Grãos, fertilizantes, celulose e contêineres passam diariamente pelos seus berços de atracação. A soja, sozinha, responde por uma fatia enorme desse movimento, especialmente entre março e agosto, quando a safra chega ao litoral vinda do interior gaúcho em comboios de caminhões e vagões.

Mas o porto não é apenas um ponto de passagem de mercadorias. Ele é também um lugar de trabalho para milhares de pessoas. Estivadores, conferentes, operadores de equipamentos, vigias e trabalhadores da capatazia formam uma engrenagem que funciona de madrugada, aos domingos e em feriados, porque navio parado custa caro.

Quem observa o porto de longe vê apenas guindastes e pilhas coloridas de contêineres. Quem trabalha nele sabe que cada movimento ali depende de coordenação, atenção e respeito às regras de segurança.

601. A ideia principal do texto é:

- A) apresentar o Porto do Rio Grande como um centro econômico e, sobretudo, como um lugar de trabalho.
- B) criticar as condições de trabalho no setor portuário gaúcho.
- C) descrever exclusivamente o funcionamento dos guindastes do porto.
- D) defender a construção de um segundo porto marítimo no estado.

602. Segundo o texto, a soja tem seu movimento intensificado:

- A) durante todo o ano, de forma constante.
- B) somente aos domingos e feriados.
- C) apenas nos meses de inverno.
- D) entre março e agosto.

603. A expressão "engrenagem", empregada no terceiro parágrafo, sugere que os trabalhadores do porto:

- A) funcionam de maneira articulada, cada um cumprindo uma função dentro de um conjunto.
- B) atuam de forma isolada e independente.
- C) são facilmente substituíveis por máquinas.
- D) trabalham apenas em horário comercial.

604. A justificativa apresentada no texto para o trabalho de madrugada, aos domingos e feriados é:

- A) a menor movimentação de veículos nesses períodos.
- B) a preferência dos trabalhadores por esses horários.
- C) o fato de que navio parado custa caro.
- D) a exigência da legislação trabalhista.

605. No último parágrafo, o autor estabelece um contraste entre:

- A) as cargas de importação e as de exportação.
- B) os trabalhadores com vínculo e os avulsos.
- C) a visão de quem observa o porto de longe e a de quem trabalha nele.
- D) o passado e o presente do porto.

606. A intenção comunicativa predominante no texto é:

- A) informar e valorizar o trabalho portuário.
- B) vender serviços de uma empresa de logística.

- C) narrar uma história de ficção.
- D) denunciar irregularidades no porto.

607. Assinale a alternativa que apresenta uma ideia **secundária** do texto.

- A) O porto é um lugar de trabalho para milhares de pessoas.
- B) Cada movimento no porto depende de coordenação e segurança.
- C) O Porto do Rio Grande está localizado na entrada da Lagoa dos Patos.
- D) O porto não é apenas um ponto de passagem de mercadorias.

TEXTO 2

O capacete que ninguém vê

Existe um tipo de equipamento que só é lembrado quando falta. O capacete, a bota, o protetor auricular e o colete refletivo raramente aparecem nas conversas sobre produtividade. Ninguém comemora o acidente que não aconteceu.

É justamente aí que mora a dificuldade da prevenção. Seu resultado é invisível. Um trabalhador que termina o turno sem se machucar não gera notícia, não entra em relatório e não recebe aplauso. O sucesso da segurança é o silêncio.

Por isso, insistir no uso correto dos equipamentos de proteção exige mais do que fiscalização. Exige convencimento. O trabalhador precisa entender que aquele incômodo de meia hora é o que separa uma jornada comum de uma vida inteira de sequelas.

Há quem diga que se acostumou ao risco. Acostumar-se ao risco, porém, não elimina o risco. Apenas elimina o medo, que é exatamente o sentimento que costuma manter as pessoas vivas.

608. A ideia central do texto é:

- A) que acidentes de trabalho são inevitáveis.
- B) que a fiscalização é suficiente para garantir a segurança no trabalho.
- C) que a eficácia da prevenção é invisível, o que torna difícil valorizá-la.
- D) que os equipamentos de proteção são desconfortáveis e deveriam ser substituídos.

609. A frase "O sucesso da segurança é o silêncio" significa que:

- A) os equipamentos de proteção reduzem o ruído no ambiente.
- B) a empresa deve evitar divulgar dados de acidentes.
- C) os trabalhadores devem permanecer calados durante a operação.
- D) quando a prevenção funciona, nada de extraordinário acontece e por isso ela não é notada.

610. No último parágrafo, o autor afirma que acostumar-se ao risco elimina:

- A) o acidente.
- B) o equipamento.
- C) o medo.
- D) o risco.

611. A intenção comunicativa do texto é predominantemente:

- A) narrar um acidente ocorrido em um porto.
- B) apresentar dados estatísticos sobre acidentes.
- C) explicar tecnicamente como se fabrica um capacete.
- D) convencer o leitor sobre a importância do uso dos equipamentos de proteção.

612. Segundo o texto, insistir no uso correto dos EPIs exige mais do que fiscalização porque:

- A) os equipamentos são caros.
- B) a fiscalização é proibida por lei.
- C) é necessário convencimento do trabalhador.
- D) não existem fiscais suficientes.

613. A expressão "aquele incômodo de meia hora" refere-se:

- A) ao tempo gasto no treinamento.
- B) ao desconforto causado pelo uso dos equipamentos de proteção.
- C) à duração do intervalo para refeição.

D) ao tempo de deslocamento até o local de trabalho.

614. Assinale a alternativa que expressa corretamente uma inferência possível a partir do texto.

- A) O uso de equipamentos de proteção é opcional.
- B) A prevenção de acidentes seria mais valorizada se seus resultados fossem visíveis.
- C) O medo é um sentimento que deve ser eliminado.
- D) Trabalhadores experientes não precisam de equipamentos.

TEXTO 3

A caixa que mudou o mundo

Antes dos anos 1950, carregar um navio era um trabalho lento. Sacos, caixas e fardos eram empilhados um a um nos porões, e uma embarcação podia levar semanas até estar pronta para zarpar.

Tudo mudou com uma ideia simples: colocar a carga dentro de uma caixa metálica de tamanho padronizado. Nascia o contêiner. Com ele, deixou de importar o que havia dentro. Importava apenas a caixa, que podia ser içada por um guindaste, colocada sobre um caminhão e depois em um vagão, sem que ninguém precisasse abri-la.

O efeito foi enorme. O tempo de permanência dos navios nos portos despencou. O custo do transporte caiu. Produtos fabricados de um lado do planeta passaram a chegar ao outro por um preço que antes seria impensável.

Houve, porém, um preço a pagar. Portos inteiros precisaram ser reconstruídos para receber os novos equipamentos, e muitas funções tradicionais desapareceram ou se transformaram. A caixa metálica não mudou apenas a logística. Mudou também o trabalho de quem vive do mar.

615. A ideia principal do texto é:

- A) que o custo do transporte marítimo aumentou com o contêiner.
- B) que o transporte marítimo antes dos anos 1950 era mais eficiente.
- C) que os guindastes substituíram completamente os trabalhadores.
- D) que o contêiner transformou profundamente o transporte marítimo e o trabalho portuário.

616. Segundo o texto, a principal inovação do contêiner foi:

- A) eliminar a necessidade de navios.
- B) permitir o transporte de cargas perigosas.
- C) reduzir o peso das mercadorias.
- D) padronizar o tamanho da unidade de carga, tornando irrelevante seu conteúdo para o transporte.

617. A expressão "despencou", no terceiro parágrafo, indica que o tempo de permanência dos navios nos portos:

- A) aumentou lentamente.
- B) diminuiu de forma acentuada.
- C) permaneceu estável.
- D) tornou-se imprevisível.

618. A expressão "Houve, porém, um preço a pagar" introduz no texto:

- A) o valor monetário do contêiner.
- B) uma confirmação dos benefícios já citados.
- C) uma consequência negativa ou custosa da inovação apresentada.
- D) uma comparação entre portos brasileiros e estrangeiros.

619. Segundo o texto, entre as consequências da containerização está:

- A) o desaparecimento ou a transformação de muitas funções tradicionais do trabalho portuário.
- B) o aumento do tempo de carregamento dos navios.
- C) a redução do comércio internacional.
- D) a proibição do transporte de carga geral.

620. A intenção comunicativa do texto é:

- A) criticar a mecanização dos portos.
- B) narrar a biografia do inventor do contêiner.

- C) vender contêineres a empresas de logística.
- D) explicar uma transformação histórica e suas consequências.

621. A frase final, "Mudou também o trabalho de quem vive do mar", tem a função de:

- A) contradizer tudo o que foi dito anteriormente.
- B) encerrar o texto reforçando a dimensão humana da transformação descrita.
- C) introduzir um novo assunto que será desenvolvido depois.
- D) apresentar dados numéricos sobre emprego.

TEXTO 4

Dois metros

Dois metros não parecem muita coisa. É pouco mais que a altura de uma porta. É a distância que alguém percorre com dois passos largos. E, no entanto, é a partir dessa medida que uma queda deixa de ser um tropeço e passa a ser um risco sério.

A norma que trata do trabalho em altura escolheu esse número por um motivo prático: acima dele, o corpo humano ganha velocidade suficiente para que o impacto contra o solo produza lesões graves. Abaixo dele, o organismo normalmente consegue absorver a queda.

O problema é que dois metros é uma altura enganosa. Ela não assusta. Um trabalhador que sobe em uma escada até essa altura raramente sente medo, e é por isso que tantas quedas acontecem em alturas modestas, e não no topo de estruturas imponentes.

A percepção de risco, afinal, nem sempre acompanha o risco real.

622. A ideia principal do texto é:

- A) que a norma sobre trabalho em altura deveria ser revista.
- B) que apenas grandes alturas oferecem risco real.
- C) que trabalhar acima de dois metros deve ser proibido.
- D) que alturas modestas são perigosas justamente porque não despertam a sensação de perigo.

623. Segundo o texto, a escolha do marco de dois metros deve-se:

- A) a uma tradição do setor portuário.
- B) ao tamanho médio das escadas utilizadas.
- C) a uma exigência internacional sem fundamento técnico.
- D) ao fato de que, acima dessa altura, o corpo ganha velocidade suficiente para que o impacto produza lesões graves.

624. A expressão "altura enganosa" é utilizada porque:

- A) as escadas não alcançam essa altura.
- B) a medida de dois metros é difícil de calcular.
- C) a norma não define claramente essa medida.
- D) essa altura oferece risco real, mas não provoca sensação de perigo.

625. A frase final do texto, "A percepção de risco, afinal, nem sempre acompanha o risco real", funciona como:

- A) uma introdução a um novo tema.
- B) uma síntese conclusiva do raciocínio desenvolvido.
- C) uma citação de outro autor.
- D) uma ressalva que contradiz o texto.

626. Segundo o texto, muitas quedas acontecem:

- A) apenas durante o período noturno.
- B) exclusivamente em ambientes fechados.
- C) no topo de estruturas imponentes.
- D) em alturas modestas.

627. A comparação com "a altura de uma porta" e "dois passos largos" tem por finalidade:

- A) demonstrar ao leitor como dois metros é uma medida aparentemente pequena e cotidiana.
- B) indicar as dimensões exatas de uma porta.
- C) ensinar o leitor a medir distâncias sem instrumentos.

D) criticar a construção civil.

628. A intenção comunicativa do texto é:

- A) apresentar a história das normas de segurança.
- B) descrever tecnicamente equipamentos de proteção.
- C) alertar sobre um risco subestimado.
- D) narrar um acidente específico.

TEXTO 5

Rótulos que salvam

Um losango vermelho com uma chama. Um losango branco e preto com uma caveira. Um losango amarelo com um círculo em chamas. Para quem passa distraído, são apenas figuras coloridas coladas em caixas e contêineres. Para quem trabalha no porto, são frases inteiras.

O sistema internacional de classificação de cargas perigosas transformou informação técnica em imagem. Em vez de exigir que cada trabalhador leia um relatório químico, ele comunica o essencial em um símbolo que pode ser reconhecido a distância, mesmo por quem fala outro idioma.

Cada classe tem sua lógica. Explosivos, gases, líquidos inflamáveis, sólidos inflamáveis, substâncias oxidantes, tóxicas, radioativas, corrosivas e um último grupo que reúne o que não se encaixa nos anteriores.

Saber ler esses rótulos não é um detalhe burocrático. É a diferença entre aproximar-se de uma carga com os cuidados adequados e aproximar-se dela sem saber o que se tem pela frente.

629. A ideia principal do texto é:

- A) que a sinalização de cargas perigosas comunica informação essencial de forma rápida e universal.
- B) que apenas químicos podem trabalhar com cargas perigosas.
- C) que os rótulos de cargas perigosas são meramente decorativos.
- D) que o sistema internacional de classificação deveria ser simplificado.

630. A afirmação de que os símbolos são "frases inteiras" para quem trabalha no porto significa que:

- A) os trabalhadores precisam decorar frases sobre cada carga.
- B) os rótulos substituem a comunicação verbal no porto.
- C) esses símbolos carregam um conjunto significativo de informações para quem sabe interpretá-los.
- D) os símbolos contêm textos escritos em letras pequenas.

631. Segundo o texto, uma vantagem do sistema de símbolos é:

- A) dispensar qualquer treinamento dos trabalhadores.
- B) reduzir o custo das embalagens.
- C) permitir o reconhecimento a distância, inclusive por quem fala outro idioma.
- D) acelerar o desembarço aduaneiro.

632. O último grupo mencionado no terceiro parágrafo reúne:

- A) as substâncias mais perigosas de todas.
- B) apenas cargas de importação.
- C) o que não se encaixa nas classes anteriores.
- D) exclusivamente materiais radioativos.

633. A expressão "não é um detalhe burocrático", no último parágrafo, serve para:

- A) sugerir a eliminação de exigências legais.
- B) criticar o excesso de documentos no porto.
- C) indicar que os rótulos são opcionais.
- D) enfatizar a importância prática do conhecimento dos rótulos.

634. A estrutura do primeiro parágrafo, que descreve símbolos antes de nomeá-los, produz o efeito de:

- A) contradizer o restante do texto.
- B) confundir intencionalmente o leitor.
- C) apresentar dados estatísticos.
- D) despertar a curiosidade do leitor e conduzi-lo à conclusão do parágrafo.

635. A intenção comunicativa do texto é:

- A) vender etiquetas e rótulos de segurança.
- B) informar e conscientizar sobre a importância da sinalização de cargas perigosas.
- C) narrar um acidente com produtos químicos.
- D) defender a proibição do transporte de cargas perigosas.

TEXTO 6

A vez de cada um

Em muitos portos do Brasil, o trabalho não é distribuído por indicação. Ele é distribuído por rodízio. Isso significa que a escalação segue uma ordem, e não a preferência de quem contrata.

À primeira vista, pode parecer um detalhe administrativo. Não é. O rodízio existe para impedir que a escolha do trabalhador vire moeda de troca, favor ou punição disfarçada. Quando a vez é de todos, ninguém depende de agradar alguém para conseguir trabalhar.

Com a informatização, esse processo ganhou outra camada de proteção. A escalação passou a ser feita por meios eletrônicos, o que reduz o contato pessoal na hora da distribuição e dificulta manipulações.

Sistemas, porém, não substituem vigilância. Um rodízio só é justo enquanto alguém verifica se ele está sendo cumprido.

636. A ideia principal do texto é:

- A) que o rodízio prejudica os trabalhadores mais experientes.
- B) que a escalação por indicação é mais eficiente.
- C) que o rodízio é um mecanismo de proteção contra favorecimentos na distribuição do trabalho.
- D) que a informatização tornou o trabalho portuário desnecessário.

637. Segundo o texto, o rodízio impede que a escolha do trabalhador se transforme em:

- A) decisão coletiva.
- B) moeda de troca, favor ou punição disfarçada.
- C) critério técnico.
- D) obrigação legal.

638. A expressão "Quando a vez é de todos, ninguém depende de agradar alguém para conseguir trabalhar" reforça a ideia de:

- A) hierarquia rígida entre os trabalhadores.
- B) redução do número de vagas.
- C) necessidade de indicação para trabalhar.
- D) igualdade e independência na distribuição do trabalho.

639. Segundo o texto, a escalação eletrônica trouxe como benefício:

- A) a redução do contato pessoal na distribuição, dificultando manipulações.
- B) a diminuição da jornada de trabalho.
- C) o aumento do número de trabalhadores registrados.
- D) a eliminação da necessidade de fiscalização.

640. A frase "Sistemas, porém, não substituem vigilância" indica que o autor:

- A) defende o retorno da escalação presencial.
- B) considera a vigilância desnecessária.
- C) reconhece o avanço tecnológico, mas ressalta a necessidade de fiscalização.
- D) é contrário à informatização da escalação.

641. A expressão "À primeira vista, pode parecer um detalhe administrativo. Não é." tem a função de:

- A) encerrar a argumentação do texto.
- B) apresentar uma citação legal.
- C) confirmar que o rodízio é um assunto pouco relevante.
- D) antecipar uma possível interpretação equivocada do leitor e corrigi-la.

642. A intenção comunicativa predominante no texto é:

- A) narrar a história dos portos brasileiros.
- B) descrever o funcionamento de um software.

- C) apresentar uma denúncia de fraude específica.
- D) explicar e defender a importância de um mecanismo de organização do trabalho.

TEXTO 7

Três da manhã

O turno começa quando a cidade dorme. Às três da manhã, enquanto as ruas do centro estão vazias, o cais está aceso. Refletores desenhavam círculos de luz sobre o costado do navio e o guindaste já se move, lento e enorme, como um animal paciente.

Ninguém conversa muito nessa hora. Há um silêncio de trabalho, feito de gestos combinados. O sinaleiro levanta o braço, o guindasteiro entende, a carga sobe. Não é preciso dizer nada, porque tudo já foi dito muitas vezes antes.

Quando o sol aparece, por volta das seis, a cena muda de cor mas não de ritmo. O navio continua ali, esperando. A cidade acorda sem saber que, enquanto dormia, algumas centenas de toneladas atravessaram o espaço entre o cais e o porão.

643. O texto pode ser classificado predominantemente como:

- A) dissertativo, analisando dados econômicos.
- B) instrucional, ensinando a operar um guindaste.
- C) descritivo e narrativo, com foco na atmosfera do trabalho noturno no porto.
- D) argumentativo, defendendo o fim do trabalho noturno.

644. A comparação do guindaste com "um animal paciente" transmite a ideia de:

- A) fragilidade do equipamento.
- B) movimento lento, contínuo e imponente.
- C) rapidez extrema da operação.
- D) agressividade e descontrole.

645. A expressão "um silêncio de trabalho, feito de gestos combinados" indica que:

- A) os trabalhadores não se conhecem.
- B) o ambiente é totalmente silencioso, sem ruídos de máquinas.
- C) a comunicação ocorre por meio de sinais previamente conhecidos, dispensando palavras.
- D) é proibido conversar durante a operação.

646. A frase "porque tudo já foi dito muitas vezes antes" sugere:

- A) que houve uma discussão anterior entre eles.
- B) a experiência acumulada e a rotina compartilhada pela equipe.
- C) que as regras foram esquecidas.
- D) que os trabalhadores estão cansados de repetir instruções.

647. No terceiro parágrafo, a afirmação de que a cena "muda de cor mas não de ritmo" significa que:

- A) a operação é interrompida ao amanhecer.
- B) a iluminação natural substitui a artificial, mas o trabalho continua no mesmo compasso.
- C) o navio muda de posição.
- D) os trabalhadores trocam de uniforme.

648. O contraste construído ao longo do texto opõe:

- A) o trabalho manual e o trabalho mecanizado.
- B) a cidade que dorme e o porto que trabalha.
- C) os trabalhadores jovens e os experientes.
- D) o passado e o presente do porto.

649. A intenção comunicativa do texto é:

- A) informar horários de funcionamento portuário.
- B) dar visibilidade a um trabalho que acontece longe dos olhos da maioria das pessoas.
- C) criticar a jornada noturna.
- D) convencer o leitor a trabalhar no porto.

TEXTO 8

O peso invisível

Levantar carga não é apenas uma questão de força. É, sobretudo, uma questão de técnica. Muitas lesões na coluna não acontecem no dia em que alguém ergueu algo muito pesado. Acontecem depois de anos erguendo pesos moderados da maneira errada.

O corpo humano não avisa. Não há dor no momento em que o disco da coluna começa a se desgastar. O aviso chega tarde, às vezes uma década depois, quando o dano já está feito.

Por isso, ensinar a postura correta não é um capricho dos manuais. Dobrar os joelhos, manter a carga próxima ao tronco e evitar girar o corpo enquanto se sustenta peso são gestos simples que se repetem milhares de vezes ao longo de uma carreira.

E é exatamente por se repetirem tantas vezes que fazem diferença.

650. A ideia principal do texto é:

- A) que a força física é o fator mais importante na movimentação de cargas.
- B) que lesões na coluna são inevitáveis no trabalho braçal.
- C) que apenas cargas muito pesadas causam lesões.
- D) que a técnica correta ao levantar cargas previne lesões acumuladas ao longo do tempo.

651. Segundo o texto, muitas lesões na coluna resultam de:

- A) excesso de repouso.
- B) um único esforço excessivo.
- C) falta de equipamentos de proteção.
- D) anos erguendo pesos moderados da maneira errada.

652. A afirmação "O corpo humano não avisa" refere-se ao fato de que:

- A) o corpo emite avisos que ninguém compreende.
- B) os trabalhadores ignoram os sinais do corpo.
- C) não há dor no momento em que o desgaste começa.
- D) a dor aparece imediatamente após o esforço.

653. A expressão "não é um capricho dos manuais" indica que o ensino da postura correta:

- A) é uma exigência desnecessária.
- B) só se aplica a trabalhadores iniciantes.
- C) tem fundamento prático e não é mera formalidade.
- D) foi criado por fabricantes de equipamentos.

654. Entre os gestos citados no texto está:

- A) manter as pernas totalmente estendidas.
- B) girar o corpo rapidamente ao sustentar peso.
- C) erguer a carga acima da cabeça.
- D) manter a carga próxima ao tronco.

655. A frase final, "E é exatamente por se repetirem tantas vezes que fazem diferença", conclui o texto reforçando a ideia de:

- A) que a repetição causa lesões.
- B) que os manuais são excessivamente detalhados.
- C) que o efeito da técnica correta se constrói pela repetição ao longo do tempo.
- D) que os gestos são cansativos por serem repetitivos.

656. A intenção comunicativa do texto é:

- A) diagnosticar doenças da coluna.
- B) narrar a história de um trabalhador acidentado.
- C) apresentar estatísticas de afastamento.
- D) orientar e conscientizar sobre prevenção de lesões no trabalho.

TEXTO 9

Do interior ao navio

A soja que embarca no Porto do Rio Grande começou sua viagem meses antes, em uma lavoura do noroeste gaúcho. Foi plantada, colhida, secada e armazenada. Depois seguiu de caminhão ou de trem até o litoral, passou por balanços, amostragens e análises, e só então chegou ao armazém portuário.

No porto, ela deixa de ser um produto agrícola e passa a ser uma carga. Recebe um número, um destino e uma posição no plano de carregamento do navio. Correias transportadoras a conduzem até o porão, onde equipamentos e trabalhadores garantem que ela seja distribuída de forma equilibrada.

Esse equilíbrio não é um detalhe estético. Um navio mal carregado navega mal. A distribuição incorreta de peso pode comprometer a estabilidade da embarcação em alto-mar, com consequências graves.

Por isso, entre o grão da lavoura e o porto de destino, existe uma sequência longa de decisões técnicas que quase ninguém percebe, mas das quais tudo depende.

657. A ideia principal do texto é:

- A) que os armazéns portuários são insuficientes.
- B) que o transporte ferroviário é superior ao rodoviário.
- C) que a soja gaúcha é a melhor do mundo.
- D) que a exportação de soja envolve uma longa cadeia de etapas e decisões técnicas.

658. Segundo o texto, no porto a soja "deixa de ser um produto agrícola e passa a ser uma carga" porque:

- A) é misturada a outros produtos.
- B) perde valor comercial.
- C) passa a ser tratada segundo a lógica do transporte, recebendo número, destino e posição no plano de carregamento.
- D) muda de composição química.

659. Segundo o texto, a distribuição equilibrada da carga no porão é importante porque:

- A) facilita a conferência aduaneira.
- B) pode comprometer a estabilidade da embarcação em alto-mar se for feita de forma incorreta.
- C) melhora a aparência do navio.
- D) reduz o tempo de viagem.

660. A expressão "não é um detalhe estético" tem a função de:

- A) descrever o formato do porão.
- B) criticar a aparência dos navios.
- C) enfatizar que o equilíbrio da carga tem finalidade técnica e de segurança.
- D) indicar que a estética também importa.

661. Entre as etapas percorridas pela soja antes de chegar ao armazém portuário, o texto cita:

- A) refino e envase.
- B) inspeção sanitária internacional.
- C) beneficiamento industrial e embalagem.
- D) balanços, amostragens e análises.

662. A frase final sugere que as decisões técnicas da cadeia logística são:

- A) pouco percebidas pelo público, embora essenciais.
- B) tomadas exclusivamente por autoridades públicas.
- C) percebidas por todos os consumidores.
- D) desnecessárias e burocráticas.

663. A intenção comunicativa do texto é:

- A) incentivar o plantio de soja no Rio Grande do Sul.
- B) denunciar falhas no carregamento de navios.
- C) explicar ao leitor a complexidade de um processo aparentemente simples.
- D) comparar portos brasileiros e estrangeiros.

TEXTO 10

Quem dá o sinal

Em uma operação de içamento, o guindasteiro nem sempre enxerga a carga. Sua cabine fica alta, distante, e o ângulo de visão é limitado. Ele depende de outra pessoa: o sinaleiro.

O sinaleiro é os olhos da operação. Fica em posição visível, usa sinais padronizados e é o único autorizado a orientar o movimento da carga. Se dois trabalhadores começarem a sinalizar ao mesmo tempo, a operação precisa parar, porque duas ordens simultâneas equivalem a nenhuma ordem.

Nas operações noturnas, o sinaleiro usa luvas e colete com material refletivo. A razão é simples: um sinal que não pode ser visto não é um sinal.

Talvez essa seja a função mais mal compreendida do cais. À distância, parece que ele apenas mexe os braços. Na prática, é ele quem decide quando uma carga de dezenas de toneladas sai do lugar.

664. A ideia principal do texto é:

- A) que o guindasteiro é o único responsável pela operação.
- B) que o sinaleiro exerce uma função essencial e frequentemente subestimada nas operações de içamento.
- C) que as operações noturnas devem ser evitadas.
- D) que os guindastes deveriam ter melhor visibilidade.

665. Segundo o texto, o guindasteiro depende do sinaleiro porque:

- A) sua cabine é alta e distante, com ângulo de visão limitado.
- B) não possui habilitação para operar sozinho.
- C) é proibido de olhar para a carga.
- D) precisa de autorização sindical.

666. A afirmação de que "duas ordens simultâneas equivalem a nenhuma ordem" justifica:

- A) a proibição do trabalho em equipe.
- B) a exigência de que apenas um trabalhador sinalize por vez.
- C) a necessidade de dois sinaleiros por operação.
- D) a interrupção das operações noturnas.

667. A frase "um sinal que não pode ser visto não é um sinal" explica:

- A) o uso de bandeiras coloridas.
- B) a proibição de sinais sonoros.
- C) a exigência de luvas e colete refletivos nas operações noturnas.
- D) a necessidade de rádio comunicador.

668. A expressão "o sinaleiro é os olhos da operação" constitui:

- A) uma metáfora que expressa a função de enxergar em nome de quem não vê.
- B) uma descrição literal das funções técnicas do trabalhador.
- C) uma citação de norma técnica.
- D) uma crítica ao guindasteiro.

669. Segundo o último parágrafo, a função do sinaleiro é mal compreendida porque:

- A) ele trabalha escondido.
- B) ele não se comunica com a equipe.
- C) sua função não está prevista em norma.
- D) à distância, parece que ele apenas mexe os braços.

670. A intenção comunicativa do texto é:

- A) narrar um acidente com carga suspensa.
- B) ensinar o código completo de sinais manuais.
- C) defender a substituição do sinaleiro por câmeras.
- D) esclarecer e valorizar a importância de uma função específica na operação portuária.

TEXTO 11

Água, sombra e bom senso

Trabalhar sob o sol em um cais de concreto não é o mesmo que trabalhar sob o sol em um campo aberto. O concreto e o metal acumulam calor e o devolvem ao ambiente, criando temperaturas que superam as marcadas pelo termômetro.

Nessas condições, a desidratação chega antes da sede. Quando o trabalhador sente vontade de beber água, seu corpo já perdeu líquido suficiente para começar a reduzir a atenção e o tempo de reação. E atenção reduzida em um ambiente com carga suspensa é um problema sério.

A recomendação, portanto, é simples e contraintuitiva: beber água antes de sentir sede, em pequenas quantidades e com frequência. Buscar sombra nos intervalos. Não confundir resistência com teimosia.

O corpo aguenta muita coisa. Isso não significa que deva.

671. A ideia principal do texto é:

- A) que a sede é um indicador confiável de desidratação.
- B) que o trabalho no cais deve ser proibido em dias quentes.
- C) que o concreto reduz a temperatura ambiente.
- D) que a hidratação preventiva é essencial em ambientes de trabalho com calor intenso.

672. Segundo o texto, o cais de concreto difere de um campo aberto porque:

- A) a umidade é sempre menor.
- B) há mais vento no cais.
- C) o sol incide de forma diferente.
- D) o concreto e o metal acumulam calor e o devolvem ao ambiente.

673. A afirmação "a desidratação chega antes da sede" significa que:

- A) a desidratação não provoca sede.
- B) beber água elimina a sede permanentemente.
- C) a sede é um sinal tardio, que aparece quando o corpo já perdeu líquido significativo.
- D) a sede antecede qualquer perda de líquido.

674. Segundo o texto, a desidratação preocupa especialmente no ambiente portuário porque:

- A) obriga a interrupção da operação.
- B) causa problemas digestivos.
- C) reduz a atenção e o tempo de reação em local com carga suspensa.
- D) aumenta o consumo de água potável.

675. A recomendação apresentada é qualificada como "contraintuitiva" porque:

- A) contradiz orientações médicas.
- B) contraria o hábito natural de beber apenas quando se sente sede.
- C) exige equipamentos especiais.
- D) é difícil de executar no ambiente portuário.

676. A frase "Não confundir resistência com teimosia" critica:

- A) a atitude de insistir no esforço ignorando os limites do corpo.
- B) o excesso de pausas durante a jornada.
- C) a falta de força física dos trabalhadores.
- D) a recusa em usar equipamentos.

677. A frase final, "O corpo aguenta muita coisa. Isso não significa que deva", expressa:

- A) uma ordem de caráter normativo.
- B) um elogio à resistência física.
- C) uma advertência sobre os limites entre capacidade e prudência.
- D) uma dúvida do autor sobre o tema.

TEXTO 12

A conferência silenciosa

Enquanto guindastes se movem e empilhadeiras cruzam o pátio, alguém está contando. Volume por volume, marca por marca, destino por destino. O trabalho de conferência não faz barulho, não exige força e raramente aparece nas fotografias do porto. Mas é ele que garante que aquilo que saiu de um lugar seja exatamente aquilo que chegou a outro.

Um erro de contagem não desaparece. Ele viaja junto com a carga, atravessa o oceano e reaparece do outro lado como divergência, prejuízo e disputa. Refazer uma conferência depois que o navio zarpar é impossível.

Talvez por isso a conferência exija um tipo raro de atenção: aquela que precisa se manter constante durante horas, sem o estímulo da urgência. É mais fácil ficar atento quando algo está prestes a acontecer. É bem mais difícil quando nada acontece, e é justamente aí que os erros se instalam.

678. A ideia principal do texto é:

- A) que os erros de contagem podem ser corrigidos facilmente.
- B) que a conferência de carga exige atenção prolongada e tem consequências duradouras.
- C) que a conferência de carga é uma atividade dispensável.
- D) que os guindastes são mais importantes que a conferência.

679. Segundo o texto, um erro de contagem:

- A) viaja junto com a carga e reaparece no destino como divergência e prejuízo.
- B) não gera consequências práticas.
- C) pode ser corrigido após o navio zarpar.
- D) é percebido imediatamente no cais.

680. A expressão "conferência silenciosa", no título, refere-se ao fato de que a atividade:

- A) não faz barulho e tem pouca visibilidade, apesar de sua importância.
- B) ocorre apenas durante a noite.
- C) é feita em ambiente isolado acusticamente.
- D) é realizada sem comunicação entre os trabalhadores.

681. Segundo o texto, o tipo de atenção exigido pela conferência é raro porque:

- A) exige conhecimento técnico avançado.
- B) requer esforço físico intenso.
- C) precisa manter-se constante durante horas, sem o estímulo da urgência.
- D) depende de equipamentos sofisticados.

682. A afirmação "É mais fácil ficar atento quando algo está prestes a acontecer" serve para:

- A) contrastar com a dificuldade de manter a atenção em situações rotineiras.
- B) explicar o funcionamento dos guindastes.
- C) justificar a redução da jornada de trabalho.
- D) defender que a conferência seja feita em situações de emergência.

683. A frase "Refazer uma conferência depois que o navio zarpou é impossível" reforça:

- A) o caráter irreversível do trabalho de conferência.
- B) a necessidade de mais conferentes por navio.
- C) a superioridade dos sistemas informatizados.
- D) a urgência das operações portuárias.

684. A intenção comunicativa do texto é:

- A) valorizar uma atividade discreta, evidenciando sua importância e sua dificuldade.
- B) criticar os conferentes de carga.
- C) narrar um caso de divergência de carga.
- D) ensinar o método correto de contagem de volumes.

TEXTO 13

Aprender o porto

Não se aprende o porto em uma tarde. Há um vocabulário próprio, com palavras que não circulam fora dali. Peação, despeação, lingada, terno, portaló, agulheiro. Cada uma nomeia com precisão algo que, em linguagem comum, exigiria uma frase inteira.

Esse vocabulário não existe por capricho. Ele existe porque, em um ambiente onde uma instrução mal compreendida pode custar caro, a imprecisão é perigosa. Dizer "amarra a carga" é vago. Dizer "peia a carga" é exato.

Quem chega ao porto pela primeira vez costuma sentir-se estrangeiro. Ouve as palavras, entende o contexto, mas não entende o conteúdo. Com o tempo, o vocabulário deixa de ser obstáculo e passa a ser ferramenta.

E então acontece algo curioso: o trabalhador percebe que aprendeu não apenas palavras novas, mas uma forma diferente de enxergar o espaço à sua volta.

685. A ideia principal do texto é:

- A) que o vocabulário portuário é desnecessariamente complicado.
- B) que aprender o porto é impossível para iniciantes.
- C) que os trabalhadores devem evitar termos técnicos.
- D) que o vocabulário técnico do porto tem função prática e transforma a percepção de quem o aprende.

686. Segundo o texto, o vocabulário técnico existe porque:

- A) a lei obriga o uso desses termos.
- B) facilita a comunicação com estrangeiros.
- C) os trabalhadores gostam de usar termos difíceis.
- D) a imprecisão é perigosa em um ambiente onde instruções mal compreendidas custam caro.

687. O contraste entre "amarra a carga" e "peia a carga" serve para demonstrar:

- A) a diferença entre linguagem vaga e linguagem exata.
- B) que a linguagem comum é preferível.
- C) que o termo técnico é mais difícil de pronunciar.
- D) que as duas expressões são equivalentes.

688. A expressão "sentir-se estrangeiro", no terceiro parágrafo, indica:

- A) a necessidade de tradução simultânea.
- B) a sensação de não compreender o código linguístico do ambiente.
- C) o isolamento geográfico do porto.
- D) que muitos trabalhadores portuários vêm de outros países.

689. Segundo o texto, com o tempo o vocabulário:

- A) torna-se ainda mais difícil.
- B) é substituído por linguagem comum.
- C) perde a utilidade prática.
- D) deixa de ser obstáculo e passa a ser ferramenta.

690. A frase final indica que o aprendizado do vocabulário resulta em:

- A) perda do vocabulário anterior.
- B) aumento salarial imediato.
- C) mudança de função no porto.
- D) uma forma diferente de enxergar o espaço à volta.

691. A intenção comunicativa do texto é:

- A) ensinar o significado de cada termo portuário.
- B) refletir sobre a função da linguagem técnica em um ambiente de trabalho.
- C) narrar o primeiro dia de trabalho de um estivador.
- D) criticar a dificuldade de acesso à profissão.

TEXTO 14

O que a maré ensina

A maré não negocia. Ela sobe e desce em horários que não dependem da pressa de ninguém. Um navio que precisa de determinada profundidade para entrar no canal espera a maré, e não o contrário.

Essa é talvez a primeira lição que o porto ensina a quem chega: existem forças que não se apressam. Pode-se planejar em torno delas, antecipar-se a elas, organizar equipes de acordo com elas. Não se pode ignorá-las.

O mesmo raciocínio vale para outras coisas menos visíveis. O tempo de descanso entre duas jornadas, por exemplo, também não negocia. Um corpo que não dormiu o suficiente não rende mais porque a operação está atrasada. Ele rende menos, e erra mais.

Portos eficientes não são aqueles que ignoram limites. São aqueles que aprenderam a trabalhar dentro deles.

692. A ideia principal do texto é:
- A) que a maré é o único fator relevante na operação portuária.
 - B) que o planejamento portuário é impossível.
 - C) que a eficiência resulta de reconhecer e respeitar limites, e não de ignorá-los.
 - D) que os navios devem entrar no canal a qualquer momento.
693. A afirmação "A maré não negocia" significa que:
- A) os horários da maré são imprevisíveis.
 - B) a maré pode ser controlada com equipamentos.
 - C) a maré é um fenômeno natural que independe da vontade humana.
 - D) não há acordos comerciais sobre a maré.
694. Segundo o texto, diante de forças que não se apressam, é possível:
- A) eliminá-las com tecnologia.
 - B) transferi-las para outro turno.
 - C) ignorá-las quando houver urgência.
 - D) planejar em torno delas, antecipar-se a elas e organizar equipes de acordo com elas.
695. O autor compara a maré ao tempo de descanso entre jornadas para argumentar que:
- A) o descanso é menos importante que a maré.
 - B) a maré interfere no sono dos trabalhadores.
 - C) ambos são limites que não podem ser ignorados sem consequências.
 - D) o descanso pode ser reduzido em situações de atraso.
696. Segundo o texto, um corpo que não dormiu o suficiente:
- A) rende mais em situações de urgência.
 - B) rende menos e erra mais.
 - C) mantém o mesmo desempenho.
 - D) recupera-se durante a operação.
697. A frase final define portos eficientes como aqueles que:
- A) aprenderam a trabalhar dentro dos limites.
 - B) eliminaram todos os limites operacionais.
 - C) trabalham sem interrupção.
 - D) possuem os equipamentos mais modernos.
698. A estratégia argumentativa do texto consiste em:
- A) apresentar dados estatísticos sobre acidentes.
 - B) narrar um episódio ocorrido no porto.
 - C) partir de um fenômeno natural concreto para chegar a uma conclusão sobre organização do trabalho.
 - D) transcrever normas de segurança.
699. A intenção comunicativa do texto é:
- A) criticar a administração portuária.
 - B) refletir sobre limites e eficiência no trabalho portuário.
 - C) explicar o fenômeno das marés.
 - D) divulgar horários de navegação.
700. Assinale a alternativa que apresenta uma ideia **secundária** do texto.
- A) Portos eficientes trabalham dentro dos limites.
 - B) Um navio que precisa de determinada profundidade espera a maré.
 - C) Existem forças que não se apressam.
 - D) Reconhecer limites é condição da eficiência.

GABARITO COMENTADO — QUESTÕES 601 A 700

601. **A** — O texto começa pela relevância econômica, mas o eixo é o deslocamento para a dimensão humana ("não é apenas um ponto de passagem").
602. **D** — Informação literal no segundo parágrafo.
603. **A** — "Engrenagem" remete a peças articuladas de um mecanismo.
604. **C** — Informação literal, introduzida por "porque".
605. **C** — O contraste está explícito em "Quem observa de longe" × "Quem trabalha nele".
606. **A** — Texto informativo com valorização do trabalho.
607. **C** — A localização geográfica é detalhe de apoio; as demais são o eixo argumentativo.
608. **C** — O texto gira em torno da invisibilidade do resultado da prevenção.
609. **D** — Metáfora: ausência de acidente equivale a ausência de repercussão.
610. **C** — Informação literal: elimina o medo, não o risco.
611. **D** — Texto argumentativo/persuasivo.
612. **C** — Informação literal: "Exige convencimento".
613. **B** — Referência ao desconforto do EPI, tema do texto.
614. **B** — Inferência coerente com a tese da invisibilidade. As demais contrariam o texto.
615. **D** — Tese central do texto.
616. **D** — A padronização é o núcleo da inovação descrita.
617. **B** — "Despencar" indica queda brusca.
618. **C** — "Porém" marca a contraposição aos benefícios.
619. **A** — Informação literal no último parágrafo.
620. **D** — Texto expositivo-explicativo.
621. **B** — Fechamento que humaniza a transformação técnica.
622. **D** — Tese central: risco real sem percepção de risco.
623. **D** — Informação literal no segundo parágrafo.
624. **D** — "Enganosa" porque não corresponde à sensação de perigo.
625. **B** — Frase-síntese conclusiva.
626. **D** — Informação literal no terceiro parágrafo.
627. **A** — Recurso de aproximação com o cotidiano do leitor.
628. **C** — Finalidade de alerta.
629. **A** — Tese central sobre comunicação visual de risco.
630. **C** — Metáfora: densidade informativa do símbolo.
631. **C** — Informação literal no segundo parágrafo.
632. **C** — Corresponde à Classe 9 (perigosos diversos), descrita no texto sem nomeação.
633. **D** — Reforço da relevância prática.
634. **D** — Recurso de suspensão que conduz à revelação.
635. **B** — Finalidade informativa e conscientizadora.
636. **C** — Tese central sobre a função protetiva do rodízio.
637. **B** — Informação literal.
638. **D** — Reforço da igualdade e da independência.
639. **A** — Informação literal no terceiro parágrafo.
640. **C** — Ressalva que reconhece o avanço sem dispensar controle.
641. **D** — Recurso de antecipação e correção de expectativa.
642. **D** — Texto explicativo-argumentativo.
643. **C** — Predomínio de descrição e narração da atmosfera.
644. **B** — A comparação enfatiza lentidão e imponentia.
645. **C** — Comunicação por sinais previamente conhecidos.
646. **B** — Indica rotina e experiência compartilhadas.
647. **B** — Muda a luz, permanece o ritmo.
648. **B** — Contraste estruturante do texto.

649. B — Finalidade de dar visibilidade ao trabalho noturno.
650. D — Tese central: técnica e efeito cumulativo.
651. D — Informação literal no primeiro parágrafo.
652. C — Explicitado no segundo parágrafo.
653. C — Reforço do fundamento prático.
654. D — Informação literal no terceiro parágrafo.
655. C — A repetição é o que confere eficácia à técnica correta.
656. D — Finalidade orientadora e preventiva.
657. D — Tese central sobre a cadeia logística.
658. C — A mudança é de tratamento, não de natureza física.
659. B — Informação literal no terceiro parágrafo.
660. C — Reforça a finalidade técnica e de segurança.
661. D — Informação literal no primeiro parágrafo.
662. A — "quase ninguém percebe, mas das quais tudo depende".
663. C — Finalidade explicativa.
664. B — Tese central sobre a função do sinaleiro.
665. A — Informação literal no primeiro parágrafo.
666. B — Justifica a unicidade da sinalização.
667. C — Justifica o uso de material refletivo à noite.
668. A — Metáfora de substituição sensorial.
669. D — Informação literal no último parágrafo.
670. D — Finalidade de esclarecer e valorizar.
671. D — Tese central sobre hidratação preventiva.
672. D — Informação literal no primeiro parágrafo.
673. C — A sede é sinal tardio.
674. C — Informação literal no segundo parágrafo.
675. B — Contraria o hábito de beber apenas com sede.
676. A — Crítica à insistência que ignora limites.
677. C — Advertência sobre capacidade × prudência.
678. B — Tese central sobre atenção e consequências.
679. A — Informação literal no segundo parágrafo.
680. A — Refere-se à descrição e à baixa visibilidade da atividade.
681. C — Informação literal no terceiro parágrafo.
682. A — Contraste que evidencia a dificuldade da atenção rotineira.
683. A — Reforça a irreversibilidade.
684. A — Finalidade de valorização.
685. D — Tese central sobre função e efeito do vocabulário técnico.
686. D — Informação literal no segundo parágrafo.
687. A — Contraste entre vago e exato.
688. B — Metáfora da incompreensão do código linguístico.
689. D — Informação literal no terceiro parágrafo.
690. D — Informação literal no último parágrafo.
691. B — Finalidade reflexiva sobre linguagem.
692. C — Tese central sobre limites e eficiência.
693. C — Personificação que indica independência da vontade humana.
694. D — Informação literal no segundo parágrafo.
695. C — Analogia entre limite natural e limite fisiológico.
696. B — Informação literal no terceiro parágrafo.
697. A — Informação literal no último parágrafo.
698. C — Movimento do concreto (maré) para o abstrato (organização do trabalho).
699. B — Finalidade reflexiva.
700. B — É exemplo concreto de apoio; as demais enunciam a tese.

Língua Portuguesa — Parte II

Questões 701 a 800

Textos autorais. Gabarito distribuído entre as quatro alternativas.

TEXTO 15

Os que ficam no portão

Nem todo trabalho no porto acontece diante do navio. Há quem passe o turno inteiro em uma guarita, conferindo documentos, registrando entradas e observando quem circula por onde não deveria.

A guarda portuária costuma ser vista como uma função de vigilância passiva. Na prática, ela exige atenção continuada e conhecimento do fluxo normal das operações. Só percebe o que está fora do lugar quem sabe muito bem qual é o lugar de cada coisa.

Um caminhão que chega em horário incompatível com sua carga, uma pessoa transitando em área restrita sem equipamento de proteção, um lacre violado. Nada disso chama atenção de quem não conhece a rotina. Tudo isso é evidente para quem conhece.

A segurança de uma instalação portuária, portanto, não depende apenas de câmeras e cercas. Depende de alguém que saiba interpretar o que as câmeras mostram.

701. A ideia principal do texto é:

- A) que as câmeras substituíram a guarda portuária.
- B) que o trabalho de guarda portuária é menos importante que o trabalho no cais.
- C) que a guarda portuária exige conhecimento da rotina operacional para identificar anormalidades.
- D) que o acesso às instalações portuárias deveria ser livre.

702. A frase "Só percebe o que está fora do lugar quem sabe muito bem qual é o lugar de cada coisa" indica que:

- A) a organização física do porto é confusa.
- B) apenas supervisores conseguem identificar problemas.
- C) as anormalidades são sempre evidentes.
- D) a identificação de anormalidades depende do conhecimento prévio da normalidade.

703. Os exemplos citados no terceiro parágrafo têm a função de:

- A) criticar a rotina das operações portuárias.
- B) demonstrar que o trabalho de guarda é repetitivo.
- C) apresentar dados estatísticos sobre furtos.
- D) concretizar a ideia de que só percebe a anormalidade quem conhece a rotina.

704. A expressão "vigilância passiva", no segundo parágrafo, é apresentada pelo autor como:

- A) uma percepção comum que o texto contesta.
- B) um elogio à função de guarda.
- C) a definição técnica correta da atividade.
- D) uma exigência da legislação portuária.

705. A frase final do texto sustenta que a segurança depende:

- A) do fechamento total do acesso ao porto.
- B) exclusivamente de tecnologia de monitoramento.
- C) da ampliação do número de câmeras.
- D) de alguém capaz de interpretar aquilo que as câmeras registram.

706. A intenção comunicativa do texto é:

- A) valorizar uma função frequentemente subestimada, explicando sua complexidade.
- B) denunciar falhas de segurança em portos brasileiros.
- C) narrar um episódio de invasão a uma instalação portuária.
- D) instruir sobre o preenchimento de registros de entrada.

707. Assinale a alternativa que apresenta uma ideia **secundária** do texto.

- A) Há quem passe o turno inteiro em uma guarita.
- B) A segurança depende de interpretação humana.
- C) A guarda portuária exige atenção continuada.
- D) Conhecer a rotina permite identificar o anormal.

TEXTO 16

O cais também é delas

Durante muito tempo, o trabalho portuário foi descrito como território exclusivamente masculino. A justificativa mais repetida era a força física. Ocorre que, com a mecanização das operações, a força bruta deixou de ser o fator determinante em boa parte das funções.

Operar um equipamento de precisão, conferir carga, coordenar uma equipe ou sinalizar um içamento são atividades que exigem atenção, técnica e sangue-frio. Nenhuma delas depende do tamanho do bíceps de quem as executa.

A entrada de mulheres nesse ambiente esbarrou menos em limitações físicas e mais em estruturas construídas para não recebê-las: vestiários inexistentes, uniformes em tamanho único, escalas pensadas sem qualquer flexibilidade.

Mudar isso não foi favor. Foi correção de um projeto que havia sido desenhado pela metade.

708. A ideia principal do texto é:

- A) que a mecanização eliminou postos de trabalho no porto.
- B) que a força física continua sendo o critério central do trabalho portuário.
- C) que as mulheres devem ocupar apenas funções administrativas no porto.
- D) que a exclusão das mulheres do porto decorreu mais de estruturas inadequadas do que de limitações físicas.

709. Segundo o texto, a mecanização das operações teve como efeito:

- A) eliminar as funções de conferência e sinalização.
- B) aumentar a exigência de força bruta.
- C) fazer com que a força bruta deixasse de ser determinante em boa parte das funções.
- D) reduzir a necessidade de qualificação técnica.

710. Os exemplos de "vestiários inexistentes, uniformes em tamanho único, escalas pensadas sem qualquer flexibilidade" ilustram:

- A) barreiras estruturais, e não limitações físicas.
- B) preferências pessoais das trabalhadoras.
- C) problemas comuns a todos os trabalhadores.
- D) exigências legais descumpridas pelos sindicatos.

711. A expressão "Nenhuma delas depende do tamanho do bíceps de quem as executa" cumpre a função de:

- A) apresentar um critério objetivo de seleção.
- B) elogiar o preparo físico dos trabalhadores.
- C) desqualificar o argumento da força física como critério de acesso às funções citadas.
- D) descrever exigências de saúde ocupacional.

712. A frase final, "Foi correção de um projeto que havia sido desenhado pela metade", significa que:

- A) os projetos de engenharia portuária foram mal executados.
- B) o ambiente portuário fora originalmente concebido considerando apenas uma parte da população trabalhadora.
- C) a legislação portuária é insuficiente.
- D) as obras de adequação ficaram incompletas.

713. A afirmação "Mudar isso não foi favor" indica que o autor entende a mudança como:

- A) uma concessão generosa das empresas.
- B) um processo ainda não iniciado.
- C) uma imposição sem fundamento.
- D) uma exigência de justiça e adequação, não uma benevolência.

714. A intenção comunicativa do texto é:

- A) narrar a trajetória de uma trabalhadora portuária.
- B) descrever tecnicamente os equipamentos portuários.
- C) apresentar estatísticas de emprego feminino no setor.
- D) argumentar em favor de uma mudança, contestando uma justificativa tradicional.

TEXTO 17

O ruído que já não se ouve

Existe uma armadilha cruel na perda auditiva causada pelo trabalho. Ela não dói, não sangra e não impede ninguém de continuar trabalhando. Instala-se devagar, retirando primeiro os sons agudos, aqueles que quase não fazem falta no dia a dia.

O trabalhador percebe apenas que o mundo ficou um pouco mais abafado. Pede que repitam frases. Aumenta o volume da televisão. Atribui tudo ao cansaço ou à idade. Quando finalmente procura um exame, boa parte do que se perdeu já não volta.

O protetor auricular, tão frequentemente esquecido no bolso, protege exatamente aquilo que não pode ser reconstruído. Não existe cirurgia que devolva células auditivas destruídas por décadas de exposição.

É um dos poucos casos em que a prevenção não é a melhor opção. É a única.

715. A ideia principal do texto é:

- A) que existem tratamentos eficazes para a perda auditiva ocupacional.
- B) que o ruído nos portos é menor do que se imagina.
- C) que a perda auditiva ocupacional é progressiva, silenciosa e irreversível, o que torna a prevenção indispensável.
- D) que o protetor auricular causa desconforto excessivo.

716. Segundo o texto, a perda auditiva ocupacional retira primeiro:

- A) a compreensão da fala em ambientes silenciosos.
- B) a capacidade de localizar a origem dos sons.
- C) a percepção de sons graves.
- D) os sons agudos, que quase não fazem falta no cotidiano.

717. A expressão "armadilha cruel" justifica-se porque a perda auditiva:

- A) provoca dor intensa desde o início.
- B) é facilmente detectada em exames de rotina.
- C) impede o trabalhador de continuar exercendo suas funções.
- D) avança sem sintomas evidentes, sendo percebida quando o dano já está consolidado.

718. Os comportamentos descritos no segundo parágrafo (pedir que repitam frases, aumentar o volume da televisão) funcionam no texto como:

- A) recomendações do autor ao leitor.
- B) evidências de que a audição está preservada.
- C) sinais precoces que costumam ser atribuídos a outras causas.
- D) sintomas exclusivos de doenças neurológicas.

719. A frase "protege exatamente aquilo que não pode ser reconstruído" enfatiza:

- A) o custo elevado do equipamento.
- B) a irreversibilidade do dano auditivo.
- C) a fragilidade do protetor auricular.
- D) a necessidade de substituição frequente do equipamento.

720. A frase final, "É um dos poucos casos em que a prevenção não é a melhor opção. É a única", produz efeito de:

- A) contradição com o restante do texto.
- B) ênfase, por meio da correção de uma afirmação inicial.
- C) dúvida quanto à eficácia da prevenção.
- D) neutralidade em relação ao tema.

721. A intenção comunicativa do texto é:

- A) apresentar resultados de uma pesquisa científica.
- B) alertar e persuadir quanto ao uso do protetor auricular.
- C) descrever o funcionamento do ouvido humano.
- D) narrar o caso de um trabalhador específico.

TEXTO 18

O que o mar devolve

Todo porto convive com um paradoxo. Ele existe por causa do mar e, ao mesmo tempo, é uma das atividades que mais podem afetá-lo. Óleo, resíduos, embalagens, água de lastro trazida de outros continentes: tudo isso circula junto com as mercadorias.

A água de lastro é um exemplo pouco conhecido. Para navegar com estabilidade quando estão vazios, os navios enchem tanques com água do mar. Ao chegarem ao destino, despejam essa água antes de carregar. Junto com ela, viajam organismos de um ecossistema para outro, onde muitas vezes não têm predadores naturais.

O resultado pode ser devastador. Espécies invasoras alteram a fauna local, prejudicam a pesca e chegam a obstruir tubulações de instalações costeiras.

Cuidar do mar, nesse contexto, não é uma preocupação externa ao trabalho portuário. É parte dele.

722. A ideia principal do texto é:

- A) que a atividade portuária depende do mar e, por isso, precisa incorporar seu cuidado como parte do próprio trabalho.
- B) que a pesca é a atividade mais prejudicada no litoral.
- C) que os portos devem ser transferidos para o interior.
- D) que os navios deveriam deixar de utilizar água de lastro.

723. Segundo o texto, os navios enchem tanques com água do mar para:

- A) abastecer a tripulação.
- B) resfriar os motores durante a travessia.
- C) aumentar a capacidade de carga.
- D) navegar com estabilidade quando estão vazios.

724. O "paradoxo" mencionado no primeiro parágrafo consiste no fato de que o porto:

- A) opera de dia e de noite.
- B) emprega trabalhadores com e sem vínculo empregatício.
- C) existe por causa do mar e é uma das atividades que mais podem afetá-lo.
- D) movimenta cargas nacionais e estrangeiras.

725. Segundo o texto, o problema das espécies transportadas pela água de lastro decorre principalmente de:

- A) sua alta mortalidade durante a travessia.
- B) sua chegada a ecossistemas onde muitas vezes não têm predadores naturais.
- C) sua contaminação por resíduos de óleo.
- D) sua incapacidade de reprodução em novos ambientes.

726. Entre as consequências citadas no texto está:

- A) a redução da salinidade dos oceanos.
- B) a obstrução de tubulações de instalações costeiras.
- C) o aumento do nível do mar.
- D) o assoreamento dos canais de acesso.

727. A frase final do texto sustenta que o cuidado ambiental é:

- A) uma preocupação secundária diante da produtividade.
- B) uma imposição externa ao setor.
- C) parte integrante da própria atividade portuária.
- D) responsabilidade exclusiva dos órgãos ambientais.

728. A intenção comunicativa do texto é:

- A) divulgar um produto de tratamento de água.
- B) criticar a existência de portos marítimos.
- C) informar e sensibilizar sobre um impacto ambiental pouco conhecido.
- D) narrar um episódio de contaminação marinha.

TEXTO 19

A escada

Havia uma escada de mão encostada na parede do armazém, e ninguém sabia dizer há quanto tempo. Era usada todos os dias. Alguém subia, pegava o que precisava e descia. A rotina tinha a naturalidade das coisas que sempre funcionaram.

Até a manhã em que um degrau cedeu.

O trabalhador caiu de pouco mais de dois metros e quebrou o punho. Passou três meses afastado. Depois do acidente, alguém observou a escada com atenção pela primeira vez: a madeira estava rachada em dois pontos, e uma das travessas fora consertada com arame.

O mais desconfortável não foi descobrir o defeito. Foi perceber que ele estava visível havia muito tempo, e que dezenas de pessoas haviam passado por ali sem enxergá-lo.

Familiaridade e atenção, ao contrário do que se imagina, nem sempre caminham juntas.

729. A ideia principal do texto é:

- A) que escadas de madeira devem ser proibidas nos armazéns.
- B) que a familiaridade com o ambiente pode reduzir a percepção de riscos evidentes.
- C) que o trabalhador foi imprudente ao utilizar a escada.
- D) que acidentes de trabalho são imprevisíveis.

730. O trecho "A rotina tinha a naturalidade das coisas que sempre funcionaram" antecipa:

- A) a competência da equipe do armazém.
- B) a confiança irrefletida que precede o acidente.
- C) a qualidade do equipamento utilizado.
- D) o rigor da manutenção preventiva.

731. O parágrafo isolado "Até a manhã em que um degrau cedeu" produz efeito de:

- A) resumo do texto.
- B) descrição do ambiente.
- C) apresentação da conclusão do autor.
- D) ruptura brusca na narrativa, marcando a virada dos fatos.

732. Segundo o texto, o aspecto mais desconfortável do episódio foi:

- A) o tempo de afastamento do trabalhador.
- B) constatar que o defeito estava visível havia muito tempo sem que ninguém o notasse.
- C) o custo da substituição da escada.
- D) a gravidade da lesão sofrida.

733. A frase final funciona como:

- A) uma citação de norma técnica.
- B) uma descrição do equipamento.
- C) uma conclusão de caráter reflexivo, generalizando a experiência narrada.
- D) uma narração de novos fatos.

734. A menção a "pouco mais de dois metros" relaciona-se, no contexto do texto, à ideia de que:

- A) o trabalhador estava em altura excessiva.
- B) alturas aparentemente pequenas produzem lesões reais.
- C) a escada era muito longa para o uso pretendido.
- D) o acidente foi menos grave do que parecia.

735. A intenção comunicativa do texto é:

- A) apresentar dados de acidentes em armazéns.
- B) provocar reflexão sobre percepção de risco por meio de um caso concreto.

- C) instruir sobre o uso correto de escadas portáteis.
- D) responsabilizar o trabalhador acidentado.

TEXTO 20

Onze horas

Entre o fim de uma jornada e o início da seguinte existe um intervalo que não é descanso no sentido comum da palavra. Não é lazer, não é folga, não é benefício. É manutenção.

O corpo humano precisa de um período mínimo para restaurar funções que se desgastam durante o trabalho: consolidar memória, regular hormônios, recuperar músculos e, principalmente, restabelecer a capacidade de manter atenção sustentada.

Quando esse intervalo é reduzido, o efeito não aparece de imediato como cansaço evidente. Aparece como lentidão de reação, como decisões um pouco piores, como uma distração de meio segundo. Em um escritório, meio segundo não custa nada. Sob uma carga suspensa, custa tudo.

Talvez por isso o intervalo entre jornadas seja tratado como norma, e não como sugestão. Há coisas que não podem depender da disposição individual de cada um.

736. A ideia principal do texto é:

- A) que os trabalhadores devem escolher livremente seus horários de descanso.
- B) que o intervalo entre jornadas é um benefício concedido pelo empregador.
- C) que o cansaço é sempre percebido de imediato.
- D) que o intervalo entre jornadas é uma exigência fisiológica com impacto direto na segurança.

737. Ao afirmar que o intervalo "é manutenção", o autor pretende:

- A) indicar que o descanso é opcional.
- B) sugerir que o período deve ser usado para reparos em equipamentos.
- C) comparar o trabalhador a uma máquina defeituosa.
- D) deslocar o intervalo do campo do lazer para o da necessidade funcional.

738. Segundo o texto, a redução do intervalo entre jornadas manifesta-se:

- A) exclusivamente por meio de sintomas físicos visíveis.
- B) como lentidão de reação e pequenas falhas de atenção.
- C) imediatamente, como exaustão evidente.
- D) apenas após vários meses de exposição.

739. O contraste entre "em um escritório" e "sob uma carga suspensa" tem a finalidade de:

- A) comparar salários das duas atividades.
- B) criticar o trabalho administrativo.
- C) sugerir a transferência de trabalhadores entre setores.
- D) demonstrar que ambientes de risco ampliam as consequências de pequenas falhas.

740. A frase "Há coisas que não podem depender da disposição individual de cada um" justifica:

- A) a flexibilização das jornadas por acordo individual.
- B) o tratamento do intervalo como norma obrigatória.
- C) a eliminação da fiscalização do trabalho.
- D) a redução do intervalo em situações de urgência.

741. Entre as funções restauradas durante o intervalo, o texto cita:

- A) a ampliação da capacidade pulmonar.
- B) a consolidação da memória e a regulação hormonal.
- C) o aumento da massa muscular.
- D) a melhora da acuidade visual.

742. A intenção comunicativa do texto é:

- A) narrar um caso de acidente por fadiga.
- B) explicar e justificar a existência de uma exigência normativa.
- C) apresentar um estudo científico sobre o sono.
- D) criticar a duração das jornadas portuárias.

TEXTO 21

Certificado não é conhecimento

Existe uma diferença entre concluir um curso e dominar um assunto. O certificado registra a presença. O conhecimento se comprova no momento em que algo sai do previsto.

Em atividades de risco, essa distinção é decisiva. Um trabalhador pode ter assistido a todas as aulas sobre movimentação de cargas e ainda assim congelar diante de uma situação nova, porque memorizou procedimentos sem compreender a lógica que os sustenta.

Por isso, bons treinamentos insistem tanto na parte prática. Não porque a teoria seja dispensável, mas porque é na execução que se descobre o que ficou de fora. Errar em um exercício supervisionado custa constrangimento. Errar em operação custa muito mais.

A qualificação, afinal, não termina no dia da prova. Ela começa ali.

743. A ideia principal do texto é:

- A) que a qualificação real ultrapassa a obtenção do certificado e se comprova na prática.
- B) que a formação teórica é dispensável em atividades de risco.
- C) que os cursos de qualificação deveriam ser mais longos.
- D) que os certificados devem ser eliminados.

744. Segundo o texto, o certificado registra:

- A) a presença do participante.
- B) a experiência profissional acumulada.
- C) a aptidão física do trabalhador.
- D) o domínio completo do conteúdo.

745. A expressão "congelar diante de uma situação nova" refere-se ao trabalhador que:

- A) não compareceu às aulas teóricas.
- B) trabalha em ambientes de baixa temperatura.
- C) recusa-se a executar a tarefa.
- D) memorizou procedimentos sem compreender sua lógica.

746. Segundo o texto, a parte prática dos treinamentos é valorizada porque:

- A) substitui integralmente o conteúdo teórico.
- B) dispensa a avaliação final.
- C) reduz a duração total do curso.
- D) é na execução que se descobre o que ficou de fora.

747. O contraste entre "errar em um exercício supervisionado" e "errar em operação" enfatiza:

- A) a diferença de custo entre o erro controlado e o erro real.
- B) a semelhança entre as duas situações.
- C) a necessidade de punição ao erro.
- D) a inutilidade dos exercícios práticos.

748. A frase final, "A qualificação não termina no dia da prova. Ela começa ali", sugere que:

- A) a prova é o objetivo final da formação.
- B) a certificação é o ponto de partida de um processo contínuo.
- C) as provas deveriam ser realizadas ao final da carreira.
- D) o aprendizado se encerra com a certificação.

749. A intenção comunicativa do texto é:

- A) descrever a estrutura curricular de um treinamento.
- B) argumentar sobre o sentido da qualificação profissional.
- C) narrar a experiência de um aluno.
- D) divulgar cursos de formação portuária.

TEXTO 22

A máquina que parece simples

Poucos equipamentos são tão subestimados quanto a empilhadeira. À distância, parece um veículo pequeno e inofensivo, quase um carrinho. Essa impressão já custou muitos dedos, pés e vidas.

O problema começa pela distribuição de peso. Uma empilhadeira carregada tem seu centro de gravidade deslocado, e curvas feitas em velocidade que pareceriam seguras em um carro comum podem tombá-la. A carga elevada agrava o efeito, porque quanto mais alto o garfo, mais instável o conjunto.

Há ainda a visibilidade. Com carga à frente, o operador simplesmente não enxerga o caminho, e a solução correta nem sempre é intuitiva: em muitos casos, deve-se conduzir em marcha à ré.

E há o pedestre, que atravessa o pátio pensando que a empilhadeira vai parar. Ela pode até tentar. Massa e inércia, porém, não obedecem a boas intenções.

750. A ideia principal do texto é:

- A) que a empilhadeira deveria ser substituída por outros equipamentos.
- B) que os pedestres são os únicos responsáveis pelos acidentes no pátio.
- C) que a empilhadeira é um equipamento perigoso cuja aparência inofensiva induz a erro.
- D) que apenas operadores experientes sofrem acidentes.

751. Segundo o texto, a instabilidade da empilhadeira aumenta quando:

- A) a velocidade é reduzida.
- B) o garfo está mais elevado.
- C) o piso é irregular.
- D) o equipamento está descarregado.

752. A recomendação de conduzir em marcha à ré, mencionada no texto, é apresentada como:

- A) uma prática proibida pelas normas.
- B) uma alternativa que aumenta o risco de tombamento.
- C) uma solução correta, ainda que não intuitiva, quando a carga bloqueia a visão.
- D) uma exigência exclusiva de operações noturnas.

753. A frase "Massa e inércia, porém, não obedecem a boas intenções" significa que:

- A) os operadores agem de má-fé.
- B) leis físicas não podem ser contornadas pela vontade do operador.
- C) os pedestres devem confiar na perícia do operador.
- D) a empilhadeira possui sistema de frenagem automática.

754. A comparação inicial com "um carrinho" cumpre a função de:

- A) reproduzir a percepção equivocada que o texto pretende desconstruir.
- B) indicar o porte real do equipamento.
- C) descrever tecnicamente o equipamento.
- D) elogiar a facilidade de operação da empilhadeira.

755. Segundo o texto, curvas feitas em determinada velocidade podem tombar a empilhadeira porque:

- A) os pneus têm baixa aderência.
- B) o centro de gravidade está deslocado quando ela está carregada.
- C) o sistema de direção é frágil.
- D) o operador não utiliza cinto de segurança.

756. A intenção comunicativa do texto é:

- A) comparar modelos de empilhadeiras disponíveis no mercado.
- B) narrar um acidente ocorrido em um pátio portuário.
- C) apresentar as especificações técnicas do equipamento.
- D) alertar sobre riscos subestimados na operação de empilhadeiras.

TEXTO 23

Perto também é longe

Quando se fala em transporte marítimo, a imagem que costuma vir à cabeça é a de um navio atravessando oceanos. Existe, porém, uma navegação que não cruza fronteiras e movimenta um volume expressivo de carga: a cabotagem, feita entre portos do mesmo país.

O Brasil tem um litoral extenso, com portos distribuídos ao longo de milhares de quilômetros. Levar carga de um extremo a outro por via marítima costuma consumir menos combustível por tonelada transportada do que fazê-lo por rodovia.

A cabotagem também alivia estradas. Cada navio carregado equivale a centenas de caminhões que deixam de circular, com efeitos sobre congestionamento, manutenção de pavimento e emissão de poluentes.

O desafio está na integração. Um porto eficiente que não se conecta bem a ferrovias e rodovias transfere para terra o gargalo que resolveu no mar.

757. A ideia principal do texto é:

- A) que o transporte marítimo internacional é mais eficiente que a cabotagem.
- B) que a cabotagem deve substituir integralmente o transporte rodoviário.
- C) que o litoral brasileiro é pouco aproveitado para turismo.
- D) que a cabotagem é uma modalidade relevante, cujo aproveitamento depende de integração com outros modais.

758. Segundo o texto, a cabotagem é a navegação realizada:

- A) exclusivamente em rios e lagoas.
- B) entre portos do mesmo país.
- C) entre portos de países diferentes.
- D) apenas em águas internacionais.

759. Entre as vantagens da cabotagem citadas no texto está:

- A) a dispensa de operações de carga e descarga.
- B) a redução do tempo total de viagem em qualquer distância.
- C) o menor consumo de combustível por tonelada transportada em comparação à rodovia.
- D) a eliminação da necessidade de armazenagem.

760. A afirmação de que "cada navio carregado equivale a centenas de caminhões que deixam de circular" é utilizada para:

- A) justificar o aumento do número de navios.
- B) indicar a capacidade máxima das embarcações.
- C) criticar o transporte rodoviário de cargas.
- D) demonstrar efeitos positivos sobre congestionamento, pavimento e poluição.

761. A frase final, sobre transferir "para terra o gargalo que resolveu no mar", indica que:

- A) os gargalos logísticos são inevitáveis.
- B) o transporte terrestre deve ser eliminado.
- C) a eficiência portuária isolada não resolve o problema logístico sem integração modal.
- D) os portos brasileiros são ineficientes em todas as etapas.

762. O título "Perto também é longe" relaciona-se ao conteúdo do texto porque:

- A) indica que a cabotagem é mais lenta que a navegação internacional.
- B) remete às grandes distâncias percorridas dentro do próprio território nacional.
- C) sugere que distâncias curtas são mais caras.
- D) critica a extensão do litoral brasileiro.

763. A intenção comunicativa do texto é:

- A) promover uma empresa de navegação.
- B) informar sobre uma modalidade de transporte e discutir suas condições de aproveitamento.
- C) narrar a história da navegação brasileira.
- D) apresentar dados oficiais de movimentação portuária.

TEXTO 24

Onde o ar não entra

Há lugares no interior de um navio onde o ar não circula. Tanques, porões fechados, compartimentos de dupla estrutura. À primeira vista, são apenas espaços vazios e escuros. Na prática, podem estar cheios de algo que ninguém enxerga.

A ausência de oxigênio não produz cheiro nem aviso. Em concentrações reduzidas, o organismo perde a consciência em poucos segundos, sem passar pela sensação de sufocamento que costumamos associar à falta de ar. A pessoa simplesmente desmaia.

É por isso que existe uma regra que parece dura, mas salva vidas: quem está do lado de fora não entra para socorrer. Uma parcela expressiva das mortes nesses ambientes é de socorristas improvisados, colegas que desceram para ajudar e não voltaram.

O impulso de correr para salvar alguém é humano. Mas resgatar exige equipamento, não coragem.

764. A ideia principal do texto é:

- A) que o acesso a espaços confinados deveria ser proibido.
- B) que os navios possuem ventilação adequada em todos os compartimentos.
- C) que espaços confinados exigem procedimentos técnicos de resgate, sendo perigoso o socorro improvisado.
- D) que a falta de oxigênio provoca sensação intensa de sufocamento.

765. Segundo o texto, a ausência de oxigênio:

- A) causa sufocamento progressivo e perceptível.
- B) não produz cheiro nem aviso perceptível.
- C) é facilmente identificada pelo odor característico.
- D) provoca dor intensa antes do desmaio.

766. A regra segundo a qual "quem está do lado de fora não entra para socorrer" justifica-se porque:

- A) parte expressiva das mortes nesses ambientes é de colegas que entraram para ajudar.
- B) o resgate deve ser feito apenas por bombeiros militares.
- C) a legislação proíbe qualquer forma de resgate.
- D) o socorrista pode danificar equipamentos internos.

767. A frase "resgatar exige equipamento, não coragem" contrapõe:

- A) preparo técnico e impulso emocional.
- B) treinamento teórico e treinamento prático.
- C) experiência e juventude.
- D) trabalho individual e trabalho coletivo.

768. A expressão "podem estar cheios de algo que ninguém enxerga" refere-se:

- A) à escuridão dos compartimentos.
- B) a resíduos de carga acumulados.
- C) à presença de trabalhadores não autorizados.
- D) a atmosferas perigosas, como a deficiência de oxigênio.

769. O texto qualifica a regra de não entrar para socorrer como algo que "parece duro" porque:

- A) exige equipamentos de custo elevado.
- B) contraria o impulso humano natural de ajudar.
- C) é de difícil compreensão técnica.
- D) impõe sanções severas ao infrator.

770. A intenção comunicativa do texto é:

- A) descrever a estrutura interna das embarcações.
- B) conscientizar sobre riscos e sobre a conduta correta em espaços confinados.
- C) narrar um acidente ocorrido em um tanque de navio.
- D) apresentar a legislação aplicável ao trabalho a bordo.

TEXTO 25

Os primeiros minutos

Em uma emergência, o tempo se comporta de maneira estranha. Para quem assiste, tudo parece demorar. Para quem socorre, tudo acontece rápido demais. E, no meio disso, há um intervalo curto que costuma determinar o desfecho.

Não se trata de improvisar tratamento. Trata-se de fazer o essencial: acionar o socorro corretamente, informando local exato e natureza da ocorrência; impedir que o acidente se repita com outra pessoa; e não movimentar quem sofreu queda ou impacto, salvo risco iminente.

Parece pouco. Não é. Uma informação mal transmitida ao telefone pode enviar a ambulância para o portão errado de um terminal com quilômetros de extensão. Um curioso que se aproxima sem perceber a carga suspensa pode transformar uma vítima em duas.

Socorrer bem, na maior parte das vezes, é fazer poucas coisas com precisão.

771. A ideia principal do texto é:

- A) que o tempo de resposta das ambulâncias é sempre insuficiente.
- B) que apenas profissionais de saúde devem agir em emergências.
- C) que o atendimento inicial em emergências consiste em poucas ações executadas com precisão.
- D) que a vítima deve ser removida imediatamente do local.

772. Entre as condutas essenciais apresentadas no texto está:

- A) informar local exato e natureza da ocorrência ao acionar o socorro.
- B) administrar medicamentos disponíveis no local.
- C) transportar a vítima ao hospital mais próximo.
- D) aguardar em silêncio a chegada da equipe médica.

773. Segundo o texto, não se deve movimentar quem sofreu queda ou impacto, exceto:

- A) quando houver risco iminente.
- B) quando a vítima solicitar.
- C) em nenhuma hipótese.
- D) quando houver mais de um socorrista.

774. A observação sobre "o portão errado de um terminal com quilômetros de extensão" ilustra:

- A) a necessidade de sinalização viária no porto.
- B) a extensão média dos terminais brasileiros.
- C) a consequência concreta de uma informação mal transmitida.
- D) a dificuldade de acesso das ambulâncias a áreas portuárias.

775. A frase "pode transformar uma vítima em duas" alerta para:

- A) a possibilidade de erro no diagnóstico.
- B) o risco de novas vítimas quando a área não é isolada.
- C) a duplicidade de registros de acidente.
- D) a gravidade das lesões iniciais.

776. A afirmação inicial de que "o tempo se comporta de maneira estranha" refere-se:

- A) à imprecisão dos relógios em situações de estresse.
- B) à duração real do atendimento.
- C) à diferença de percepção temporal entre quem assiste e quem socorre.
- D) à demora habitual dos serviços de emergência.

777. A intenção comunicativa do texto é:

- A) orientar sobre condutas iniciais diante de uma emergência.
- B) criticar a estrutura de socorro dos portos.
- C) narrar um atendimento de emergência.
- D) apresentar protocolos médicos detalhados.

TEXTO 26

O porto antes das máquinas

Há fotografias antigas em que se vê o cais coberto de gente. Dezenas de homens carregando sacos nas costas, subindo pranchas estreitas, formando filas que iam do armazém ao navio. Cada saco pesava sessenta quilos. Cada homem carregava centenas deles por turno.

Não havia glamour naquilo. Havia hérnia, coluna destruída aos quarenta anos, acidentes frequentes e uma expectativa de vida que hoje pareceria inaceitável.

Quando os equipamentos chegaram, houve resistência, e ela não era irracional. Máquinas substituíam braços, e braços eram sustento. A transformação trouxe segurança, mas também deslocou pessoas de funções que sabiam fazer.

Olhar para trás com nostalgia é uma tentação compreensível. Convém lembrar, porém, que quem viveu aquele porto raramente sentiu saudade dele.

778. A ideia principal do texto é:

- A) que as fotografias antigas retratam com fidelidade a alegria do trabalho no cais.
- B) que a resistência às máquinas foi irracional.
- C) que o trabalho portuário antigo era mais digno que o atual.
- D) que a mecanização do porto trouxe ganhos de segurança, ainda que tenha deslocado trabalhadores.

779. Segundo o texto, a resistência à chegada dos equipamentos:

- A) partiu apenas dos empregadores.
- B) não era irracional, pois as máquinas ameaçavam o sustento dos trabalhadores.
- C) nunca chegou a ocorrer de fato.
- D) foi motivada por desconhecimento técnico.

780. As menções a "hérnia" e "coluna destruída aos quarenta anos" cumprem a função de:

- A) descrever doenças ocupacionais atuais.
- B) apresentar estatísticas de saúde do trabalhador.
- C) desfazer eventual idealização do trabalho portuário do passado.
- D) justificar o afastamento precoce dos trabalhadores.

781. A frase final sugere que:

- A) os trabalhadores antigos desejavam retornar àquela rotina.
- B) as fotografias antigas devem ser preservadas.
- C) a nostalgia costuma ser sentida por quem não viveu a experiência retratada.
- D) o porto atual é pior que o anterior.

782. A expressão "Não havia glamour naquilo" indica que o autor pretende:

- A) elogiar a estética das fotografias.
- B) comparar o porto brasileiro a portos estrangeiros.
- C) contrapor-se a uma visão romantizada do passado.
- D) descrever o vestuário dos trabalhadores.

783. Segundo o texto, a transformação tecnológica produziu efeitos:

- A) ambivalentes, com ganhos de segurança e deslocamento de trabalhadores.
- B) exclusivamente positivos.
- C) exclusivamente negativos.
- D) irrelevantes para a rotina do cais.

784. A intenção comunicativa do texto é:

- A) narrar a biografia de um estivador.
- B) defender o retorno ao trabalho manual.
- C) documentar tecnicamente equipamentos antigos.
- D) refletir criticamente sobre a modernização portuária, evitando idealizações.

TEXTO 27

Duas leituras da automação

Há duas maneiras honestas de olhar para a automação portuária, e ambas encontram argumentos sólidos.

A primeira enxerga ganho. Terminais automatizados operam com maior previsibilidade, reduzem a exposição de pessoas a áreas de risco e mantêm ritmo constante independentemente de turno, clima ou fadiga. Onde havia trabalhador sob carga suspensa, passa a haver sensor e comando remoto.

A segunda enxerga custo. Automatizar não elimina apenas tarefas perigosas; elimina postos de trabalho inteiros, muitos deles ocupados por pessoas com décadas de experiência e pouca possibilidade de recolocação. O ganho de segurança é real, mas não se distribui igualmente entre quem investe e quem

trabalha.

O erro, provavelmente, está em tratar as duas leituras como excludentes. A pergunta relevante não é se a automação deve avançar, porque ela já avança. É quem arca com os custos dessa transição e o que se oferece a quem fica pelo caminho.

785. A ideia principal do texto é:

- A) que a automação traz apenas benefícios.
- B) que a automação portuária deve ser interrompida.
- C) que a discussão relevante sobre a automação é a distribuição de seus custos e benefícios.
- D) que a experiência dos trabalhadores antigos é dispensável.

786. Segundo a primeira leitura apresentada, a automação:

- A) mantém ritmo constante independentemente de turno, clima ou fadiga.
- B) depende diretamente das condições climáticas.
- C) aumenta a exposição de trabalhadores a áreas de risco.
- D) reduz a previsibilidade das operações.

787. Segundo a segunda leitura apresentada, o principal problema da automação é:

- A) a redução da produtividade dos terminais.
- B) o aumento dos acidentes de trabalho.
- C) a elevação do custo operacional.
- D) a eliminação de postos de trabalho ocupados por pessoas com difícil recolocação.

788. A afirmação de que o ganho de segurança "não se distribui igualmente entre quem investe e quem trabalha" indica:

- A) que a segurança não melhorou de fato.
- B) que os trabalhadores rejeitam as novas tecnologias.
- C) uma desigualdade na repartição dos resultados da automação.
- D) que os investidores assumem todos os riscos.

789. Ao afirmar que "ambas encontram argumentos sólidos", o autor demonstra:

- A) preferência explícita pela segunda leitura.
- B) reconhecimento da legitimidade das duas perspectivas.
- C) indecisão sobre o tema.
- D) desconhecimento técnico do assunto.

790. A pergunta considerada relevante pelo autor é:

- A) quem arca com os custos da transição e o que se oferece a quem fica pelo caminho.
- B) se a automação deve ou não avançar.
- C) qual tecnologia é mais eficiente.
- D) quanto custa automatizar um terminal.

791. A estrutura do texto caracteriza-se por:

- A) descrever equipamentos automatizados.
- B) defender uma única tese desde o início.
- C) apresentar duas perspectivas opostas e propor um deslocamento da questão.
- D) narrar cronologicamente a automação dos portos.

792. A intenção comunicativa do texto é:

- A) promover tecnologias de automação portuária.
- B) apresentar dados estatísticos sobre desemprego.
- C) narrar a implantação de um terminal automatizado.
- D) provocar reflexão equilibrada sobre um processo em curso.

TEXTO 28

COMUNICADO INTERNO Nº 14

Assunto: alteração no fluxo de acesso de veículos ao Pátio 3

Informamos que, a partir da próxima segunda-feira, o acesso de veículos ao Pátio 3 passará a ser realizado exclusivamente pelo Portão B.

A medida decorre das obras de recuperação do pavimento no trecho de acesso ao Portão A, que permanecerá interditado para veículos durante todo o período das obras. O acesso de pedestres pelo Portão A segue mantido.

Solicitamos aos responsáveis por equipes que comuniquem a alteração aos trabalhadores escalados e que considerem o acréscimo médio de dez minutos no tempo de deslocamento até o pátio.

Dúvidas sobre a nova rota devem ser encaminhadas à Coordenação de Operações.

Agradecemos a compreensão.

793. A finalidade principal do comunicado é:

- A) justificar um atraso nas operações do pátio.
- B) advertir os trabalhadores sobre descumprimento de regras.
- C) informar uma alteração operacional e orientar os destinatários quanto a ela.
- D) solicitar autorização para a realização de obras.

794. Segundo o comunicado, o Portão A:

- A) será utilizado exclusivamente por veículos de carga.
- B) passará a ser o único acesso ao Pátio 3.
- C) permanecerá interditado para veículos, mantendo-se o acesso de pedestres.
- D) será desativado definitivamente.

795. A alteração decorre:

- A) de obras de recuperação do pavimento no trecho de acesso ao Portão A.
- B) de determinação da autoridade portuária.
- C) do aumento do fluxo de veículos no período de safra.
- D) de uma solicitação dos responsáveis por equipes.

796. Aos responsáveis por equipes, o comunicado solicita que:

- A) redirecionem os veículos ao Portão A.
- B) encaminhem sugestões de rotas alternativas.
- C) suspendam as atividades no Pátio 3.
- D) comuniquem a alteração aos trabalhadores escalados.

797. O acréscimo de dez minutos mencionado no texto refere-se:

- A) ao tempo previsto para conclusão das obras.
- B) ao tempo de deslocamento até o pátio.
- C) à duração da jornada de trabalho.
- D) ao intervalo entre jornadas.

798. A linguagem empregada no comunicado caracteriza-se por ser:

- A) literária e metafórica.
- B) formal, objetiva e impessoal.
- C) informal e coloquial.
- D) técnica e cheia de jargões operacionais.

799. As dúvidas sobre a nova rota devem ser encaminhadas:

- A) aos responsáveis por equipes.
- B) à Coordenação de Operações.
- C) à empresa responsável pelas obras.
- D) ao Portão B.

800. O gênero textual do Texto 28 é:

- A) crônica.
- B) comunicado institucional.
- C) artigo de opinião.
- D) notícia jornalística.

GABARITO COMENTADO — QUESTÕES 701 A 800

701. C — Tese central: percepção da anormalidade depende do conhecimento da rotina.
702. D — Reformulação direta da frase citada.
703. D — Os exemplos concretizam a tese do parágrafo anterior.
704. A — O autor apresenta a visão comum ("costuma ser vista") para contestá-la em seguida.
705. D — Informação literal do último parágrafo.
706. A — Finalidade de valorização e esclarecimento.
707. A — Detalhe concreto de apoio; as demais enunciam a tese.
708. D — Tese central do texto.
709. C — Informação literal do primeiro parágrafo.
710. A — Os exemplos são de natureza estrutural, não física.
711. C — A frase desqualifica o argumento da força física.
712. B — Metáfora do projeto incompleto: concepção que considerou apenas parte dos trabalhadores.
713. D — "Não foi favor" opõe justiça a benevolência.
714. D — Texto argumentativo que contesta uma justificativa tradicional.
715. C — Tese central: progressiva, silenciosa e irreversível.
716. D — Informação literal do primeiro parágrafo.
717. D — A crueldade está na ausência de sinais de alerta.
718. C — São sinais precoces atribuídos a cansaço ou idade.
719. B — Ênfase na irreversibilidade do dano.
720. B — Recurso de correção retórica que intensifica a afirmação.
721. B — Finalidade de alerta e persuasão.
722. A — Tese central do texto.
723. D — Informação literal do segundo parágrafo.
724. C — Definição literal do paradoxo no primeiro parágrafo.
725. B — Informação literal do segundo parágrafo.
726. B — Informação literal do terceiro parágrafo.
727. C — "não é uma preocupação externa ao trabalho portuário. É parte dele."
728. C — Finalidade informativa e sensibilizadora.
729. B — Tese central, explicitada na frase final.
730. B — A naturalidade da rotina prepara a virada narrativa.
731. D — Parágrafo curto e isolado marca a ruptura.
732. B — Informação literal do quarto parágrafo.
733. C — Generalização reflexiva a partir do caso narrado.
734. B — Diálogo com a ideia de que alturas modestas produzem lesões reais.
735. B — Narrativa a serviço da reflexão.
736. D — Tese central: exigência fisiológica com impacto em segurança.
737. D — "Manutenção" desloca o intervalo do lazer para a necessidade funcional.
738. B — Informação literal do terceiro parágrafo.
739. D — O contraste evidencia a ampliação das consequências em ambiente de risco.
740. B — Justifica o caráter normativo, e não facultativo.
741. B — Informação literal do segundo parágrafo.
742. B — Finalidade explicativa e justificadora.
743. A — Tese central do texto.
744. A — Informação literal do primeiro parágrafo.
745. D — Explicitado no segundo parágrafo.
746. D — Informação literal do terceiro parágrafo.
747. A — Contraste entre custo do erro controlado e do erro real.
748. B — Inversão que apresenta a certificação como ponto de partida.
749. B — Texto argumentativo sobre o sentido da qualificação.

750. C — Tese central do texto.
751. B — Informação literal do segundo parágrafo.
752. C — Apresentada como correta e não intuitiva.
753. B — Leis físicas independem da intenção do operador.
754. A — Reproduz a percepção equivocada que o texto desconstrói.
755. B — Informação literal do segundo parágrafo.
756. D — Finalidade de alerta.
757. D — Tese central: relevância condicionada à integração modal.
758. B — Definição literal do primeiro parágrafo.
759. C — Informação literal do segundo parágrafo.
760. D — A equivalência serve para demonstrar os efeitos citados.
761. C — A metáfora do gargalo transferido aponta a necessidade de integração.
762. B — O título remete às grandes distâncias internas do país.
763. B — Finalidade informativa com discussão de condições.
764. C — Tese central do texto.
765. B — Informação literal do segundo parágrafo.
766. A — Informação literal do terceiro parágrafo.
767. A — Contraposição entre preparo técnico e impulso emocional.
768. D — Referência a atmosferas perigosas, tema do parágrafo seguinte.
769. B — A dureza está no conflito com o impulso humano.
770. B — Finalidade de conscientização.
771. C — Tese central, sintetizada na frase final.
772. A — Informação literal do segundo parágrafo.
773. A — Informação literal do segundo parágrafo.
774. C — Exemplo concreto da consequência de informação imprecisa.
775. B — Alerta sobre a produção de novas vítimas.
776. C — Explicitado no primeiro parágrafo.
777. A — Finalidade orientadora.
778. D — Tese central do texto.
779. B — Informação literal do terceiro parágrafo.
780. C — Servem para desfazer a idealização do passado.
781. C — A nostalgia é de quem não viveu a experiência.
782. C — Contrapõe-se à visão romantizada.
783. A — O texto reconhece ganhos e perdas.
784. D — Finalidade reflexiva e crítica.
785. C — Tese central, explicitada no último parágrafo.
786. A — Informação literal do segundo parágrafo.
787. D — Informação literal do terceiro parágrafo.
788. C — Aponta desigualdade na repartição dos resultados.
789. B — Reconhecimento da legitimidade de ambas as perspectivas.
790. A — Informação literal do último parágrafo.
791. C — Estrutura de contraposição seguida de deslocamento da questão.
792. D — Finalidade reflexiva e equilibrada.
793. C — Finalidade típica do gênero comunicado.
794. C — Informação literal do segundo parágrafo.
795. A — Informação literal do segundo parágrafo.
796. D — Informação literal do terceiro parágrafo.
797. B — Informação literal do terceiro parágrafo.
798. B — Traços do registro formal institucional.
799. B — Informação literal do quarto parágrafo.
800. B — Estrutura, assunto, destinatário e finalidade caracterizam o comunicado institucional.

Matemática e Raciocínio Lógico

Questões 801 a 1000

Programa do Anexo VIII do edital. Enunciados contextualizados no ambiente portuário.

Todos os gabaritos foram calculados e conferidos computacionalmente.

801. O máximo divisor comum (MDC) entre 48 e 54 é:

- A) 6
- B) 12
- C) 48
- D) 432

802. A fração $\frac{1}{4}$ corresponde ao número decimal:

- A) 0,2
- B) 0,75
- C) 0,6
- D) 0,25

803. Em um terminal, 335 contêineres estavam no pátio. Chegaram 526 e saíram 307. Quantos contêineres restaram no pátio?

- A) 116
- B) 498
- C) 554
- D) 1.168

804. Uma equipe de 12 trabalhadores realiza a descarga de um navio em 20 dias. Mantidas as mesmas condições, em quantos dias 5 trabalhadores realizariam o mesmo serviço?

- A) 25
- B) 27
- C) 48
- D) 100

805. Determine o valor de x na proporção $\frac{2}{7} = \frac{x}{42}$.

- A) 8
- B) 12
- C) 14
- D) 21

806. O máximo divisor comum (MDC) entre 12 e 80 é:

- A) 4
- B) 8
- C) 12
- D) 240

807. O valor da expressão $6 \times (8 + 6)$ é:

- A) 54
- B) 84
- C) 85
- D) 288

808. Observe a sequência: 2, 3, 5, 7, 11, ... O próximo termo é:

- A) 12
- B) 13
- C) 15
- D) 14

809. Uma carga de 1.800 toneladas será distribuída entre dois porões em partes diretamente proporcionais a 4 e 5. Quantas toneladas ficarão no porão cuja parte é proporcional a 4?

- A) 800

- B) 801
- C) 900
- D) 1.000

810. De um total de 800 trabalhadores escalados no mes, 80 participaram de treinamento de segurança. Esse número corresponde a que percentual do total?

- A) 10%
- B) 11%
- C) 80%
- D) 90%

811. De um total de 250 trabalhadores escalados no mes, 62 participaram de treinamento de segurança. Esse número corresponde a que percentual do total?

- A) 24%
- B) 29%
- C) 62%
- D) 76%

812. Em uma equipe portuaria, a razão entre o número de estivadores e o de conferentes é de 5 para 9. Se há 50 estivadores, quantos conferentes há na equipe?

- A) 54
- B) 59
- C) 90
- D) 450

813. Um prêmio de produtividade de R\$ 1.440,00 será dividido entre três trabalhadores em partes diretamente proporcionais a 2, 2 e 4. Quanto receberá o trabalhador cuja parte é proporcional a 4?

- A) R\$ 360,00
- B) R\$ 480,00
- C) R\$ 720,00
- D) R\$ 721

814. Um guindaste movimenta 20 contêineres em 3 horas de operação, mantendo ritmo constante. Nesse mesmo ritmo, quantos contêineres ele movimentará em 6 horas?

- A) 10
- B) 26
- C) 40
- D) 360

815. Dois guindastes iniciam a operação no mesmo instante. O primeiro completa um ciclo a cada 12 minutos e o segundo a cada 18 minutos. Depois de quantos minutos eles voltaram a completar um ciclo simultaneamente?

- A) 6
- B) 30
- C) 36
- D) 216

816. O valor da expressão numerica $4 + 9 \times 9 - 8$ é:

- A) 13
- B) 77
- C) 93
- D) 109

817. De um total de 400 trabalhadores escalados no mes, 40 participaram de treinamento de segurança. Esse número corresponde a que percentual do total?

- A) 10%
- B) 11%
- C) 40%
- D) 90%

818. O resultado da multiplicação $2/7 \times 2/5$ é:

- A) 5/7
- B) 4/12
- C) 4/35
- D) 10/14

819. O mínimo múltiplo comum (MMC) entre 9 e 15 é:

- A) 3
- B) 24
- C) 45
- D) 135

820. Um guindaste movimenta 8 contêineres em 3 horas de operação, mantendo ritmo constante. Nesse mesmo ritmo, quantos contêineres ele movimentará em 6 horas?

- A) 4
- B) 14
- C) 16
- D) 144

821. O máximo divisor comum (MDC) entre 40 e 20 é:

- A) 20
- B) 21
- C) 22
- D) 40

822. Um armazém portuário recebeu 889 sacas pela manhã e 720 sacas à tarde. Ao final do dia, 501 sacas foram embarcadas. Quantas sacas permaneceram no armazém?

- A) 332
- B) 670
- C) 1.108
- D) 2.110

823. Uma carga de 900 toneladas será distribuída entre dois porões em partes diretamente proporcionais a 4 e 5. Quantas toneladas ficarão no porão cuja parte é proporcional a 4?

- A) 400
- B) 401
- C) 450
- D) 500

824. A fração $\frac{3}{5}$ corresponde ao número decimal:

- A) 0,5
- B) 0,25
- C) 0,4
- D) 0,6

825. A decomposição de 90 em fatores primos é:

- A) $2^2 \times 3 \times 5$
- B) $2^3 \times 3^2$
- C) $2 \times 3^2 \times 5$
- D) $2^2 \times 3 \times 7$

826. O mínimo múltiplo comum (MMC) entre 6 e 15 é:

- A) 3
- B) 21
- C) 30
- D) 90

827. O máximo divisor comum (MDC) entre 36 e 64 é:

- A) 4
- B) 8
- C) 36
- D) 576

828. O mínimo múltiplo comum (MMC) entre 15 e 17 é:

- A) 1
- B) 32
- C) 255
- D) 270

829. Uma carga de 1.800 toneladas será distribuída entre dois porões em partes diretamente proporcionais a 4 e 5. Quantas toneladas ficarão no porão cuja parte é proporcional a 4?

- A) 800
- B) 801
- C) 900
- D) 1.000

830. O resultado da adição $27,63 + 18,21$ é:

- A) 9,42
- B) 29,45
- C) 45,84
- D) 503,14

831. Em uma equipe portuária, a razão entre o número de estivadores e o de conferentes é de 6 para 8. Se há 36 estivadores, quantos conferentes há na equipe?

- A) 27
- B) 38
- C) 48
- D) 288

832. O resultado da multiplicação $\frac{3}{7} \times \frac{1}{7}$ é:

- A) $\frac{4}{14}$
- B) $\frac{3}{1}$
- C) $\frac{3}{49}$
- D) $\frac{21}{7}$

833. O máximo divisor comum (MDC) entre 12 e 54 é:

- A) 6
- B) 7
- C) 12
- D) 108

834. O resultado da multiplicação $\frac{6}{7} \times \frac{3}{4}$ é:

- A) $\frac{9}{11}$
- B) $\frac{9}{14}$
- C) $\frac{24}{21}$
- D) $\frac{8}{7}$

835. A fração $\frac{12}{18}$, na sua forma irredutível, é:

- A) $\frac{6}{9}$
- B) $\frac{6}{12}$
- C) $\frac{2}{3}$
- D) $\frac{3}{2}$

836. Um prêmio de produtividade de R\$ 2.400,00 será dividido entre três trabalhadores em partes diretamente proporcionais a 2, 3 e 5. Quanto receberá o trabalhador cuja parte é proporcional a 5?

- A) R\$ 480,00
- B) R\$ 720,00
- C) R\$ 800,00
- D) R\$ 1.200,00

837. Assinale a alternativa que apresenta um número divisível por 2.

- A) 1.482
- B) 1.483
- C) 1.485

D) 1.489

838. Uma equipe de 10 trabalhadores realiza a descarga de um navio em 18 dias. Mantidas as mesmas condições, em quantos dias 5 trabalhadores realizariam o mesmo serviço?

- A) 9
- B) 23
- C) 36
- D) 90

839. De um total de 200 trabalhadores escalados no mes, 50 participaram de treinamento de segurança. Esse número corresponde a que percentual do total?

- A) 4%
- B) 25%
- C) 50%
- D) 75%

840. Observe a sequência: 5, 15, 45, 135, 405, ... O próximo termo é:

- A) 408
- B) 540
- C) 1.215
- D) 3.645

841. Observe a sequência de letras: C, E, G, I, ... A próxima letra é:

- A) M
- B) J
- C) K
- D) L

842. O mínimo múltiplo comum (MMC) entre 24 e 9 é:

- A) 3
- B) 33
- C) 72
- D) 216

843. Observe a sequência: SEGUNDA, QUARTA, SEXTA, ... O próximo termo é:

- A) SABADO
- B) QUINTA
- C) DOMINGO
- D) TERCA

844. Em um terminal, 75% dos 500 contêineres movimentados no dia eram refrigerados. Quantos contêineres refrigerados foram movimentados?

- A) 125
- B) 375
- C) 450
- D) 37.500

845. O resultado da multiplicação $\frac{1}{2} \times \frac{1}{3}$ é:

- A) $\frac{2}{6}$
- B) $\frac{2}{5}$
- C) $\frac{1}{6}$
- D) $\frac{3}{2}$

846. Em uma equipe portuaria, a razão entre o número de estivadores e o de conferentes é de 3 para 4. Se há 24 estivadores, quantos conferentes há na equipe?

- A) 18
- B) 25
- C) 32
- D) 96

847. O valor da expressão numérica $8 + 8 \times 9 - 5$ é:

- A) 40

- B) 75
- C) 85
- D) 139

848. O máximo divisor comum (MDC) entre 72 e 90 é:

- A) 18
- B) 36
- C) 72
- D) 360

849. Dois guindastes iniciam a operação no mesmo instante. O primeiro completa um ciclo a cada 12 minutos e o segundo a cada 15 minutos. Depois de quantos minutos eles voltarão a completar um ciclo simultaneamente?

- A) 3
- B) 27
- C) 60
- D) 180

850. Observe a sequência de letras: A, D, G, J, ... A próxima letra é:

- A) N
- B) P
- C) L
- D) M

851. Observe a sequência de letras: F, I, L, O, ... A próxima letra é:

- A) S
- B) R
- C) U
- D) Q

852. A fração $18/30$, na sua forma irredutível, é:

- A) $3/5$
- B) $5/3$
- C) $12/24$
- D) $9/15$

853. Um trabalhador recebia R\$ 1.500,00 por um período de serviço e teve esse valor aumentado em 10%. Qual o novo valor?

- A) R\$ 150,00
- B) R\$ 1.350,00
- C) R\$ 1.510,00
- D) R\$ 1.650,00

854. Um prêmio de produtividade de R\$ 2.400,00 será dividido entre três trabalhadores em partes diretamente proporcionais a 1, 3 e 4. Quanto receberá o trabalhador cuja parte é proporcional a 4?

- A) R\$ 300,00
- B) R\$ 800,00
- C) R\$ 900,00
- D) R\$ 1.200,00

855. Em um terminal, 75% dos 500 contêineres movimentados no dia eram refrigerados. Quantos contêineres refrigerados foram movimentados?

- A) 125
- B) 375
- C) 450
- D) 37.500

856. Em um terminal, 5% dos 200 contêineres movimentados no dia eram refrigerados. Quantos contêineres refrigerados foram movimentados?

- A) 10
- B) 40

- C) 190
- D) 1.000

857. O resultado da multiplicação $8,50 \times 6$ é:

- A) 1,42
- B) 5,10
- C) 14,50
- D) 51

858. O resultado da adição $66,75 + 40,24$ é:

- A) 26,51
- B) 70,77
- C) 106,99
- D) 2.686,02

859. Um trabalhador recebia R\$ 2.400,00 por um período de serviço e teve esse valor aumentado em 20%. Qual o novo valor?

- A) R\$ 480,00
- B) R\$ 1.920,00
- C) R\$ 2.420,00
- D) R\$ 2.880,00

860. Observe a sequência: 5, 11, 17, 23, 29, ... O próximo termo é:

- A) 34
- B) 35
- C) 36
- D) 41

861. Em um terminal, 706 contêineres estavam no pátio. Chegaram 680 e saíram 798. Quantos contêineres restaram no pátio?

- A) 588
- B) 772
- C) 824
- D) 2.184

862. O valor da expressão $9 \times (8 + 6)$ é:

- A) 57
- B) 78
- C) 126
- D) 432

863. Um trabalhador recebia R\$ 2.000,00 por um período de serviço e teve esse valor aumentado em 15%. Qual o novo valor?

- A) R\$ 300,00
- B) R\$ 1.700,00
- C) R\$ 2.015,00
- D) R\$ 2.300,00

864. Uma equipe de 8 trabalhadores realiza a descarga de um navio em 18 dias. Mantidas as mesmas condições, em quantos dias 6 trabalhadores realizariam o mesmo serviço?

- A) 20
- B) 24
- C) 25
- D) 108

865. O máximo divisor comum (MDC) entre 40 e 16 é:

- A) 8
- B) 9
- C) 16
- D) 80

- 866.** Um caminhão que faz o transporte interno no porto percorre 180 km consumindo 10 litros de combustível. Mantido o mesmo consumo médio, quantos litros serão necessários para percorrer 360 km?
- A) 5
 - B) 20
 - C) 36
 - D) 190
- 867.** O resultado da multiplicação $26,60 \times 5$ é:
- A) 5,32
 - B) 13,30
 - C) 31,60
 - D) 133
- 868.** A fração $21/28$, na sua forma irredutível, é:
- A) $14/21$
 - B) $3/4$
 - C) $10/14$
 - D) $4/3$
- 869.** Em um terminal, 40% dos 400 contêineres movimentados no dia eram refrigerados. Quantos contêineres refrigerados foram movimentados?
- A) 10
 - B) 160
 - C) 240
 - D) 16.000
- 870.** Um trabalhador recebia R\$ 1.500,00 por um período de serviço e teve esse valor aumentado em 20%. Qual o novo valor?
- A) R\$ 300,00
 - B) R\$ 1.200,00
 - C) R\$ 1.520,00
 - D) R\$ 1.800,00
- 871.** O resultado da multiplicação $3/5 \times 4/5$ é:
- A) $12/25$
 - B) $3/4$
 - C) $15/20$
 - D) $7/10$
- 872.** O resultado da adição $4/5 + 3/5$ é:
- A) $7/5$
 - B) $1/5$
 - C) $7/10$
 - D) $12/25$
- 873.** A fração $3/4$ corresponde ao número decimal:
- A) 0,75
 - B) 0,4
 - C) 0,5
 - D) 0,25
- 874.** A fração $24/36$, na sua forma irredutível, é:
- A) $12/18$
 - B) $2/3$
 - C) $12/24$
 - D) $3/2$
- 875.** O resultado da adição $1/5 + 3/5$ é:
- A) $3/25$
 - B) $4/5$
 - C) $4/10$

D) $-2/5$

876. Observe a sequência: 1, 1, 2, 3, 5, 8, ... O próximo termo é:

- A) 11
- B) 16
- C) 13
- D) 12

877. Uma equipe de 8 trabalhadores realiza a descarga de um navio em 12 dias. Mantidas as mesmas condições, em quantos dias 6 trabalhadores realizariam o mesmo serviço?

- A) 9
- B) 14
- C) 16
- D) 72

878. Dois guindastes iniciam a operação no mesmo instante. O primeiro completa um ciclo a cada 12 minutos e o segundo a cada 14 minutos. Depois de quantos minutos eles voltaram a completar um ciclo simultaneamente?

- A) 2
- B) 26
- C) 84
- D) 168

879. Observe a sequência: 5, 13, 21, 29, 37, ... O próximo termo é:

- A) 44
- B) 45
- C) 46
- D) 53

880. De um lote de 240 contêineres, $4/6$ já foram embarcados. Quantos contêineres foram embarcados?

- A) 40
- B) 80
- C) 160
- D) 960

881. A decomposição de 60 em fatores primos é:

- A) $2^2 \times 3 \times 5$
- B) $2^2 \times 3^2 \times 5$
- C) $2^2 \times 5^2$
- D) $2^3 \times 3^2$

882. Um armazém portuário recebeu 241 sacas pela manhã e 447 sacas à tarde. Ao final do dia, 564 sacas foram embarcadas. Quantas sacas permaneceram no armazém?

- A) 124
- B) 358
- C) 770
- D) 1.252

883. Observe a sequência: 5, 9, 13, 17, 21, ... O próximo termo é:

- A) 24
- B) 25
- C) 26
- D) 29

884. Um caminhão que faz o transporte interno no porto percorre 360 km consumindo 10 litros de combustível. Mantido o mesmo consumo médio, quantos litros serão necessários para percorrer 720 km?

- A) 5
- B) 20
- C) 72
- D) 370

- 885.** Um guindaste movimenta 8 contêineres em 2 horas de operação, mantendo ritmo constante. Nesse mesmo ritmo, quantos contêineres ele movimentará em 9 horas?
- A) 10
 - B) 17
 - C) 36
 - D) 144
- 886.** Determine o valor de x na proporção $3/8 = x/120$.
- A) 18
 - B) 24
 - C) 40
 - D) 45
- 887.** Em uma equipe portuária, a razão entre o número de estivadores e o de conferentes é de 5 para 7. Se há 30 estivadores, quantos conferentes há na equipe?
- A) 32
 - B) 37
 - C) 42
 - D) 210
- 888.** De um total de 250 trabalhadores escalados no mes, 125 participaram de treinamento de segurança. Esse número corresponde a que percentual do total?
- A) 2%
 - B) 50%
 - C) 51%
 - D) 125%
- 889.** A decomposição de 72 em fatores primos é:
- A) $2^2 \times 3 \times 5$
 - B) $2^3 \times 3^2$
 - C) $2^2 \times 3^2 \times 5$
 - D) $2^2 \times 5^2$
- 890.** Determine o valor de x na proporção $2/7 = x/84$.
- A) 14
 - B) 24
 - C) 25
 - D) 42
- 891.** Um guindaste movimenta 20 contêineres em 4 horas de operação, mantendo ritmo constante. Nesse mesmo ritmo, quantos contêineres ele movimentará em 6 horas?
- A) 24
 - B) 26
 - C) 30
 - D) 480
- 892.** O resultado da adição $49,95 + 19,66$ é:
- A) 30,29
 - B) 51,92
 - C) 69,61
 - D) 982,02
- 893.** De um lote de 300 contêineres, $2/3$ já foram embarcados. Quantos contêineres foram embarcados?
- A) 100
 - B) 200
 - C) 201
 - D) 600
- 894.** Assinale a alternativa que apresenta um número divisível por 10.
- A) 8.310
 - B) 8.311

- C) 8.313
- D) 8.317

895. Observe a sequência: 4, 15, 26, 37, 48, ... O próximo termo é:

- A) 58
- B) 59
- C) 60
- D) 70

896. A fração $\frac{1}{5}$ corresponde ao número decimal:

- A) 0,4
- B) 0,75
- C) 0,2
- D) 0,6

897. De um total de 200 trabalhadores escalados no mês, 20 participaram de treinamento de segurança. Esse número corresponde a que percentual do total?

- A) 10%
- B) 11%
- C) 20%
- D) 90%

898. Dois guindastes iniciam a operação no mesmo instante. O primeiro completa um ciclo a cada 8 minutos e o segundo a cada 15 minutos. Depois de quantos minutos eles voltarão a completar um ciclo simultaneamente?

- A) 1
- B) 23
- C) 120
- D) 135

899. A fração $\frac{40}{60}$, na sua forma irredutível, é:

- A) $\frac{3}{2}$
- B) $\frac{2}{3}$
- C) $\frac{20}{40}$
- D) $\frac{20}{30}$

900. O mínimo múltiplo comum (MMC) entre 8 e 20 é:

- A) 4
- B) 28
- C) 40
- D) 160

901. Um caminhão que faz o transporte interno no porto percorre 360 km consumindo 20 litros de combustível. Mantido o mesmo consumo médio, quantos litros serão necessários para percorrer 720 km?

- A) 10
- B) 36
- C) 40
- D) 380

902. Um trabalhador recebia R\$ 2.000,00 por um período de serviço e teve esse valor aumentado em 30%. Qual o novo valor?

- A) R\$ 600,00
- B) R\$ 1.400,00
- C) R\$ 2.030,00
- D) R\$ 2.600,00

903. O resultado da adição $\frac{1}{8} + \frac{5}{6}$ é:

- A) $\frac{5}{48}$
- B) $\frac{6}{14}$
- C) $\frac{23}{24}$
- D) $-\frac{17}{24}$

904. Dois guindastes iniciam a operação no mesmo instante. O primeiro completa um ciclo a cada 8 minutos e o segundo a cada 12 minutos. Depois de quantos minutos eles voltarão a completar um ciclo simultaneamente?

- A) 4
- B) 20
- C) 24
- D) 96

905. O valor da expressão $3 \times (8 + 6)$ é:

- A) 30
- B) 42
- C) 51
- D) 144

906. O resultado da adição $3/5 + 3/4$ é:

- A) $27/20$
- B) $-3/20$
- C) $9/20$
- D) $6/9$

907. O resultado da adição $14,06 + 24,27$ é:

- A) -10,21
- B) 341,24
- C) 38,33
- D) 16,49

908. Um caminhão que faz o transporte interno no porto percorre 180 km consumindo 10 litros de combustível. Mantido o mesmo consumo médio, quantos litros serão necessários para percorrer 270 km?

- A) 15
- B) 16
- C) 27
- D) 100

909. Um guindaste movimenta 12 contêineres em 4 horas de operação, mantendo ritmo constante. Nesse mesmo ritmo, quantos contêineres ele movimentará em 6 horas?

- A) 8
- B) 18
- C) 19
- D) 288

910. Em um terminal, 15% dos 1.200 contêineres movimentados no dia eram refrigerados. Quantos contêineres refrigerados foram movimentados?

- A) 80
- B) 180
- C) 1.020
- D) 18.000

911. Uma carga de 1.760 toneladas será distribuída entre dois porões em partes diretamente proporcionais a 5 e 6. Quantas toneladas ficarão no porão cuja parte é proporcional a 5?

- A) 800
- B) 801
- C) 880
- D) 960

912. Um prêmio de produtividade de R\$ 960,00 será dividido entre três trabalhadores em partes diretamente proporcionais a 2, 2 e 4. Quanto receberá o trabalhador cuja parte é proporcional a 4?

- A) R\$ 240,00
- B) R\$ 320,00
- C) R\$ 480,00
- D) R\$ 481

913. Observe a sequência: 3, 6, 12, 24, 48, ... O próximo termo é:

- A) 50
- B) 72
- C) 96
- D) 192

914. Um trabalhador recebia R\$ 1.500,00 por um período de serviço e teve esse valor aumentado em 25%. Qual o novo valor?

- A) R\$ 375,00
- B) R\$ 1.125,00
- C) R\$ 1.525,00
- D) R\$ 1.875,00

915. A decomposição de 180 em fatores primos é:

- A) $2^2 \times 3 \times 5$
- B) $2^2 \times 3^2 \times 5$
- C) $2^2 \times 3 \times 7$
- D) $2^3 \times 3^2$

916. Em um terminal, 25% dos 2.000 contêineres movimentados no dia eram refrigerados. Quantos contêineres refrigerados foram movimentados?

- A) 80
- B) 500
- C) 1.500
- D) 50.000

917. Um caminhão que faz o transporte interno no porto percorre 120 km consumindo 12 litros de combustível. Mantido o mesmo consumo médio, quantos litros serão necessários para percorrer 120 km?

- A) 10
- B) 12
- C) 13
- D) 14

918. Observe a sequência: 3, 9, 27, 81, 243, ... O próximo termo é:

- A) 246
- B) 324
- C) 729
- D) 2.187

919. Observe a sequência: 5, 10, 15, 20, 25, ... O próximo termo é:

- A) 29
- B) 30
- C) 31
- D) 35

920. O resultado da adição $\frac{3}{5} + \frac{5}{8}$ é:

- A) $-\frac{1}{40}$
- B) $\frac{49}{40}$
- C) $\frac{8}{13}$
- D) $\frac{15}{40}$

921. Assinale a alternativa que apresenta um número divisível por 3.

- A) 2.910
- B) 2.911
- C) 2.914
- D) 2.917

922. Determine o valor de x na proporção $\frac{6}{11} = \frac{x}{165}$.

- A) 21
- B) 66
- C) 90

D) 101

923. O resultado da adição $13,36 + 24,23$ é:

- A) 37,59
- B) -10,87
- C) 15,78
- D) 323,71

924. A decomposição de 144 em fatores primos é:

- A) $2^2 \times 5^2$
- B) $2^2 \times 3^2 \times 5$
- C) $2^4 \times 3^2$
- D) $2^2 \times 3 \times 7$

925. Uma carga de 1.600 toneladas será distribuída entre dois porões em partes diretamente proporcionais a 3 e 7. Quantas toneladas ficarão no porão cuja parte é proporcional a 3?

- A) 480
- B) 800
- C) 960
- D) 1.120

926. Assinale a alternativa que apresenta um número divisível por 5.

- A) 3.365
- B) 3.366
- C) 3.368
- D) 3.371

927. Observe a sequência: 2, 6, 18, 54, 162, ... O próximo termo é:

- A) 165
- B) 216
- C) 486
- D) 1.458

928. Em um terminal, 348 contêineres estavam no pátio. Chegaram 735 e saíram 686. Quantos contêineres restaram no pátio?

- A) 299
- B) 397
- C) 1.073
- D) 1.769

929. Em um terminal, 25% dos 800 contêineres movimentados no dia eram refrigerados. Quantos contêineres refrigerados foram movimentados?

- A) 32
- B) 200
- C) 600
- D) 20.000

930. A fração $\frac{2}{5}$ corresponde ao número decimal:

- A) 0,2
- B) 0,4
- C) 0,6
- D) 0,75

931. Observe a sequência de letras: F, J, N, R, ... A próxima letra é:

- A) W
- B) Z
- C) U
- D) V

932. Assinale a alternativa que apresenta um número primo.

- A) 4
- B) 16

- C) 18
- D) 23

933. O resultado da multiplicação $22,50 \times 3$ é:

- A) 6,75
- B) 7,50
- C) 25,50
- D) 67,50

934. Em uma equipe portuária, a razão entre o número de estivadores e o de conferentes é de 5 para 4. Se há 25 estivadores, quantos conferentes há na equipe?

- A) 20
- B) 24
- C) 29
- D) 100

935. De um total de 800 trabalhadores escalados no mês, 200 participaram de treinamento de segurança. Esse número corresponde a que percentual do total?

- A) 4%
- B) 25%
- C) 75%
- D) 200%

936. O valor da expressão $3 \times (8 + 5)$ é:

- A) 29
- B) 39
- C) 43
- D) 120

937. Uma equipe de 12 trabalhadores realiza a descarga de um navio em 24 dias. Mantidas as mesmas condições, em quantos dias 3 trabalhadores realizariam o mesmo serviço?

- A) 6
- B) 33
- C) 72
- D) 96

938. O resultado da adição $18,30 + 54,09$ é:

- A) 23,71
- B) 989,85
- C) -35,79
- D) 72,39

939. Assinale a alternativa que apresenta um número primo.

- A) 16
- B) 23
- C) 27
- D) 33

940. Um caminhão que faz o transporte interno no porto percorre 300 km consumindo 12 litros de combustível. Mantido o mesmo consumo médio, quantos litros serão necessários para percorrer 300 km?

- A) 12
- B) 13
- C) 14
- D) 25

941. O mínimo múltiplo comum (MMC) entre 8 e 21 é:

- A) 1
- B) 29
- C) 168
- D) 176

942. Observe a sequência: 5, 10, 20, 40, 80, ... O próximo termo é:

- A) 82
- B) 120
- C) 160
- D) 320

943. O resultado da adição $86,92 + 7,64$ é:

- A) 79,28
- B) 87,68
- C) 94,56
- D) 664,07

944. Observe a sequência: 8, 17, 26, 35, 44, ... O próximo termo é:

- A) 52
- B) 53
- C) 54
- D) 62

945. Em uma equipe portuária, a razão entre o número de estivadores e o de conferentes é de 3 para 5. Se há 24 estivadores, quantos conferentes há na equipe?

- A) 26
- B) 29
- C) 40
- D) 120

946. O resultado da adição $1/6 + 3/4$ é:

- A) $3/24$
- B) $11/12$
- C) $4/10$
- D) $-7/12$

947. Em um terminal, 30% dos 1.500 contêineres movimentados no dia eram refrigerados. Quantos contêineres refrigerados foram movimentados?

- A) 50
- B) 450
- C) 1.050
- D) 45.000

948. De um total de 800 trabalhadores escalados no mês, 200 participaram de treinamento de segurança. Esse número corresponde a que percentual do total?

- A) 4%
- B) 25%
- C) 75%
- D) 200%

949. Em um terminal, 15% dos 400 contêineres movimentados no dia eram refrigerados. Quantos contêineres refrigerados foram movimentados?

- A) 60
- B) 75
- C) 340
- D) 6.000

950. O resultado da multiplicação $6/7 \times 6/7$ é:

- A) $1/1$
- B) $42/42$
- C) $36/49$
- D) $12/14$

951. A decomposição de 120 em fatores primos é:

- A) $2^3 \times 3 \times 5$
- B) $2^3 \times 3^2$
- C) $2^2 \times 3 \times 7$

D) $2^2 \times 3 \times 5$

952. Um trabalhador recebia R\$ 1.500,00 por um período de serviço e teve esse valor aumentado em 15%. Qual o novo valor?

- A) R\$ 225,00
- B) R\$ 1.275,00
- C) R\$ 1.515,00
- D) R\$ 1.725,00

953. Uma equipe de 8 trabalhadores realiza a descarga de um navio em 20 dias. Mantidas as mesmas condições, em quantos dias 5 trabalhadores realizariam o mesmo serviço?

- A) 23
- B) 25
- C) 32
- D) 100

954. O valor da expressão numérica $8 + 15 \times 8 - 7$ é:

- A) 23
- B) 121
- C) 135
- D) 177

955. Observe a sequência de letras: N, P, R, T, ... A próxima letra é:

- A) X
- B) W
- C) V
- D) U

956. O máximo divisor comum (MDC) entre 48 e 64 é:

- A) 16
- B) 32
- C) 48
- D) 192

957. Determine o valor de x na proporção $4/9 = x/108$.

- A) 16
- B) 27
- C) 36
- D) 48

958. De um total de 200 trabalhadores escalados no mês, 80 participaram de treinamento de segurança. Esse número corresponde a que percentual do total?

- A) 40%
- B) 45%
- C) 60%
- D) 80%

959. Observe a sequência: JANEIRO, MARÇO, MAIO, JULHO, ... O próximo termo é:

- A) SETEMBRO
- B) OUTUBRO
- C) AGOSTO
- D) NOVEMBRO

960. Determine o valor de x na proporção $5/8 = x/96$.

- A) 17
- B) 40
- C) 60
- D) 68

961. O resultado da multiplicação $39,10 \times 8$ é:

- A) 4,89
- B) 31,28

- C) 47,10
- D) 312,80

962. Observe a sequência: A, D, G, J, ... O próximo termo é:

- A) K
- B) M
- C) N
- D) L

963. Determine o valor de x na proporção $4/9 = x/54$.

- A) 10
- B) 24
- C) 33
- D) 36

964. Um guindaste movimenta 8 contêineres em 3 horas de operação, mantendo ritmo constante. Nesse mesmo ritmo, quantos contêineres ele movimentará em 9 horas?

- A) 11
- B) 17
- C) 24
- D) 216

965. Assinale a alternativa que apresenta um número primo.

- A) 7
- B) 10
- C) 51
- D) 57

966. O mínimo múltiplo comum (MMC) entre 15 e 8 é:

- A) 1
- B) 23
- C) 120
- D) 135

967. Em uma equipe portuária, a razão entre o número de estivadores e o de conferentes é de 4 para 9. Se há 48 estivadores, quantos conferentes há na equipe?

- A) 53
- B) 57
- C) 108
- D) 432

968. O mínimo múltiplo comum (MMC) entre 4 e 8 é:

- A) 4
- B) 8
- C) 12
- D) 32

969. Um guindaste movimenta 20 contêineres em 3 horas de operação, mantendo ritmo constante. Nesse mesmo ritmo, quantos contêineres ele movimentará em 9 horas?

- A) 23
- B) 29
- C) 60
- D) 540

970. Dois guindastes iniciam a operação no mesmo instante. O primeiro completa um ciclo a cada 15 minutos e o segundo a cada 10 minutos. Depois de quantos minutos eles voltaram a completar um ciclo simultaneamente?

- A) 5
- B) 25
- C) 30
- D) 150

971. Determine o valor de x na proporção $2/7 = x/84$.

- A) 14
- B) 24
- C) 25
- D) 42

972. Observe a sequência: UM, TRES, CINCO, SETE, ... O próximo termo é:

- A) OITO
- B) SEIS
- C) DEZ
- D) NOVE

973. A fração $1/2$ corresponde ao número decimal:

- A) 0,75
- B) 0,4
- C) 0,5
- D) 0,2

974. De um lote de 360 contêineres, $5/6$ já foram embarcados. Quantos contêineres foram embarcados?

- A) 60
- B) 300
- C) 301
- D) 1.800

975. Um prêmio de produtividade de R\$ 1.440,00 será dividido entre três trabalhadores em partes diretamente proporcionais a 1, 3 e 4. Quanto receberá o trabalhador cuja parte é proporcional a 4?

- A) R\$ 180,00
- B) R\$ 480,00
- C) R\$ 540,00
- D) R\$ 720,00

976. Um trabalhador recebia R\$ 1.500,00 por um período de serviço e teve esse valor aumentado em 20%. Qual o novo valor?

- A) R\$ 300,00
- B) R\$ 1.200,00
- C) R\$ 1.520,00
- D) R\$ 1.800,00

977. O resultado da multiplicação $3,10 \times 4$ é:

- A) 0,78
- B) 1,24
- C) 7,10
- D) 12,40

978. Dois guindastes iniciam a operação no mesmo instante. O primeiro completa um ciclo a cada 8 minutos e o segundo a cada 20 minutos. Depois de quantos minutos eles voltarão a completar um ciclo simultaneamente?

- A) 4
- B) 28
- C) 40
- D) 160

979. Em um terminal, 15% dos 400 contêineres movimentados no dia eram refrigerados. Quantos contêineres refrigerados foram movimentados?

- A) 60
- B) 75
- C) 340
- D) 6.000

980. Em uma equipe portuária, a razão entre o número de estivadores e o de conferentes é de 7 para 9. Se há 35 estivadores, quantos conferentes há na equipe?

- A) 37
- B) 44
- C) 45
- D) 315

981. De um lote de 420 contêineres, $\frac{2}{6}$ já foram embarcados. Quantos contêineres foram embarcados?

- A) 70
- B) 140
- C) 280
- D) 840

982. Dois guindastes iniciam a operação no mesmo instante. O primeiro completa um ciclo a cada 10 minutos e o segundo a cada 18 minutos. Depois de quantos minutos eles voltarão a completar um ciclo simultaneamente?

- A) 2
- B) 28
- C) 90
- D) 180

983. Determine o valor de x na proporção $\frac{5}{8} = \frac{x}{96}$.

- A) 17
- B) 40
- C) 60
- D) 68

984. De um lote de 240 contêineres, $\frac{2}{4}$ já foram embarcados. Quantos contêineres foram embarcados?

- A) 60
- B) 120
- C) 121
- D) 480

985. Observe a sequência: 2, 4, 8, 16, 32, ... O próximo termo é:

- A) 34
- B) 48
- C) 64
- D) 128

986. Um trabalhador recebia R\$ 3.000,00 por um período de serviço e teve esse valor aumentado em 15%. Qual o novo valor?

- A) R\$ 450,00
- B) R\$ 2.550,00
- C) R\$ 3.015,00
- D) R\$ 3.450,00

987. A fração $\frac{15}{25}$, na sua forma irredutível, é:

- A) $\frac{10}{20}$
- B) $\frac{3}{5}$
- C) $\frac{5}{3}$
- D) $\frac{7}{12}$

988. Um trabalhador recebia R\$ 1.200,00 por um período de serviço e teve esse valor aumentado em 30%. Qual o novo valor?

- A) R\$ 360,00
- B) R\$ 840,00
- C) R\$ 1.230,00
- D) R\$ 1.560,00

989. Assinale a alternativa que apresenta um número primo.

- A) 21
- B) 33
- C) 35

D) 59

990. Um prêmio de produtividade de R\$ 2.400,00 será dividido entre três trabalhadores em partes diretamente proporcionais a 2, 3 e 5. Quanto receberá o trabalhador cuja parte é proporcional a 5?

- A) R\$ 480,00
- B) R\$ 720,00
- C) R\$ 800,00
- D) R\$ 1.200,00

991. Uma equipe de 10 trabalhadores realiza a descarga de um navio em 12 dias. Mantidas as mesmas condições, em quantos dias 3 trabalhadores realizariam o mesmo serviço?

- A) 15
- B) 19
- C) 36
- D) 40

992. O valor da expressão $5 \times (4 + 2)$ é:

- A) 13
- B) 22
- C) 30
- D) 40

993. De um total de 500 trabalhadores escalados no mes, 200 participaram de treinamento de segurança. Esse número corresponde a que percentual do total?

- A) 40%
- B) 45%
- C) 60%
- D) 200%

994. O valor da expressão numerica $10 + 5 \times 6 - 2$ é:

- A) 30
- B) 38
- C) 42
- D) 88

995. Um armazém portuário recebeu 122 sacas pela manhã e 748 sacas a tarde. Ao final do dia, 132 sacas foram embarcadas. Quantas sacas permaneceram no armazém?

- A) 738
- B) 1.002
- C) 758
- D) -494

996. O resultado da adição $2/5 + 1/3$ é:

- A) $2/15$
- B) $1/15$
- C) $3/8$
- D) $11/15$

997. Um prêmio de produtividade de R\$ 2.160,00 será dividido entre três trabalhadores em partes diretamente proporcionais a 3, 4 e 5. Quanto receberá o trabalhador cuja parte é proporcional a 5?

- A) R\$ 540,00
- B) R\$ 720,00
- C) R\$ 900,00
- D) R\$ 901

998. O mínimo múltiplo comum (MMC) entre 10 e 20 é:

- A) 10
- B) 20
- C) 30
- D) 200

999. Assinale a alternativa que apresenta um número divisível por 10.

- A) 7.900
- B) 7.901
- C) 7.903
- D) 7.907

1000. O resultado da multiplicação $15,50 \times 6$ é:

- A) 2,58
- B) 9,30
- C) 21,50
- D) 93

GABARITO COMENTADO — QUESTÕES 801 A 1000

- 801. A** — $\text{MDC}(48, 54) = 6$, o maior número que divide ambos. Não confundir com o MMC, que é 432.
- 802. D** — Dividindo 1 por 4, obtém-se 0,25.
- 803. C** — $335 + 526 = 861$; $861 - 307 = 554$.
- 804. C** — Grandezas INVERSAMENTE proporcionais: menos trabalhadores, mais dias. $12 \times 20 = 5 \times x$, logo $x = 240 \div 5 = 48$ dias. O erro comum é montar como proporção direta.
- 805. B** — Multiplicando em cruz: $7 \times x = 2 \times 42$, logo $x = 84 \div 7 = 12$.
- 806. A** — $\text{MDC}(12, 80) = 4$, o maior número que divide ambos. Não confundir com o MMC, que é 240.
- 807. B** — O parênteses tem prioridade: $8 + 6 = 14$. Então $6 \times 14 = 84$.
- 808. B** — São os números primos em ordem crescente.
- 809. A** — Soma: $4+5 = 9$. Cada parte vale $1.800 \div 9 = 200$. Então $4 \times 200 = 800$ toneladas.
- 810. A** — $80 \div 800 = 0,10 = 10\%$,
- 811. A** — $62 \div 250 = 0,25 = 24\%$,
- 812. C** — $5/9 = 50/y$, logo $y = 50 \times 9 \div 5 = 90$.
- 813. C** — Soma das partes: $2+2+4 = 8$. Valor de cada parte: $\text{R\$ } 1.440,00 \div 8 = \text{R\$ } 180,00$. Logo $4 \times \text{R\$ } 180,00 = \text{R\$ } 720,00$.
- 814. C** — Grandezas diretamente proporcionais: $20/3 = x/6$, logo $x = 20 \times 6 \div 3 = 40$ contêineres.
- 815. C** — Trata-se de MMC. $\text{MMC}(12, 18) = 36$ minutos. Encontro simultâneo pede MMC; repartir em partes iguais pede MDC.
- 816. B** — Primeiro a multiplicação: $9 \times 9 = 81$. Depois $4 + 81 - 8 = 77$. Multiplicação antes de adição e subtração.
- 817. A** — $40 \div 400 = 0,10 = 10\%$,
- 818. C** — Multiplica-se numerador com numerador e denominador com denominador: $4/35 = 4/35$.
- 819. C** — $\text{MMC}(9, 15) = 45$. Lembre que $\text{MMC} \times \text{MDC} = \text{produto}$: $45 \times 3 = 135$.
- 820. C** — Grandezas diretamente proporcionais: $8/3 = x/6$, logo $x = 8 \times 6 \div 3 = 16$ contêineres.
- 821. A** — $\text{MDC}(40, 20) = 20$, o maior número que divide ambos. Não confundir com o MMC, que é 40.
- 822. C** — $889 + 720 = 1.609$; $1.609 - 501 = 1.108$.
- 823. A** — Soma: $4+5 = 9$. Cada parte vale $900 \div 9 = 100$. Então $4 \times 100 = 400$ toneladas.
- 824. D** — Dividindo 3 por 5, obtém-se 0,6.
- 825. C** — Dividindo sucessivamente por primos, obtém-se $90 = 2 \times 3^2 \times 5$.
- 826. C** — $\text{MMC}(6, 15) = 30$. Lembre que $\text{MMC} \times \text{MDC} = \text{produto}$: $30 \times 3 = 90$.
- 827. A** — $\text{MDC}(36, 64) = 4$, o maior número que divide ambos. Não confundir com o MMC, que é 576.
- 828. C** — $\text{MMC}(15, 17) = 255$. Lembre que $\text{MMC} \times \text{MDC} = \text{produto}$: $255 \times 1 = 255$.
- 829. A** — Soma: $4+5 = 9$. Cada parte vale $1.800 \div 9 = 200$. Então $4 \times 200 = 800$ toneladas.
- 830. C** — Alinhando as vírgulas: $27,63 + 18,21 = 45,84$.
- 831. C** — $6/8 = 36/y$, logo $y = 36 \times 8 \div 6 = 48$.
- 832. C** — Multiplica-se numerador com numerador e denominador com denominador: $3/49 = 3/49$.
- 833. A** — $\text{MDC}(12, 54) = 6$, o maior número que divide ambos. Não confundir com o MMC, que é 108.
- 834. B** — Multiplica-se numerador com numerador e denominador com denominador: $18/28 = 9/14$.
- 835. C** — Dividindo numerador e denominador pelo MDC($12, 18$) = 6: $12/18 = 2/3$.
- 836. D** — Soma das partes: $2+3+5 = 10$. Valor de cada parte: $\text{R\$ } 2.400,00 \div 10 = \text{R\$ } 240,00$. Logo $5 \times \text{R\$ } 240,00 = \text{R\$ } 1.200,00$.
- 837. A** — 1.482 é divisível por 2 porque termina em algarismo par. $1.482 \div 2 = 741$.
- 838. C** — Grandezas INVERSAMENTE proporcionais: menos trabalhadores, mais dias. $10 \times 18 = 5 \times x$, logo $x = 180 \div 5 = 36$ dias. O erro comum é montar como proporção direta.
- 839. B** — $50 \div 200 = 0,25 = 25\%$,
- 840. C** — Progressão geométrica de razão 3: cada termo é o anterior multiplicado por 3. $405 \times 3 = 1215$.
- 841. C** — O padrão avança 2 posições no alfabeto a cada termo. Depois de I vem K.
- 842. C** — $\text{MMC}(24, 9) = 72$. Lembre que $\text{MMC} \times \text{MDC} = \text{produto}$: $72 \times 3 = 216$.
- 843. C** — A sequência avança dois dias a cada termo: segunda, quarta, sexta, domingo.
- 844. B** — $75\% \text{ de } 500 = 500 \times 75 \div 100 = 375$.
- 845. C** — Multiplica-se numerador com numerador e denominador com denominador: $1/6 = 1/6$.

846. **C** — $3/4 = 24/y$, logo $y = 24 \times 4 \div 3 = 32$.
847. **B** — Primeiro a multiplicação: $8 \times 9 = 72$. Depois $8 + 72 - 5 = 75$. Multiplicação antes de adição e subtração.
848. **A** — $\text{MDC}(72, 90) = 18$, o maior número que divide ambos. Não confundir com o MMC, que é 360.
849. **C** — Trata-se de MMC. $\text{MMC}(12, 15) = 60$ minutos. Encontro simultâneo pede MMC; repartir em partes iguais pede MDC.
850. **D** — O padrão avança 3 posições no alfabeto a cada termo. Depois de J vem M.
851. **B** — O padrão avança 3 posições no alfabeto a cada termo. Depois de O vem R.
852. **A** — Dividindo numerador e denominador pelo MDC($18, 30$) = 6: $18/30 = 3/5$.
853. **D** — Aumento: 10% de R\$ 1.500,00 = R\$ 150,00. Novo valor = R\$ 1.500,00 + R\$ 150,00 = R\$ 1.650,00.
854. **D** — Soma das partes: $1+3+4 = 8$. Valor de cada parte: R\$ 2.400,00 $\div$ 8 = R\$ 300,00. Logo $4 \times$ R\$ 300,00 = R\$ 1.200,00.
855. **B** — 75% de 500 = $500 \times 75 \div 100 = 375$.
856. **A** — 5% de 200 = $200 \times 5 \div 100 = 10$.
857. **D** — $8,50 \times 6 = 51$. O número de casas decimais do produto acompanha o do fator decimal.
858. **C** — Alinhando as vírgulas: $66,75 + 40,24 = 106,99$.
859. **D** — Aumento: 20% de R\$ 2.400,00 = R\$ 480,00. Novo valor = R\$ 2.400,00 + R\$ 480,00 = R\$ 2.880,00.
860. **B** — Progressão aritmética de razão 6: cada termo soma 6 ao anterior. $29 + 6 = 35$.
861. **A** — $706 + 680 = 1.386$; $1.386 - 798 = 588$.
862. **C** — O parêntese tem prioridade: $8 + 6 = 14$. Então $9 \times 14 = 126$.
863. **D** — Aumento: 15% de R\$ 2.000,00 = R\$ 300,00. Novo valor = R\$ 2.000,00 + R\$ 300,00 = R\$ 2.300,00.
864. **B** — Grandezas INVERSAMENTE proporcionais: menos trabalhadores, mais dias. $8 \times 18 = 6 \times x$, logo $x = 144 \div 6 = 24$ dias. O erro comum é montar como proporção direta.
865. **A** — $\text{MDC}(40, 16) = 8$, o maior número que divide ambos. Não confundir com o MMC, que é 80.
866. **B** — Proporção direta: $180/10 = 360/x$, logo $x = 360 \times 10 \div 180 = 20$ litros.
867. **D** — $26,60 \times 5 = 133$. O número de casas decimais do produto acompanha o do fator decimal.
868. **B** — Dividindo numerador e denominador pelo MDC($21, 28$) = 7: $21/28 = 3/4$.
869. **B** — 40% de 400 = $400 \times 40 \div 100 = 160$.
870. **D** — Aumento: 20% de R\$ 1.500,00 = R\$ 300,00. Novo valor = R\$ 1.500,00 + R\$ 300,00 = R\$ 1.800,00.
871. **A** — Multiplica-se numerador com numerador e denominador com denominador: $12/25 = 12/25$.
872. **A** — Reduzindo ao mesmo denominador: $4/5 + 3/5 = 7/5$. Não se somam numeradores e denominadores separadamente.
873. **A** — Dividindo 3 por 4, obtém-se 0,75.
874. **B** — Dividindo numerador e denominador pelo MDC($24, 36$) = 12: $24/36 = 2/3$.
875. **B** — Reduzindo ao mesmo denominador: $1/5 + 3/5 = 4/5$. Não se somam numeradores e denominadores separadamente.
876. **C** — Sequência de Fibonacci: cada termo é a soma dos dois anteriores. $5 + 8 = 13$.
877. **C** — Grandezas INVERSAMENTE proporcionais: menos trabalhadores, mais dias. $8 \times 12 = 6 \times x$, logo $x = 96 \div 6 = 16$ dias. O erro comum é montar como proporção direta.
878. **C** — Trata-se de MMC. $\text{MMC}(12, 14) = 84$ minutos. Encontro simultâneo pede MMC; repartir em partes iguais pede MDC.
879. **B** — Progressão aritmética de razão 8: cada termo soma 8 ao anterior. $37 + 8 = 45$.
880. **C** — $4/6$ de 240 = $240 \div 6 \times 4 = 40 \times 4 = 160$.
881. **A** — Dividindo sucessivamente por primos, obtém-se $60 = 2^2 \times 3 \times 5$.
882. **A** — $241 + 447 = 688$; $688 - 564 = 124$.
883. **B** — Progressão aritmética de razão 4: cada termo soma 4 ao anterior. $21 + 4 = 25$.
884. **B** — Proporção direta: $360/10 = 720/x$, logo $x = 720 \times 10 \div 360 = 20$ litros.
885. **C** — Grandezas diretamente proporcionais: $8/2 = x/9$, logo $x = 8 \times 9 \div 2 = 36$ contêineres.
886. **D** — Multiplicando em cruz: $8 \times x = 3 \times 120$, logo $x = 360 \div 8 = 45$.
887. **C** — $5/7 = 30/y$, logo $y = 30 \times 7 \div 5 = 42$.
888. **B** — $125 \div 250 = 0,50 = 50\%$,
889. **B** — Dividindo sucessivamente por primos, obtém-se $72 = 2^3 \times 3^2$.
890. **B** — Multiplicando em cruz: $7 \times x = 2 \times 84$, logo $x = 168 \div 7 = 24$.
891. **C** — Grandezas diretamente proporcionais: $20/4 = x/6$, logo $x = 20 \times 6 \div 4 = 30$ contêineres.

892. C — Alinhando as vírgulas: $49,95 + 19,66 = 69,61$.
893. B — $\frac{2}{3}$ de 300 = $300 \div 3 \times 2 = 100 \times 2 = 200$.
894. A — 8.310 é divisível por 10 porque termina em 0. $8.310 \div 10 = 831$.
895. B — Progressão aritmética de razão 11: cada termo soma 11 ao anterior. $48 + 11 = 59$.
896. C — Dividindo 1 por 5, obtém-se 0,2.
897. A — $20 \div 200 = 0,10 = 10\%$.
898. C — Trata-se de MMC. $\text{MMC}(8, 15) = 120$ minutos. Encontro simultâneo pede MMC; repartir em partes iguais pede MDC.
899. B — Dividindo numerador e denominador pelo MDC($40, 60$) = 20: $40/60 = 2/3$.
900. C — $\text{MMC}(8, 20) = 40$. Lembre que $\text{MMC} \times \text{MDC} = \text{produto}$: $40 \times 4 = 160$.
901. C — Proporção direta: $360/20 = 720/x$, logo $x = 720 \times 20 \div 360 = 40$ litros.
902. D — Aumento: 30% de R\$ 2.000,00 = R\$ 600,00. Novo valor = R\$ 2.000,00 + R\$ 600,00 = R\$ 2.600,00.
903. C — Reduzindo ao mesmo denominador: $1/8 + 5/6 = 23/24$. Não se somam numeradores e denominadores separadamente.
904. C — Trata-se de MMC. $\text{MMC}(8, 12) = 24$ minutos. Encontro simultâneo pede MMC; repartir em partes iguais pede MDC.
905. B — O parêntese tem prioridade: $8 + 6 = 14$. Então $3 \times 14 = 42$.
906. A — Reduzindo ao mesmo denominador: $3/5 + 3/4 = 27/20$. Não se somam numeradores e denominadores separadamente.
907. C — Alinhando as vírgulas: $14,06 + 24,27 = 38,33$.
908. A — Proporção direta: $180/10 = 270/x$, logo $x = 270 \times 10 \div 180 = 15$ litros.
909. B — Grandezas diretamente proporcionais: $12/4 = x/6$, logo $x = 12 \times 6 \div 4 = 18$ contêineres.
910. B — 15% de 1.200 = $1.200 \times 15 \div 100 = 180$.
911. A — Soma: $5+6 = 11$. Cada parte vale $1.760 \div 11 = 160$. Então $5 \times 160 = 800$ toneladas.
912. C — Soma das partes: $2+2+4 = 8$. Valor de cada parte: R\$ 960,00 $\div 8 =$ R\$ 120,00. Logo $4 \times$ R\$ 120,00 = R\$ 480,00.
913. C — Progressão geométrica de razão 2: cada termo é o anterior multiplicado por 2. $48 \times 2 = 96$.
914. D — Aumento: 25% de R\$ 1.500,00 = R\$ 375,00. Novo valor = R\$ 1.500,00 + R\$ 375,00 = R\$ 1.875,00.
915. B — Dividindo sucessivamente por primos, obtém-se $180 = 2^2 \times 3^2 \times 5$.
916. B — 25% de 2.000 = $2.000 \times 25 \div 100 = 500$.
917. B — Proporção direta: $120/12 = 120/x$, logo $x = 120 \times 12 \div 120 = 12$ litros.
918. C — Progressão geométrica de razão 3: cada termo é o anterior multiplicado por 3. $243 \times 3 = 729$.
919. B — Progressão aritmética de razão 5: cada termo soma 5 ao anterior. $25 + 5 = 30$.
920. B — Reduzindo ao mesmo denominador: $3/5 + 5/8 = 49/40$. Não se somam numeradores e denominadores separadamente.
921. A — 2.910 é divisível por 3 porque a soma dos algarismos é divisível por 3. $2.910 \div 3 = 970$.
922. C — Multiplicando em cruz: $11 \times x = 6 \times 165$, logo $x = 990 \div 11 = 90$.
923. A — Alinhando as vírgulas: $13,36 + 24,23 = 37,59$.
924. C — Dividindo sucessivamente por primos, obtém-se $144 = 2^4 \times 3^2$.
925. A — Soma: $3+7 = 10$. Cada parte vale $1.600 \div 10 = 160$. Então $3 \times 160 = 480$ toneladas.
926. A — 3.365 é divisível por 5 porque termina em 0 ou 5. $3.365 \div 5 = 673$.
927. C — Progressão geométrica de razão 3: cada termo é o anterior multiplicado por 3. $162 \times 3 = 486$.
928. B — $348 + 735 = 1.083$; $1.083 - 686 = 397$.
929. B — 25% de 800 = $800 \times 25 \div 100 = 200$.
930. B — Dividindo 2 por 5, obtém-se 0,4.
931. D — O padrão avança 4 posições no alfabeto a cada termo. Depois de R vem V.
932. D — 23 é primo: só é divisível por 1 e por ele mesmo. Já 18 é composto, pois $18 = 3 \times 6$.
933. D — $22,50 \times 3 = 67,50$. O número de casas decimais do produto acompanha o do fator decimal.
934. A — $5/4 = 25/y$, logo $y = 25 \times 4 \div 5 = 20$.
935. B — $200 \div 800 = 0,25 = 25\%$.
936. B — O parêntese tem prioridade: $8 + 5 = 13$. Então $3 \times 13 = 39$.
937. D — Grandezas INVERSAMENTE proporcionais: menos trabalhadores, mais dias. $12 \times 24 = 3 \times x$, logo $x = 288 \div 3 = 96$ dias. O erro comum é montar como proporção direta.

938. D — Alinhando as vírgulas: $18,30 + 54,09 = 72,39$.
939. B — 23 e primo: só é divisível por 1 e por ele mesmo. Já 16 é composto, pois $16 = 2 \times 8$.
940. A — Proporção direta: $300/12 = 300/x$, logo $x = 300 \times 12 \div 300 = 12$ litros.
941. C — MMC(8, 21) = 168. Lembre que MMC $\times$ MDC = produto: $168 \times 1 = 168$.
942. C — Progressão geométrica de razão 2: cada termo é o anterior multiplicado por 2. $80 \times 2 = 160$.
943. C — Alinhando as vírgulas: $86,92 + 7,64 = 94,56$.
944. B — Progressão aritmética de razão 9: cada termo soma 9 ao anterior. $44 + 9 = 53$.
945. C — $3/5 = 24/y$, logo $y = 24 \times 5 \div 3 = 40$.
946. B — Reduzindo ao mesmo denominador: $1/6 + 3/4 = 11/12$. Não se somam numeradores e denominadores separadamente.
947. B — 30% de 1.500 = $1.500 \times 30 \div 100 = 450$.
948. B — $200 \div 800 = 0,25 = 25\%$,
949. A — 15% de 400 = $400 \times 15 \div 100 = 60$.
950. C — Multiplica-se numerador com numerador e denominador com denominador: $36/49 = 36/49$.
951. A — Dividindo sucessivamente por primos, obtém-se $120 = 2^3 \times 3 \times 5$.
952. D — Aumento: 15% de R\$ 1.500,00 = R\$ 225,00. Novo valor = R\$ 1.500,00 + R\$ 225,00 = R\$ 1.725,00.
953. C — Grandezas INVERSAMENTE proporcionais: menos trabalhadores, mais dias. $8 \times 20 = 5 \times x$, logo $x = 160 \div 5 = 32$ dias. O erro comum é montar como proporção direta.
954. B — Primeiro a multiplicação: $15 \times 8 = 120$. Depois $8 + 120 - 7 = 121$. Multiplicação antes de adição e subtração.
955. C — O padrão avança 2 posições no alfabeto a cada termo. Depois de T vem V.
956. A — MDC(48, 64) = 16, o maior número que divide ambos. Não confundir com o MMC, que é 192.
957. D — Multiplicando em cruz: $9 \times x = 4 \times 108$, logo $x = 432 \div 9 = 48$.
958. A — $80 \div 200 = 0,40 = 40\%$,
959. A — A sequência apresenta os meses ímpares, saltando um mês a cada termo.
960. C — Multiplicando em cruz: $8 \times x = 5 \times 96$, logo $x = 480 \div 8 = 60$.
961. D — $39,10 \times 8 = 312,80$. O número de casas decimais do produto acompanha o do fator decimal.
962. B — Cada letra avança três posições no alfabeto.
963. B — Multiplicando em cruz: $9 \times x = 4 \times 54$, logo $x = 216 \div 9 = 24$.
964. C — Grandezas diretamente proporcionais: $8/3 = x/9$, logo $x = 8 \times 9 \div 3 = 24$ contêineres.
965. A — 7 é primo: só é divisível por 1 e por ele mesmo. Já 10 é composto, pois $10 = 2 \times 5$.
966. C — MMC(15, 8) = 120. Lembre que MMC $\times$ MDC = produto: $120 \times 1 = 120$.
967. C — $4/9 = 48/y$, logo $y = 48 \times 9 \div 4 = 108$.
968. B — MMC(4, 8) = 8. Lembre que MMC $\times$ MDC = produto: $8 \times 4 = 32$.
969. C — Grandezas diretamente proporcionais: $20/3 = x/9$, logo $x = 20 \times 9 \div 3 = 60$ contêineres.
970. C — Trata-se de MMC. MMC(15, 10) = 30 minutos. Encontro simultâneo pede MMC; repartir em partes iguais pede MDC.
971. B — Multiplicando em cruz: $7 \times x = 2 \times 84$, logo $x = 168 \div 7 = 24$.
972. D — São os números ímpares escritos por extenso.
973. C — Dividindo 1 por 2, obtém-se 0,5.
974. B — $5/6$ de 360 = $360 \div 6 \times 5 = 60 \times 5 = 300$.
975. D — Soma das partes: $1+3+4 = 8$. Valor de cada parte: $R\$ 1.440,00 \div 8 = R\$ 180,00$. Logo $4 \times R\$ 180,00 = R\$ 720,00$.
976. D — Aumento: 20% de R\$ 1.500,00 = R\$ 300,00. Novo valor = R\$ 1.500,00 + R\$ 300,00 = R\$ 1.800,00.
977. D — $3,10 \times 4 = 12,40$. O número de casas decimais do produto acompanha o do fator decimal.
978. C — Trata-se de MMC. MMC(8, 20) = 40 minutos. Encontro simultâneo pede MMC; repartir em partes iguais pede MDC.
979. A — 15% de 400 = $400 \times 15 \div 100 = 60$.
980. C — $7/9 = 35/y$, logo $y = 35 \times 9 \div 7 = 45$.
981. B — $2/6$ de 420 = $420 \div 6 \times 2 = 70 \times 2 = 140$.
982. C — Trata-se de MMC. MMC(10, 18) = 90 minutos. Encontro simultâneo pede MMC; repartir em partes iguais pede MDC.
983. C — Multiplicando em cruz: $8 \times x = 5 \times 96$, logo $x = 480 \div 8 = 60$.
984. B — $2/4$ de 240 = $240 \div 4 \times 2 = 60 \times 2 = 120$.

- 985. C** — Progressão geométrica de razão 2: cada termo é o anterior multiplicado por 2. $32 \times 2 = 64$.
- 986. D** — Aumento: 15% de R\$ 3.000,00 = R\$ 450,00. Novo valor = R\$ 3.000,00 + R\$ 450,00 = R\$ 3.450,00.
- 987. B** — Dividindo numerador e denominador pelo MDC(15, 25) = 5: $15/25 = 3/5$.
- 988. D** — Aumento: 30% de R\$ 1.200,00 = R\$ 360,00. Novo valor = R\$ 1.200,00 + R\$ 360,00 = R\$ 1.560,00.
- 989. D** — 59 é primo: só é divisível por 1 e por ele mesmo. Já 35 é composto, pois $35 = 7 \times 5$.
- 990. D** — Soma das partes: $2+3+5 = 10$. Valor de cada parte: $R\$ 2.400,00 \div 10 = R\$ 240,00$. Logo $5 \times R\$ 240,00 = R\$ 1.200,00$.
- 991. D** — Grandezas INVERSAMENTE proporcionais: menos trabalhadores, mais dias. $10 \times 12 = 3 \times x$, logo $x = 120 \div 3 = 40$ dias. O erro comum é montar como proporção direta.
- 992. C** — O parênteses tem prioridade: $4 + 2 = 6$. Então $5 \times 6 = 30$.
- 993. A** — $200 \div 500 = 0,40 = 40\%$,
- 994. B** — Primeiro a multiplicação: $5 \times 6 = 30$. Depois $10 + 30 - 2 = 38$. Multiplicação antes de adição e subtração.
- 995. A** — $122 + 748 = 870$; $870 - 132 = 738$.
- 996. D** — Reduzindo ao mesmo denominador: $2/5 + 1/3 = 11/15$. Não se somam numeradores e denominadores separadamente.
- 997. C** — Soma das partes: $3+4+5 = 12$. Valor de cada parte: $R\$ 2.160,00 \div 12 = R\$ 180,00$. Logo $5 \times R\$ 180,00 = R\$ 900,00$.
- 998. B** — $MMC(10, 20) = 20$. Lembre que $MMC \times MDC = \text{produto}$: $20 \times 10 = 200$.
- 999. A** — 7.900 é divisível por 10 porque termina em 0. $7.900 \div 10 = 790$.
- 1000. D** — $15,50 \times 6 = 93$. O número de casas decimais do produto acompanha o do fator decimal.